

**CÉSAR CANATO**

**ARENA e MDB em Araraquara (1965-1979)**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do(a) Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> \_\_\_ Rachel Meneguello\_\_\_\_\_.**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em  
27 / 02 / 2003

BANCA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rachel Meneguello

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leticia Bicalho Canedo

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto

FEVEREIRO/2003

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**Canato, Cesar**

**C 16 a      Arena e MDB em Araraquara (1965-1979) / César Canato. --  
Campinas, SP : [s.n.], 2003.**

**Orientador: Rachel Meneguello.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Partidos políticos. 2. Eleições locais. I. Meneguello, Rachel.  
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. III. Título.**

## RESUMO

Este trabalho argumenta que a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no município de Araraquara tiveram especificidades próprias durante a criação e consolidação do sistema de partido político bipartidarista.

Dentre as especificidades, argumento que a ARENA local teve dificuldades na articulação de forças políticas em seu favor, como a manutenção dos quadros políticos com sustentação eleitoral, a oferta de lideranças políticas novas, a perda de representantes no plano estadual e federal e o desgaste eleitoral da legenda.

Por outro lado, o MDB local se viu mais favorecido para articular as forças políticas locais, com ganhos eleitorais crescentes, dada uma melhor organização partidária, que articulou as três esferas: municipal, estadual e federal; assim como também, por obter os benefícios políticos eleitorais advindos do desgaste político dos quadros da ARENA, tanto ao nível nacional como local.

## ABSTRACT

This study aims that the National Renewal Alliance (ARENA) and the Brazilian Democratic Movement (MDB) in the city of Araraquara had their own characteristics during the constitution and consolidation of the bipartisan political party system.

Among these features I point out that the local ARENA had some difficulties in the articulation of political forces in its favor, like the maintenance of the political scenes with electoral supporting, the offer of new politician leadership, the lost of representatives in the state and federal arrangement and the electoral weakness of the heading.

On the other hand, the local MDB saw itself more in favor to articulate the local political forces, with increasing electoral winnings, because of a better party organization, which articulated the three fields: city, state and federal; and also to obtain the electoral political benefits that come from the political weakness of the ARENA scenes, in the national level as well as local.

## AGRADECIMENTOS

Este estudo de conclusão final de meu mestrado resulta de inúmeros incentivos e apoios recebidos, o que não me redime ou exclui dos erros e omissões que nele venham a se apresentar. Mas considero oportuno agradecer várias pessoas e instituições, que ao longo de minha vida acadêmica e pessoal, contribuíram de forma direta ou indireta, para a realização desta dissertação.

Agradecer à Universidade Estadual Paulista (UNESP), na qual me graduei em Ciências Econômicas, aos professores e funcionários, em especial aos professores: Luis Ayerbe, Enrique Amayo, Paulo Lima e Adilson Genari. Também houve um breve período de estudo na graduação em Ciências Sociais, com apoio de formulação do projeto de mestrado, em especial das professoras Márcia Teixeira e Leila Stain e professor Antonio Segatto.

Agradecer à Universidade de Campinas (UNICAMP), na qual estou me qualificando para o grau de mestre. Aos professores de disciplinas: Sebastião Velasco-Cruz, Leôncio Martins Rodrigues, Eliezer Rizzo, Evelina Dagnino e Walquíria Leão Rego. Aos funcionários e colegas de turma: José Alexandre, Cláudio Silveira, Tiago Losso, Gilberto, Cristina, Mariana, Cibele. Agradeço ao CNPq pelo financiamento da bolsa de estudo.

À Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF), onde sou professor, pela oportunidade e confiança em mim depositada. Aos amigos, alunos, funcionários e colegas de profissão: Dirce Baldini, Antonio Cano, Alcir Kuranaga, Nelson do

Nascimento, Alex (s), Gabriel Rached, Sandra Marão, Rosa Furlan; Iracema Jamal, Julia, Elen e Ize; dentre outros.

Agradecer aos integrantes da Banca Examinadora de mestrado. Ao Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa, pela atenção na leitura e fundamentais sugestões. Também à Prof.a *Dr.a Leticia Bicalho Canedo*, pelas conversas estimulantes e apoio teórico de formação enquanto estudante de política. Ao Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto, suplente e a professora e orientadora deste trabalho *Dr.a Rachel Meneguello*, pela paciência e atenção nas leituras e melhoras sempre bem desejadas por este aprendiz.

Nascido em Gavião Peixoto (SP) e atualmente morador de Araraquara (SP), tenho a alegria de contar com amigos como: Bi, Fer, Aguinaldo, Flavião, Léo, Robô, Naje, Omar, Amim, Irineu, Fábio, Érica, Sorária, Marli (s), Lílian e Marcelo Moreira Firmo e em destaque, o amigo José Carlos M. B. Júnior.

Por fim, gostaria de agradecer com toda força do coração as figuras maravilhosas que são meus pais: *Conceição App. de Moraes Canato* e *Cyrillo Canato*; familiares. À minha companheira *Eva Aparecida da Silva* e companheiro Yuri (cão). Muito Obrigado!

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| INTRODUÇÃO.....  | 10 |
| <br>   |    |
| CAPÍTULO I O CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL.....                   | 14 |
| 1.1 Introdução.....  | 14 |
| 1.2 O Quadro Partidário No Pluripartidarismo.....              | 14 |
| 1.3 Os Partidos Nacionais: ARENA E MDB.....                    | 20 |
| 1.4 Os Partidos No Contexto Das Eleições Nacionais.....        | 26 |
| 1.5 O Retorno Ao Multipartidarismo.....                        | 38 |
| <br>   |    |
| CAPÍTULO II CONTEXTO LOCAL.....                                | 44 |
| 2.1 Introdução.....  | 44 |
| 2.2 Considerações Da Autonomia Política Do Município.....      | 44 |
| 2.3 O Contexto Sócio-Econômico-Político Do Bipartidarismo..... | 47 |
| <br>   |    |
| SEGUNDA PARTE  |    |
| <br>   |    |
| CAPÍTULO III ARARAQUARA: UM ESTUDO DE CASO.....                | 54 |
| 3.1 Introdução: Uma Breve História-Política De Araraquara..... | 54 |
| 3.2.1 Antecedentes Históricos-Políticos.....                   | 55 |
| 3.2.2 O Pós-64: A Autonomia Ameaçada.....                      | 60 |
| 3.3 Ano De Realinhamento Político: 1965.....                   | 63 |

|   |     |
|---|-----|
| CAPÍTULO IV A MOBILIZAÇÃO PARA FORMAÇÃO DOS PARTIDOS<br>POLÍTICOS EM ARARAQUARA.....                            | 68  |
| 4.1 Introdução.....   | 68  |
| 4.2 A Formação Da ARENA Em Araraquara.....  | 70  |
| 4.3 A Formação do MDB Em Araraquara.....  | 78  |
| <br>  |     |
| CAPÍTULO V A CÂMARA LEGISLATIVA.....  | 84  |
| 5.1 Introdução.....   | 84  |
| 5.2 A Composição Sócio-Econômica Do Legislativo E Os Resultados Eleitorais Da<br>ARENA E MDB Em Araraquara..... | 86  |
| 5.3 A Manutenção Das Cadeiras Legislativas.....   | 93  |
| <br>  |     |
| CAPÍTULO VI AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS.....   | 95  |
| 6.1 As Eleições Em Araraquara.....  | 95  |
| 6.1.2 As Eleições No Multipartidarismo.....   | 100 |
| 6.2 As Eleições Nacionais No Município.....   | 104 |
| 6.2.1 As Eleições Para O Senado.....  | 104 |
| 6.2.2 As Eleições Municipais Para Cargos Estaduais E Federais.....  | 108 |
| <br>  |     |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....   | 115 |
| BIBLIOGRAFIA.....   | 119 |
| ANEXOS.....   | 126 |

ÍNDICE: Tabelas, Quadros e Listas.

Capítulo I

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1.1 Representação Partidária Na Câmara Dos Deputados (1945 À 1962): Por Número De Cadeiras.....  | 16 |
| Tabela 1.2 Representação Partidária No Parlamento Nacional 1964: Por Número De Cadeiras.....  | 17 |
| Tabela 1.3 Filiação À Arena E Ao Mdb Dos Representantes Dos Antigos Partidos, Câmara Federal, 1966.....   | 19 |
| Tabela 1.4 Desempenho Percentual (%) Da Arena Nas Eleições Legislativas Federais E Estaduais, 1966-1978.....  | 28 |
| Tabela 1.5 Números De Eleitos Segundo A Sigla Partidária Por São Paulo.....   | 29 |
| Tabela 1.6 Eleições Federais E Estaduais No Brasil De 1966-1978.....  | 31 |
| Tabela 1.7 Distribuição De Votos Da Arena Para A Câmara Dos Deputados Por Região E Tamanho Da População Dos Municípios, Eleições De 1978 (Excluem Eleitores De Brasília)..... | 37 |
| Tabela 1.8 Filiação Aos Novos Partidos Pelos Membros Da Arena E Mdb: Câmara Federal.....  | 39 |
| Tabela 1.9 Número De Diretórios Da Arena E Mdb: Outubro De 1980.....  | 40 |

Capítulo II

|   |    |
|---|----|
| Tabela 2.1 Participação Na Receita Líquida Dos Três Níveis De Governo Brasil - 1965-1974, Em Porcentagem..... | 45 |
| Tabela 2.2 Crescimento Do Eleitorado Do Estado De São Paulo E Do Brasil, 1966 A 1982.....                     | 49 |
| Tabela 2.3 População Total, Urbana E Rural: Estado De São Paulo, 1950-1980.....                               | 50 |

Capítulo III

|  |    |
|--|----|
| Tabela 3.1 Distribuição Das Cadeiras Da Câmara Municipal De Araraquara: Por Legenda Partidária E Número De Cadeiras..... | 64 |
| Tabela 3.2 Filiação À Arena E Ao Mdb Dos Representantes Dos Antigos Partidos, Câmara Municipal, 1966.....                | 65 |
| Quadro 3.1 Relação Dos Vereadores Eleitos Em 1963 E Sua Filiação Em 1966.....  | 67 |

#### Capítulo IV

|  |    |
|--|----|
| Quadro 4.1 Relação Dos 51 Membros De Formação Do Diretório Da Arena De Araraquara..... | 74 |
| Tabela 4.1 Distribuição Profissional Dos Membros Dos Diretórios – Araraquara.....      | 77 |
| Quadro 4.2 Relação Dos 49 Membros De Formação Do Diretório Do Mdb De Araraquara.....   | 79 |
| Quadro 4.3 Comissão Executiva Municipal – Mdb.....                                     | 81 |

#### Capítulo V

|   |    |
|---|----|
| Tabela 5.1 Composição Etária Dos Candidatos A Vereador.....   | 87 |
| Tabela 5.2 Distribuição Profissional Dos Candidatos.....  | 88 |
| Tabela 5.3 Desempenho Percentual (%) Da Arena E Mdb Nas Eleições Municipais Em Araraquara, 1968-1982..... | 91 |
| Tabela 5.4 Composição Da Câmara Municipal De Araraquara, 1968-1976.....                                   | 92 |
| Tabela 5.5 Vereadores Novos E Reeleitos-1968-72-76: Em Número Absoluto E Porcentagens.....                | 93 |

#### Capítulo IV

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 6.1 Eleição Municipal De 15 De Novembro De 1968 - 13ª Zona Eleitoral.....                            | 97  |
| Tabela 6.2 Eleição Municipal De 15 De Novembro De 1972 - 13ª Zona Eleitoral.....                            | 97  |
| Tabela 6.3 Eleição Municipal De 15 De Novembro De 1976 - 13ª Zona Eleitoral.....                            | 100 |
| Tabela 6.4 Eleição Municipal De 15 De Novembro De 1982 - 13ª Zona Eleitoral.....                            | 101 |
| Tabela 6.5 Prefeitos Eleitos Em Araraquara - Ano 1972 – 1996.....   | 103 |
| Tabela 6.6 Resultados Das Eleições Para O Senado - Estado De São Paulo E Araraquara – 1966 À 1982.....      | 105 |
| Tabela 6.7 Resultados Eleitorais 15 De Novembro De 1966 - 13ª Zona Eleitoral De Araraquara.....             | 109 |
| Tabela 6.8 A Representação Em São Paulo E Candidaturas Locais: Segundo As Siglas Partidárias – 1966-78..... | 114 |

#### Anexos

|   |     |
|---|-----|
| Quadro A.1 Candidatos Eleitos Para Vereador –1968.....                    | 126 |
| Quadro A.2 Candidatos Eleitos Para Vereador –1972.....                    | 127 |
| Quadro A.3 Candidatos Eleitos Para Vereador –1976.....                    | 128 |
| Quadro A.4 Candidatos Eleitos Para Vereador -1982.....                    | 129 |
| Quadro A.5 Intendentes Geral De Araraquara - 1896 –1906.....              | 130 |
| Quadro A.6 Prefeitos De Araraquara - 1906-2000.....                       | 130 |
| Lista A.1 Presidentes Da Câmara Municipal De Araraquara: 1948 – 2002..... | 131 |

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo estudar os partidos políticos ARENA e MDB no município de Araraquara, durante o período bipartidário, entre os anos de 1965 e 1979. Este trabalho busca argumentar que os partidos políticos ao nível local, no período autoritário pós-64, tiveram especificidades durante a criação e consolidação do sistema de partidos.

A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do regime militar pós-64 e conhecida pela literatura política como o partido da “situação” ou do “governo”, foi uma agremiação próxima de apresentar uma situação de disciplina, dentro do sistema político partidário vigente.<sup>1</sup> No entanto, o exame de sua atuação política partidária-eleitoral local instiga pensar num comportamento próprio, dado que em muitas situações esta atuação não corresponde às expectativas políticas das esferas partidárias superiores.

Herdeira de quadros políticos tradicionais da política local e representativa dos interesses dos quadros dos partidos políticos estaduais e federais, ao nível local a ARENA teve dificuldades na articulação de forças políticas em seu favor, como a manutenção dos quadros políticos com sustentação eleitoral, a oferta de lideranças políticas novas, a perda de representantes no plano estadual e federal e o desgaste eleitoral da legenda. As disputas internas provocadas pela formação das sublegendas e um crescimento das forças de oposição nos cenários paulista e brasileiro, penso serem os dois principais obstáculos apresentados à ARENA ao seu desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Ver verbete elaborado por Olavo Brasil de Lima Júnior In: BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves. (1984) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro. 1930-1983.*; Cf. CRUZ, Sebastião C. Velasco & MARTINS, Carlos Estevam (1984), p39. KINZO, Maria D’Alva Gil. (1988).

Por outro lado, ao nível local também participa o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com quadros e espaços políticos novos. O MDB local se viu mais favorecido para articular as forças política locais, dada uma melhor organização partidária, que articulou as três esferas: municipal, estadual e federal; assim como, por obter os benefícios políticos eleitorais advindos dos desgastes políticos dos quadros da ARENA, tanto ao nível nacional como local.

Desta forma, o que pretendo defender é a tese de que os partidos políticos, ARENA e MDB locais, ao longo do período de seu funcionamento tiveram dificuldades em consolidar os grupos políticos originais existentes em suas formação, propiciando mudanças nos quadros partidários políticos locais.

Alterações estas muitas vezes não compreendidas, se privilegiada uma literatura política sobre estes partidos no prisma estadual e nacional. Este trabalho busca privilegiar o comportamento político destes partidos em um município, com a finalidade de visualizar as lutas políticas destes e seus desdobramentos no cenário político local.

Os estudos de poder local no Brasil sempre estiveram presentes, tendo uma maior atenção nas décadas de 50 e 60, com vários estudos publicados pela Revista Brasileira de Estudos Políticos. Na tentativa de comunicar estas publicações científicas, o artigo de Murilo Carvalho esclarece as dificuldades desses estudos em tratar as questões políticas locais à luz da moderna ciência política.<sup>2</sup>

Passados mais de quarenta anos, a ciência política no Brasil ainda busca tratar destas questões com maior clareza e respaldo na utilização de metodologias que possam

---

<sup>2</sup> Carvalho, Murilo. Estudos de poder local no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Políticos: Belo Horizonte/UFMG, N. ° 25/26, P231-248, Jul.68/jan.69.

dar conta da atual complexidade de nossa estrutura partidária e o atual estágio de nossa democracia.

Para analisar a dinâmica local dos partidos políticos ARENA e MDB, o presente estudo dividiu-se duas partes com seis capítulos ao todo. Na primeira parte, o capítulo primeiro estudou o contexto político nacional, em que foram descritos os principais grupos partidários que aderiram as duas agremiações existentes no período em questão, as principais leituras sobre os dois partidos nacionalmente, os resultados eleitorais nacionais e paulistas pelo qual participaram e por último, mostrou como foi o retorno ao período multipartidário, ocorrido depois da reforma partidária de 1979.

No segundo capítulo, o trabalho analisa o período de mudanças sócio-econômicas e políticas pelo qual passou o Brasil, e em particular os municípios paulistas durante a década de 60 e setenta. A análise de importantes trabalhos sobre poder local foi privilegiada na busca de melhor contextualizá-las com os dados apresentados do município em estudo.

Na segunda parte deste trabalho, o capítulo três foca o caso de Araraquara, em que descrevi brevemente sobre sua história-política. O contexto político-eleitoral local também foi ilustrado, mapeando as principais lideranças políticas-partidárias que foram as bases políticas para formação dos dois partidos em estudo. Destes antecedentes partidários ocorreu o realinhamento político em 1965, formando-se a ARENA e MDB local.

No capítulo quatro é apresentado o quadro político local de formação da ARENA e MDB em Araraquara, as primeiras atividades políticas e a dinâmica interna destes na consolidação de lideranças que disputariam os cargos localmente. Também forma um

sexto capítulo, uma preocupação de estudo sobre o legislativo, descrevendo seu perfil sócio-econômico e resultados eleitorais obtidos ao longo do período em estudo.

Por fim, as eleições ocorridas ao longo dos 14 anos de período bipartidário são descritas no último capítulo, sob uma abordagem local, em que são constatadas as particularidades efetuadas pelos grupos políticos locais. A dinâmica de lançamento de candidaturas, muitas vezes privilegiando o potencial eleitoral dos candidatos é uns dos principais fatores que deram aos partidos locais uma certa independência de ação frente aos seus dirigentes partidários em estâncias estadual e federal.

## CAPÍTULO I O CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL

### 1.1 Introdução

Este capítulo buscará ilustrar o contexto político-partidário do período tratado na pesquisa. A primeira preocupação é mapear a herança partidária a partir do quadro de partidos anterior, que iria se consumir nos dois partidos políticos do período bipartidarista.

Em seguida a preocupação é apresentar a formação dos dois partidos, segundo especialistas sobre o tema, na intenção de contextualizá-los nacionalmente, e posteriormente contrasta-los com a análise sob o âmbito local.

A terceira preocupação é apresentar uma análise dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos no período estudado como forma de ilustrar o seu sucesso ou fracasso político eleitoral.

Por último, é feita uma breve explanação dos resultados eleitorais de 1982, quando os partidos MDB e ARENA já haviam sido extintos. Este novo período da política brasileira, ainda sob a era de governantes militares, tem o número de partidos ampliado, o que propicia um novo realinhamento das forças políticas locais.

### 1.2 O quadro partidário no pluripartidarismo

Mostrar o contexto político-partidário no âmbito nacional, que compreende o sistema pluripartidário existente de 1945 até o ano da decretação do AI n. ° 2 no dia 27 de outubro de 1965, é necessário como forma de estabelecer uma análise que contemple o processo político brasileiro anterior, ao qual se refere o estudo.

Como observa Rogério Schmit (2000), este ciclo político que caracteriza a Terceira República, representou a primeira experiência com a democracia na história brasileira. Ainda que “padecia” de algumas limitações, para o autor:

“em nenhum momento anterior de nossa trajetória política e institucional combinaram-se de modo duradouro o sufrágio universal e eleições competitivas, isto é, com efetiva alternância no poder”. (SCHMITT, 2000:11).

Durante este período, existiram 14 partidos que compunham o quadro do sistema partidário brasileiro. Dentre estes, treze partidos ainda permaneciam representativos na câmara federal, sendo que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tivera poucos anos de legalidade. No entanto, apesar do grande número de partidos políticos, apenas três eram considerados dominantes.

Dentre esses três temos o Partido Social Democrata (PSD), mais ligado ao grupo que participava do poder durante o Estado Novo, daí estarem diretamente ligados com o governo e a figura de Getúlio Vargas; a União Democrática Nacional (UDN), criada por facções oligárquicas e outros grupos que se opunham ao governo e à figura de Getúlio Vargas; e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também ligado a Vargas, buscava arregimentar o apoio das massas trabalhadoras urbanas, principalmente os ligados ao sistema sindical e previdenciário.<sup>3</sup>

Os dados apresentados na tabela 1.1 abaixo ilustram o domínio dos três partidos na Câmara dos Deputados, que juntos possuíam quase 87% das cadeiras em 1945 e em 1962 esta porcentagem cai para 79%. O PSD, em 1945 possuía quase 53% do total das

---

<sup>3</sup> Para uma melhor apresentação sobre as 14 legendas ver, Rogério Schmitt (2000). *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.

cadeiras. Ainda podemos observar que apenas dois outros partidos se mostraram relevantes nos números de cadeiras em 1962, dentre eles o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Democrata Cristão (PDC), que juntos atingiam 10 %.<sup>4</sup>

TABELA 1.1 REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1945 à 1962): por número de cadeiras.

| Partidos/anos                        | 1945 | 1950 | 1954 | 1958 | 1962 |
|--------------------------------------|------|------|------|------|------|
| PSD Partido Social Democrático       | 151  | 112  | 114  | 115  | 122  |
| UDN União Democrática Nacional       | 77   | 81   | 74   | 70   | 94   |
| PTB Partido Trabalhista Brasileiro   | 22   | 51   | 56   | 66   | 109  |
| PSP Partido Social Progressista      | 4    | 24   | 32   | 25   | 22   |
| PR Partido Republicano               | 7    | 11   | 19   | 17   | 5    |
| PDC Partido Democrata Cristão        | 2    | 2    | 2    | 7    | 20   |
| PTN Partido Trabalhista Nacional     | 0    | 5    | 6    | 7    | 11   |
| PST Partido Social Trabalhista       | 0    | 9    | 2    | 2    | 8    |
| PL Partido Libertador                | 1    | 5    | 8    | 3    | 3    |
| PRP Partido de Representação Popular | 2    | 2    | 3    | 3    | 4    |
| PSB Partido Socialista Brasileiro    | 0    | 1    | 3    | 9    | 4    |
| PRT Partido Republicano Trabalhista  | 0    | 1    | 1    | 2    | 3    |
| MTR Movimento Trabalhista Renovador  | 0    | 0    | 0    | 0    | 4    |
| PCB Partido Comunista Brasileiro     | 14   | -    | -    | -    | -    |
| Sem partido ou coalizão              | 6    | 0    | 6    | 0    | 0    |
| Total de cadeiras                    | 286  | 304  | 326  | 326  | 409  |

Fonte: Adaptado de Phylis Peterson, Brasil, Political Parties: Forms, Organization, Leadership, p356s; Vladimir Reisky de Dubnic, Politics and Political Parties in Brasil, p278; e Revista Brasileira de Estudos Políticos (janeiro de 1964), p9.

Publicado In: ALVES, Maria Helena Moreira. (1984) *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, p.62.

<sup>4</sup> Para o cientista político Rogério Schmitt a democracia representativa deste período seria um sistema moderadamente fragmentado, numa análise de âmbito nacional. Analisando pelas unidades da federação individualmente, o cientista político Olavo Brasil de Lima Júnior observa que esse sistema multipartidário não se manifesta de forma idêntica em todos os Estados. (SCHIMITT, 2000; 25).

Esta herança partidária subsidiará os futuros representantes da ARENA e MDB. Um movimento político importante a ser analisado neste período é a primeira aglutinação dos congressistas brasileiros no novo sistema bipartidário. De acordo com Aderson de Menezes (1986:10);

“Deve assinalar-se que, para essa alternativa, mais como distribuição do que como escolha de lugares à sombra dos dois pseudo-partidos, muito influíram as situações políticas estaduais ou regionais, por via das quais, ante rivalidades inconciliáveis minadas pelos antigos pessedismo, udenismo e trabalhismo, ou se metamorfosearam os congressistas em arenistas de fachada, ou se transformaram os parlamentares em emedebistas de encomenda.”

Sem dúvida que um pertencimento partidário era uma discussão presente, no momento de formação das novas legendas. Ao se elaborar uma análise quantitativa mais detalhada deste movimento político, notamos que os três principais partidos - PSD, PTB E UDN-, somavam juntos 387, ou (81,5%), dos congressistas em 1964, conforme os dados apresentados na tabela 1.2 a seguir:

TABELA 1.2 REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA NO PARLAMENTO NACIONAL  
1964: por número de cadeiras.

| Partidos/Representação             | Senadores | Deputados | Congressistas |
|------------------------------------|-----------|-----------|---------------|
| PSD Partido Social Democrático     | 22        | 119       | 141           |
| UDN União Democrática Nacional     | 15        | 95        | 110           |
| PTB Partido Trabalhista Brasileiro | 17        | 119       | 136           |
| PSP Partido Social Progressista    | 2         | 21        | 23            |
| PR Partido Republicano             | 1         | 5         | 6             |

|                   |                                  |    |     |     |
|-------------------|----------------------------------|----|-----|-----|
| PDC               | Partido Democrata Cristão        | 1  | 18  | 19  |
| PTN               | Partido Trabalhista Nacional     | 2  | 12  | 14  |
| PST               | Partido Social Trabalhista       | 0  | 4   | 4   |
| PL                | Partido Libertador               | 2  | 3   | 5   |
| PRP               | Partido de Representação Popular | 0  | 5   | 5   |
| PSB               | Partido Socialista Brasileiro    | 1  | 2   | 3   |
| PRT               | Partido Republicano Trabalhista  | 0  | 3   | 3   |
| MRT               | Movimento Renovador Trabalhista  | 1  | 3   | 4   |
|                   | Sem partido                      | 2  | 0   | 2   |
| Total de cadeiras |                                  | 66 | 409 | 475 |

Publicado In: MENEZES, Aderson de. (1968) “As eleições federais de 1966: a Legislação eleitoral e o bi-partidarismo nacional. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: UFMG, N.º 23/24, jul. 1967/jan. pp09-22

O quadro político brasileiro de 1964 e que continuaria até outubro de 1965, fora obrigado a se acomodar em apenas duas legendas partidárias. De acordo com os dados levantados por Maria D’Alva Gil Kinzo (1993:36);

“Pode-se observar que, a ARENA, absorvendo 63% dos deputados federais, ficou com a quase totalidade dos udenistas (90,5%), que assim passaram a compartilhar o mesmo partido com seus antigos adversários pessedistas, com um peso numérico equivalente. Nesta fase inicial, a bancada arenista era também integrada por 15% de ex-membros do PTB, partido fortemente atingido pelas cassações de mandatos, mas que teve 33% de sua representação assimilada ao novo partido governista. Foram também para a ARENA quase todos os membros do PSP (partido de Ademar de Barros), as pequenas representações do PR, PL e PRP, e mesmo dos pequenos partidos trabalhistas PST, PRT e PTN”.

O quadro pluripartidário anterior ilustra quais serão as facilidades por parte dos Arenistas em organizar o partido nacionalmente e neste mesmo sentido, as dificuldades por parte da oposição. Desta forma, a ARENA nacional consegue se solidificar como um grande partido, principalmente em números de representantes, contendo importantes expressões da política advindas do período de redemocratização iniciado em 1945. A adesão dos políticos parlamentares, representado na tabela 1.3 se deu da seguinte forma:

TABELA 1.3 FILIAÇÃO À ARENA E AO MDB DOS REPRESENTANTES DOS ANTIGOS PARTIDOS, CÂMARA FEDERAL, 1966.

| Partidos Antigos                       | ARENA | MDB | Total |
|--|-------|-----|-------|
| Conservadores                          |       |     |       |
| UDN (União Democrática Nacional)       | 86    | 9   | 95    |
| PSD (Partido Social Democrático)       | 78    | 43  | 121   |
| PSP (Partido Social Progressista)      | 18    | 2   | 20    |
| PR (Partido Republicano)               | 4     | -   | 4     |
| PL (Partido Libertador)                | 3     | -   | 3     |
| PRP (Partido de Representação Popular) | 5     | -   | 5     |
| Trabalhistas/Reformistas               |       |     |       |
| PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)   | 38    | 78  | 116   |
| PDC (Partido Democrata Cristão)        | 13    | 6   | 19    |
| PTN (Partido Trabalhista Nacional)     | 8     | 4   | 12    |
| PST (Partido Social Trabalhista)       | 2     | -   | 2     |
| PRT (Partido Republicano Trabalhista)  | 2     | 2   | 4     |
| MTR (Movimento Trabalhista Renovador)  | -     | 3   | 3     |

|                                     |     |     |     |
|-------------------------------------|-----|-----|-----|
| PSB (Partido Socialista Brasileiro) | -   | 2   | 2   |
| Não Filiados                        | -   | -   | 3   |
| Total                               | 257 | 149 | 409 |

Fonte: Kinzo, M. D. G., p32

Publicado In: KINZO, Maria D'Alva Gil. Radiografia do quadro partidário brasileiro. São Paulo: Fundação Konrand-Adenauer-stiftung, 1993. P.37.

Um dos principais benefícios de que iria usufruir a ARENA era a proximidade com o governo. Portanto, os recursos estariam a seu favor devido à bancada numerosa de parlamentares; a máquina governamental em quase todos os estados e o grande número de municípios que dela passaram a ser representantes. De uma forma ou de outra, a intimidação política garantiu o sucesso eleitoral deste partido no início de sua formação.

Quanto ao MDB, se houve dificuldades iniciais de formação do partido, a existência de importantes quadros políticos novos, o papel de partido oficial de oposição e uma melhor organização partidária, darão um ganho eleitoral crescente, principalmente após as eleições de 1974. Não sendo o propósito deste trabalho investigar estes partidos nacionalmente, a parte seguinte trará uma pequena ilustração de como estes dois partidos foram analisados pela literatura.

### 1.3 Os partidos nacionais: ARENA e MDB.

A ARENA tinha como propósito político ser inserida na disputa partidária brasileira como um novo partido e formar uma organização política nova. No entanto, seus quadros políticos advinham na sua maioria dos partidos existentes no antigo sistema partidário.

Como argumentou Lúcia Grinberg (1998:52)

“se a ARENA foi inventada, seus membros não foram, pois tinham em sua absoluta maioria uma longa prática da política, adquirida durante o período de 1945 a 1964, e mesmo antes dele.”<sup>5</sup>

As condições de saída originárias deste partido trouxeram dificuldades para que se transformasse em um partido político moderno, tendo como herança, integrantes advindos do antigo sistema partidário e cuja composição era tradicional e conservadora em sua maioria, como também, tendo que lidar com o desgaste político por ser um partido governista.

Segundo Angelo Panebianco (1982), por terem o controle do Estado, o direito de dispor dos recursos públicos de que usufruem os partidos governantes, constitui “um potente fator inibidor do desenvolvimento organizativo forte” (PANEBIANCO, 1982:215).

Ao estudar a fundação da ARENA nacional, Lúcia Grinberg menciona o caráter de “ambigüidade” transparecido nos temas dos discursos, quando ocorre a primeira convenção em 26 de maio de 1966. Como observa a autora, os parlamentares convencionais mencionam um pertencimento aos antigos partidos, o que dificulta seus entendimentos no que se refere à construção deste partido.<sup>6</sup>

Se a ARENA nacional na maioria das vezes modificava as normais partidárias e eleitorais, isto acarretava dificuldades por parte de seus diretórios municipais em seguir tais normas e se adaptar as novas exigências.

---

<sup>5</sup> Lucia Grinberg. (1998) *A Aliança Renovadora Nacional (ARENA): A Criação do Bipartidarismo e do Partido do Governo (1965-1979). Tese de Mestrado*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

<sup>6</sup> Cf. Lucia Grinberg. (1998) op cit, p74.

No ano de 1969, o presidente Garrastazu Médici buscava conduzir a política nacional, com discursos aos nove membros que formavam a Comissão Executiva Nacional da ARENA, convidados pessoalmente por ele segundo reportagem. A preocupação maior era conduzir a política nacional de uma forma organizada, visto que, era um partido que controlava “80% dos mandatos eletivos, 2.500 prefeitos, 685 deputados estaduais, 273 Federais e 47 dos 59 senadores”.<sup>7</sup> Esta preocupação é simbólica para expressar as grandes incompatibilidades políticas com suas bases.

Através do Ato Complementar n.º 54<sup>8</sup>, o Governo Federal oficializa uma nova dinâmica para a política dos municípios. A filiação partidária seria um instrumento importante, que indicaria os representantes às convenções Estaduais e a Convenção Nacional. As normas do AC 54 são de que para formar um diretório municipal, seja necessária filiação de eleitores, ou seja: “5% de filiados nos municípios que tenham até 1000 eleitores. Daí para frente, o número vai crescendo gradativamente até que, nos municípios de mais de 500.000 eleitores, o partido precisará de 2.190 filiados, mais 1 por parcela excedente de 1000 eleitores”.<sup>9</sup>

Se antes, o diretório provisório dos partidos era comandado por deputados federais, estaduais e vereadores, agora, o espaço político passaria a ser compartilhado também pelos eleitores filiados. Quem se beneficia em poder e prestígio político são os governadores, pois, pelo AC 54, os parlamentares não representam mais que um terço das convenções partidárias. Os outros dois terços são formados pelas organizações de base do partido que dão ao governador o apoio principal através de recursos financeiros.

---

<sup>7</sup> Realizada no dia 20 de novembro, a presidência do Partido ARENA deixou de ser presidida por Filinto Muller e passou para o Deputado Rondon Pacheco. Em reportagem da Revista Veja, N.º 64, “Política do General”, “A política das Convenções”, p24-26, 26/11/1969.

<sup>8</sup> Resolução N.º 8484, do Supremo Tribunal Federal.

<sup>9</sup> Veja N.º 40, “Procuram-se Eleitores”, 11/06/1969, p17

Ao longo do bipartidarismo, foram várias as mudanças na legislação partidária e eleitoral, e na maioria das vezes, tinham intuito de garantir o sucesso político do partido do governo.

Em 1969, através de uma modificação na Constituição de 1967, foram unificadas as datas para as eleições de prefeitos e vereadores em todo o Brasil, valendo a partir de 1970. Desta forma, foram desvinculadas as eleições municipais (1972, 1976 e 1980), das eleições para cargos políticos Estaduais, Federais e Senadores (1974, 1978 e 1982).<sup>10</sup>

Para David Fleischer, a idéia proposta pelos militares de deixarem os “pleitos municipais girarem exclusivamente em torno das questões municipais”, promoveu o enfraquecimento de votos para a ARENA. Nas eleições de 1974, sem o “reforço das bases municipais”, segundo o autor, a ARENA não atingiu suas expectativas de vitórias, além do que, a eleição para o Senado era de apenas uma vaga, “reduzindo as possibilidades de composição entre as várias facções governistas (ARENA-1, ARENA-2, ARENA-3).”<sup>11</sup>

Como pode observar Thomas Skidmore (1988:227) o desejo de impor à ARENA a lealdade partidária, através da vinculação dos votos para deputado estadual e federal não garantiu bons resultados eleitorais. A idéia era evitar que em nível local ou estadual, pudesse haver alianças entre governo e oposição.

A busca de bons resultados eleitorais por parte da ARENA nos municípios não estava relacionada somente com a contenção da oposição. A dificuldade também era presente nas lideranças locais que disputavam apoios com o governo municipal, estadual

---

<sup>10</sup> Para Thomas Skidmore (1988) “a idéia era impedir que a discussão de questões nacionais influenciasse os problemas locais e vice-versa”. p227

<sup>11</sup> David Fleischer. Poder local e o sistema eleitoral brasileiro. 1996, p118.

e federal, de forma acirrada. Desta forma, as lideranças nacionais e militares, que buscavam organizar o partido e leva-lo a um patamar de legitimidade política do governo, tinham o desafio de apaziguar em quase todo o território nacional as variadas formas municipais de atuação da ARENA. Na competição partidária, o MDB estava atuando, mas seus desafios seriam diferentes do partido governista.

Ao estudar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Maria D'Alva Gil Kinzo (1988) salienta a intenção do regime militar em formalizar dois partidos. Sendo assim, criado o partido de apoio ao governo, restava garantir a “fachada democrática” com um pequeno partido de oposição formal ao governo. Mesmo porque, não podemos deixar de mencionar que o golpe de 1964 foi um movimento tanto militar quanto civil.

Como argumenta em sua análise:

“De fato, estas medidas refletiam a intenção do novo regime no sentido de criar um sistema em que houvesse um grande partido de apoio ao governo, e um pequeno partido de oposição formal, que viesse apenas garantir uma fachada democrática”. (KINZO, 1988:15)

Se for observado historicamente o contexto político em que se deu a mudança efetuada no sistema eleitoral e partidário brasileiro, são encontrados argumentos que induziram os militares a acreditar que:

“a crise política brasileira podia ser atribuída ao seu sistema multipartidário. Inconstantes em suas alianças, os partidos, ao que se alegava, manobravam em proveito pessoal, mas a expensas do interesse público.” (SKIDMORE, 1988:105).

Sendo assim, o uso dos nomes das antigas organizações partidárias foi proibido e mesmo tendo a oportunidade numérica de se criar três partidos, somente dois foram criados.<sup>12</sup>

Desta forma, o MDB nacional é resultado da organização efetuada pelos parlamentares que aderiram ao movimento de oposição ao regime militar. Como bem demonstrou em seu trabalho, “estes parlamentares foram os mesmos que, com a ajuda de deputados estaduais que se filiaram ao MDB, se incumbiram de formar diretórios regionais em seus respectivos Estados”. (KINZO, 1988:37)

Célia S. Melhem (1998:24) argumenta que “no caso do MDB, a imediata adoção de objetivo eleitoral, mesmo em um regime autoritário, e a maneira como encaminhou esta luta foram decisivas para seus destinos”.

Durante a vigência do período bipartidário no Brasil, os dois partidos políticos conviveram com a existência de sublegendas. As disputas internas dentro dos partidos políticos, principalmente na ARENA, são levantadas como grande preocupação pelos estudiosos, visto que, quando criadas as legendas da ARENA e MDB, ao mesmo tempo em que confortava lideranças advindas dos partidos extintos, provocavam imensas rivalidades entre os candidatos do mesmo partido.

Para David Fleischer as sublegendas funcionariam como mais um casuísmo por parte do regime militar. Desta forma os partidos políticos brasileiros puderam lançar até três candidatos, o que iria “engrossar a sua lista e ‘somar forças’ na eleição”.(1988:70)

No entanto, a realidade política brasileira mostrava que a ARENA competia com amplas vantagens, visto a existência e facilidades de formarem diretórios regionais e

---

<sup>12</sup> A lei exigia no mínimo 120 deputados e 20 senadores por partido, tendo no Congresso um total de 409 deputados e 66 senadores.

municipais, na totalidade dos Estados brasileiros; o mesmo não acontecendo com o MDB. (ALVES, 1984; KINZO, 1988; SOUZA, 1998).

Nas eleições municipais de 1968, houve um dos primeiros grandes desafios eleitorais dos dois partidos políticos, que era fazer uso das sublegendas. Neste ano, aproximadamente 1455 municípios de onze Estados - Alagoas, Amazonas, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte, realizaram as eleições municipais.<sup>13</sup>

Para a ARENA, predomina o número de candidatos e a existência de diretórios em quase todos os municípios. Em particular para o Estado de São Paulo, as forças políticas ligadas ao Senador Carvalho Pinto, ao Governador Abreu Sodré e ao prefeito da capital Faria Lima; davam a cor política em que se realizavam as eleições. Uma breve ilustração dos resultados é o objetivo do tópico seguinte.

#### 1.4 Os partidos no contexto das eleições nacionais

No período de vigência do bipartidarismo, tanto a ARENA como o MDB, não participaram de eleições diretas para todas as esferas públicas. Para Maria Helena Moreira Alves, o regime militar elaborou uma estratégia política de “vigilância e controle dos partidos políticos, do Legislativo, do Judiciário e do Executivo”, que fazia parte de um projeto mais amplo de planejamento e administração do Estado de Segurança

---

<sup>13</sup> Veja, n. ° 7, p22, 23/10/68.

Nacional, que implicava em desenvolver diretrizes governamentais que determinavam políticas e estruturas de controle de cada área política e da sociedade civil.<sup>14</sup>

A Câmara Legislativa continuou a ser alimentada por eleições diretas, apesar das inúmeras mudanças nos códigos eleitorais efetuados pelo regime militar. Já o Executivo, este foi privado das mais importantes esferas, como para presidente e governadores, ficando apenas para serem eleitos por votos diretos os cargos do executivo municipal, com exceção dos prefeitos das capitais e áreas consideradas de Segurança Nacional. Ao longo da vigência do sistema bipartidário houve quatro eleições legislativas federais e estaduais, que compreende os anos de 1966, 1970, 1974 e 1978.

Destas quatro eleições observa-se, na tabela 1.4 abaixo, que o desempenho dos resultados obtidos pela ARENA para o Senado foram decrescendo, sendo que as taxas mais baixas apresentadas na Capital, de 58,9% em 1966, seguiram a queda para 47,5% em 1970, para 21,2% em 1974 e 12,3% em 1978. Já no Interior, os índices para o Senado tiveram valores maiores que a média nacional, quando em 1966, chegou a 66,6%, enquanto o Brasil era de 56,6%. No entanto esta superioridade não se manteve ao longo das outras eleições.

Como observou Braz José de Araújo (1979:460-61), os resultados eleitorais do Estado de São Paulo para o senado mostraram tendências políticas dos dois partidos envolvidos. Por um lado, a ARENA paulista ficou desprestigiada pelo eleitorado por apresentar candidatos oriundos da máquina administrativa e executiva, de cunho conservador. O MDB, na sua opinião, conseguiu dar oportunidade à emergência de novos

---

<sup>14</sup> Maria Helena Moreira Alves (1984). *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Pp91. De acordo com a autora, ao por em prática estas propostas, desenvolveu-se um constante relacionamento dialético. No Ano de 1965, o A I n. ° 2 eliminaram as antigas estruturas de Estado para a construção de novas.

quadros, contribuindo para uma melhora qualitativa de seus candidatos, obtendo assim resultados favoráveis eleitoralmente.

Para a câmara federal e estadual, observa-se que os índices eleitorais obtidos pela ARENA são próximos, e por sua vez, distantes comparados com os índices do Senado.<sup>15</sup> No ano de 1966, os resultados apresentados na Capital também perdiam para o Interior. Para Câmara Federal, 44,2%, contra 58,7%; para a Assembléia Legislativa, 45,0%, contra 59,3%. Esta superioridade dos índices do Interior, em relação com os da Capital se manteve durante as quatro eleições existentes, confirmando o apoio político dado a ARENA, no chamado pequenos centros urbanos e meio rural.<sup>16</sup>

TABELA 1.4 DESEMPENHO PERCENTUAL (%) DA ARENA NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS FEDERAIS E ESTADUAIS, 1966-1978.

| Anos | ARENA        | Senado | Câmara Federal | Assembléia Legislativa |
|------|--------------|--------|----------------|------------------------|
| 1966 | Capital      | 58,9   | 44,2           | 45,0                   |
|      | Interior     | 66,6   | 58,7           | 59,3                   |
|      | Estado de SP | 63,8   | 53,5           | 54,2                   |
|      | Brasil       | 56,6   | 64,0           | 64,1                   |
| 1970 | Capital      | 47,5   | 70,5           | 71,6                   |
|      | Interior     | 51,2   | 76,9           | 77,1                   |
|      | Estado de SP | 49,9   | 74,7           | 75,2                   |
|      | Brasil       | 60,4   | 69,5           | 69,8                   |
| 1974 | Capital      | 21,2   | 29,7           | 28,2                   |
|      | Interior     | 30,2   | 42,1           | 41,2                   |
|      | Estado de SP | 26,8   | 37,3           | 36,3                   |
|      | Brasil       | 41,0   | 52,0           | 52,1                   |
| 1978 | Capital      | 12,3   | 23,0           | 23,4                   |
|      | Interior     | 20,5   | 39,4           | 39,9                   |

<sup>15</sup> Para Vilmar E. Faria, 1978, as eleições (1974) para o Senado, “quando comparadas com as eleições para a Câmara Federal e para a Assembléia Legislativa, estiveram menos determinadas pela capacidade política local dos dois partidos e que as decisões sobre em quem votar para senador nem sempre estiveram ligadas ao alinhamento partidário” p214

<sup>16</sup> Vilmar E. Faria, 1978, analisando as eleições de 1974 no Estado de São Paulo, verificou que “o partido situacionista se viu desfavorecido nas micro-regiões onde o processo de desenvolvimento agregado se deu de forma acentuada, porém com marcas e visíveis desigualdades sociais e setoriais” p238.

|  |              |      |      |      |
|--|--------------|------|------|------|
|  | Estado de SP | 17,6 | 33,1 | 33,7 |
|  | Brasil       | 43,0 | 50,4 | 51,0 |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Notas: (1) O complemento destes percentuais correspondem aos votos do MDB. Foram excluídos os votos brancos e nulos.

(2) Adaptado de Souza, M. T. Sadek de. *Concentração Industrial e Estrutura Partidária: o processo eleitoral no ABC-1966/1982*. Tese de Doutorado, USP, 1984.

Publicado In: CASTRO, Maria Helena Guimarães de. (1987) *Equipamentos sociais, política partidária e governos locais no Estado de São Paulo (1968-1982)*. Tese de mestrado, Campinas: UNICAMP, p85.

Durante a vigência do bipartidarismo, esta realidade eleitoral presente não é fator de garantir o verdadeiro apoio político que cabia a ARENA, aos olhos do regime militar. Apesar das facilidades em formar os diretórios em quase todos os municípios do Brasil, havia tremenda dificuldade estrutural em manter um vínculo destes diretórios com a direção do partido nacional, salvo as necessidades vitais em épocas de eleições municipais.

Esta conduta política arenista deu oportunidade para o MDB trabalhar as forças políticas municipais com maior preocupação com as estruturas internas e suas ligações com diferentes níveis de representação política.

Mais do que simplesmente uma melhor organização partidária, com importância aos diretórios municipais existentes, o MDB procurou promover quadros novos e emergentes de lideranças políticas.

Não se atendo aos resultados quantitativos mostrados na tabela 1.5 abaixo, os resultados das eleições paulistas mostram uma renovação das lideranças políticas, promovidas pelo MDB.

TABELA 1.5 NÚMEROS DE ELEITOS SEGUNDO A SIGLA PARTIDÁRIA POR SÃO PAULO

|  |           |                    |                     |
|--|-----------|--------------------|---------------------|
|  | Senadores | Deputados Federais | Deputados Estaduais |
|--|-----------|--------------------|---------------------|

| Ano   | ARENA | MDB | ARENA | MDB | Total | ARENA | MDB | Total |
|-------|-------|-----|-------|-----|-------|-------|-----|-------|
| 1966  | 1     | 0   | 32    | 24  | 59    | 62    | 53  | 115   |
| 1970  | 1     | 1   | 32    | 11  | 43    | 51    | 16  | 67    |
| 1974  | 0     | 1   | 17    | 29  | 46    | 25    | 45  | 70    |
| 1978  | 0     | 1   | 18    | 37  | 55    | 26    | 53  | 79    |
| Total | 2     | 3   | 99    | 101 | 203   | 164   | 167 | 331   |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Publicado In: ARAÚJO, Braz José de. (1979) "As eleições de 1978 em São Paulo". In: FUNDAÇÃO Milton Campos. *As eleições nacionais de 1978*. Brasília: Ed. FMC, Pp469.

Apesar do crescimento eleitoral do MDB, a ARENA ainda se posicionava nacionalmente como um grande partido em termos quantitativos de eleitos, tanto no executivo como no legislativo. No entanto, estava nos grandes centros urbanos o maior desafio eleitoral da ARENA. Apesar do apoio dos governadores e dos prefeitos das Capitais, que em sua quase totalidade estavam filiados à ARENA, os eleitores, por sua vez, tinham a oportunidade de manifestar-se contra a política do governo.

Quando comparamos o desempenho eleitoral da ARENA, em relação ao MDB, é importante observar as conjunturas políticas e econômicas que antecederam a cada eleição.

Nas Eleições de 1966, o clima era de ser o primeiro teste do partido do governo, que se mesclava entre as inúmeras ações coercitivas do regime militar, como: prisão, cassações, censura, impedimentos de candidaturas, fechamento do congresso, dentre outras; como também, por parte da oposição, de competir nas mesmas condições, devido às dificuldades em constituir os diretórios regionais e nacionais, e adesão de candidatos para o partido considerado oposicionista.

De acordo com a tabela 1.6, o ano de 1966 constitui o de maior vitória arenista, relativamente comparando-se as eleições existentes. Para o Senado foram eleitos 48

senadores, com 56,63% dos votos válidos, para a Câmara dos Deputados Federais foram eleitos 277, com 63, 9% dos votos válidos.

Para Maria Helena Moreira Alves (1984), a vitória da ARENA, foi importante para solidificar a formulação da Constituição de 1967. Esta foi aprovada por 223 votos, contra 110 na Câmara Federal e 37 votos, contra 17, no Senado.

TABELA 1.6 ELEIÇÕES FEDERAIS E ESTADUAIS NO BRASIL DE 1966-1978

Senado Federal

| Eleição                     | 1966       | % (1)<br>(2) | 1970       | % (1)<br>(2) | 1974       | %<br>(1)<br>(2) | 1978       | %<br>(1)<br>(2) |
|-----------------------------|------------|--------------|------------|--------------|------------|-----------------|------------|-----------------|
| Total de votos              | 17.259.598 |              | 22.406.624 |              | 28.925.792 |                 | 37.601.641 |                 |
| Total de votos válidos      | 13.630.743 |              | 16.123.219 |              | 24.544.678 |                 | 30.770.038 |                 |
| Total de votos da ARENA     | 7.719.382  | 56,63        | 9.898.694  | 61,4         | 10.068.810 | 41,0            | 13.239.418 | 43,0            |
| Total de votos do MDB       | 5.911.361  | 43,36        | 6.224.525  | 38,6         | 14.579.372 | 59,3            | 17.530.620 | 56,9            |
| Total de votos em branco    | 2.014.579  | 11,6         | 4.955.167  | 22,1         | 2.665.818  | 9,21            | 3.783.550  | 10,0            |
| Total de votos nulos        | 1.614.276  | 9,3          | 1.328.238  | 2,9          | 1.705.296  | 5,89            | 3.048.053  | 8,1             |
| Cadeiras obtidas pela ARENA | 48         |              | 40         |              | 6          |                 | 15         |                 |
| Cadeiras obtidas pelo MDB   | 14         |              | 6          |              | 16         |                 | 8          |                 |
| Total de cadeiras           | 62         |              | 46         |              | 22         |                 | 23         |                 |

Câmara dos Deputados

|                             |            |      |            |      |            |      |            |      |
|-----------------------------|------------|------|------------|------|------------|------|------------|------|
| Total de votos              | 17.285.556 |      | 22.435.521 |      | 28.981.015 |      | 37.553.882 |      |
| Total de votos válidos      | 13.647.108 |      | 15.645.741 |      | 22.820.958 |      | 29.792.217 |      |
| Total de votos da ARENA     | 8.731.638  | 63,9 | 10.867.814 | 69,4 | 11.866.482 | 51,9 | 15.024.298 | 50,4 |
| Total de votos do MDB       | 4.915.470  | 36,0 | 4.777.927  | 30,5 | 10.954.440 | 48,0 | 14.767.919 | 49,5 |
| Total de votos em branco    | 2.461.523  | 14,0 | 4.690.952  | 20,9 | 4.112.973  | 14,2 | 5.042.955  | 13,4 |
| Total de votos nulos        | 1.176.925  | 6,0  | 2.098.828  | 9,3  | 2.047.084  | 7,06 | 2.718.710  | 7,2  |
| Cadeiras obtidas pela ARENA | 277        |      | 233        |      | 203        |      | 231        |      |
| Cadeiras obtidas pelo MDB   | 132        |      | 87         |      | 161        |      | 189        |      |
| Total de cadeiras           | 409        |      | 320        |      | 364        |      | 420        |      |

Assembléias Estaduais

|                             |            |      |            |       |            |           |            |      |
|-----------------------------|------------|------|------------|-------|------------|-----------|------------|------|
| Total de votos              | 17.260.382 |      | 22.406.624 |       | 28.867.300 |           | 37.447.839 |      |
| Total de votos válidos      | 14.044.039 |      | 16.382.966 |       | 23.393.263 |           | 30.222.386 |      |
| Total de votos da ARENA     | 9.005.278  | 64,1 | 11.442.894 | 69,8  | 12.184.240 | 52,0      | 15.410.073 | 50,9 |
| Total de votos do MDB       | 5.038.761  | 35,8 | 4.940.072  | 30,1  | 11.209.023 | 47,0      | 14.812.313 | 49,9 |
| Total de votos em branco    | 2.088.927  | 12,1 | 4.129.835  | 18,43 | 3.487.546  | 12,0<br>8 | 4.632.604  | 12,3 |
| Total de votos nulos        | 1.127.416  | 6,5  | 1.893.823  | 8,45  | 1.986.491  | 6,89      | 2.592.849  | 6,9  |
| Cadeiras obtidas pela ARENA | -          |      | 493        |       | 457        |           | 492        |      |
| Cadeiras obtidas pelo MDB   | -          |      | 208        |       | 330        |           | 353        |      |
| Total de cadeiras           |            |      | 701        |       | 787        |           | 845        |      |

Notas: (1) Percentagens sobre o total de votos válidos para a ARENA e o MDB e (sem brancos e nulos).

(2) Percentagens de votos brancos e nulos sobre o total de votos

Fontes: Fundação IBGE, Anuário Estatístico do Brasil (dados de 1966), Dados Estatísticos, Volume 9: Eleições Federais e Estaduais Realizadas no Brasil em 1979 (Tribunal superior Eleitoral, Departamento de Imprensa Nacional, 1973) (dados de 1970); Dados Estatísticos, Volume 11: Eleições Federais e Estaduais Realizadas no Brasil em 1974 (Tribunal Superior Eleitoral, Departamento de Imprensa Nacional, 1977) (dados de 1974); Márcio Moeria Alves, "As Eleições no Brasil 1978" in: Revista Crítica de Ciências Sociais (Lisboa 1979) (dados de 1978).

Publicado In: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984 p.198-199.

Nas Eleições de 1970, o clima político estava sob o crivo do AI-5 que fora decretado em dezembro de 1968. Se for considerada a repressão inaugurada após a sua decretação, segundo muitos analistas, nunca antes vista na história política brasileira, a ARENA poderia estar segura de seu sucesso eleitoral. No entanto, segundo a análise de Maria D'Alva Gil Kinzo “o MDB, que fora punido pelo regime por ter assumido uma posição mais radical na crise política de 1968, acabou por ser também punido pelo eleitorado em 1970 por ter ido longe demais em sua atitude de moderação”. (1988:137)

Esta análise nos leva a indagar sobre o sucesso da ARENA, após o AI-5 e sobre a busca de revigorar a “democracia” como pretendia o governo do General Médici. No contexto parlamentar, os fatos não eram animadores, visto que o Congresso Nacional ficara fechado, dentre dezembro de 1968 e outubro de 1969. A oportunidade de assumir um presidente civil fora descartado pelo AI-12 e os representantes no Congresso foram reduzidos de 475 para 380 membros.

Neste difícil cenário de práticas políticas representativas parlamentares, tanto para o partido opositor, como também para os políticos da ARENA, o governo militar deu prosseguimento à Lei Orgânica dos Partidos Políticos e alterações na Constituição, que levariam a um centralismo político maior por parte do governo.

Com a Emenda Constitucional n.º 1, de outubro de 1969, haveria mudanças no critério eleitoral, já que o número de representantes parlamentares e das assembleias, seria em decorrência do número de eleitores inscritos e não mais à população do Estado. De acordo com os dados publicados por um periódico de alcance nacional, a câmara passaria de 409 para 310 e as assembleias passariam de 1.076 para 672 representantes. O

Estado de São Paulo teria uma perda de 49 representantes na Assembléia Legislativa, em que o número de 115 diminuiria para 66.<sup>17</sup>

Se for observado o total de votos válidos atribuídos às legendas, as eleições de 1970 significaram a maior porcentagem, dentre as quatro eleições existentes. Conforme os dados da Tabela 1.6, para o Senado, a ARENA obteve 61,4%, contra 38,6% para o MDB. Para a Câmara dos Deputados, a ARENA conseguiu eleger 233 representantes, obtendo 69,4% dos votos válidos, contra 30,5%, para o MDB, que elegeria 87 parlamentares. Parecidos percentuais ocorreram para as Assembléias Legislativas, em que a ARENA conquistou 493 cadeiras, contra 208 do MDB.

Estes altos índices percentuais de votos válidos só não foram significativos de uma grande vitória da ARENA, devido aos também históricos percentuais de votos em branco e nulos. Se por um lado a “atitude de moderação” do partido da oposição trouxe um descontentamento por parte de seu possível eleitorado, por outro lado, deve se atentar para as circunstâncias desfavoráveis de competição eleitoral.

Segundo dados levantados dos 22 Estados, em 14 deles o MDB não conseguiu recrutar candidatos suficientes para competir à Câmara Federal. Para o Senado, em que duas cadeiras eram disputadas para cada Estado, o MDB lançou apenas um candidato em 11 deles<sup>18</sup>. Desta forma, os percentuais de votos em branco e nulos somado, atingiram: 25% para o Senado, 30,2% para a Câmara Federal e 26,88% para as Assembléias Estaduais.

---

<sup>17</sup> Ver Revista Veja, 1970:22. Segundo David V Fleischer as maiores perdas foram no Norte e Nordeste. Em 1977 pelo (Pacote de Abril), teve o retorno da representação por população, voltando numa situação, “aparente”. Ver FLEISCHER, David Verge. (1981) “A evolução do sistema bipartidário”. P187-87.

<sup>18</sup> Opus. cit., Maria D’Alva Gil Kinzo (1988:136).

Passada as eleições de 70 até as de 1974, o regime militar realiza a transição do Presidente Médici para o seu sucessor General Ernesto Geisel. Conforme análise de especialistas no período, dois temas eram objetos de preocupação: a continuidade da política econômica e a perspectiva de mudanças institucionais. Em discurso de posse em março de 1974, segundo os autores:

“...é extremamente significativo, porque num único parágrafo condensa os elementos centrais do dispositivo estratégico que iria balizar toda a atuação do governo Geisel na área política” (CRUZ & MARTINS, 1984: 45)

Os primeiros resultados da “abertura” seriam vistos nas eleições de 1974, marcadas pela intenção do regime militar em buscar a legitimação de seu governo através do fortalecimento eleitoral. Para Maria Helena Moreira Alves, a “política de distensão”, procurava no campo da política:

“eliminar do processo as formas mais explícitas de coerção, e manter o controle exclusivo dos cargos executivos nos estados, assim como maioria suficiente, no Congresso, para assegurar a aprovação da legislação necessária às reformas legais e estruturais do terceiro estágio de institucionalização”. (1984:187)

Como era comum aos presidentes militares, Ernesto Geisel não teve um comportamento diferente ao demonstrar uma expectativa de vitória da ARENA, tanto em número de prefeitos, de vereadores e, sobretudo de votos, após as eleições municipais de 15 de novembro de 1976. Estes resultados eram importantes, visto as eleições de 1974, como também, o projeto político de distensão implantado pelo seu governo.

Os resultados das eleições municipais eram preparatórios, segundo o governo, para uma sustentação política das futuras eleições de 1978, quando a Constituição recomendava eleições diretas para governador dos estados. Perguntado ao Presidente Nacional da ARENA, Francelino Pereira, a abordagem, o caráter e as conseqüências das eleições de 1976, este se mostrou atarefado, respondendo com os programas executados pelos governos federal e estadual, a preocupação de tornar o partido vencedor e a convicção de cumprir o calendário eleitoral e assegurar o projeto político do governo, de uma forma “gradual e segura”.<sup>19</sup>

Esta eleição foi marcada pela crescente oportunidade de debates políticos através dos meios de comunicação. Quem mais se beneficiou desta oportunidade foi o partido MDB, que dispunha de pouco espaço na mídia para mobilizar o eleitorado.

De acordo com os dados da Tabela 1.6 observa-se para o Senado Federal a vitória do MDB sobre a ARENA. Com 59,3% dos votos válidos, o MDB, recebeu 4.510.562 votos a mais que a ARENA, representando 16 cadeiras, contra apenas 6 do adversário.

Para a representação no Congresso Nacional, a ARENA atingiu o número mais baixo de cadeiras de todo o período do bipartidarismo, com 203 cadeiras, consumando 51,9% dos votos válidos, contra 48,0% para o MDB. Na Assembléia Estadual, a ARENA alcançou 52,0% dos votos válidos e 457 cadeiras e o MDB abraçou 47,9% e 330 cadeiras. No Estado de São Paulo, do total de 70 cadeiras, o MDB passou a ser representado por 45 delas.

Nas eleições de 1978, a oposição mostrava-se confiante nas continuidades das eleições, apesar dos resultados desfavoráveis, dos perigos que representavam as modificações a cada eleição, atendendo as conveniências e interesses da ARENA. Para o

---

<sup>19</sup> Conforme Revista Veja, “O Sentido das eleições” N.º 415, 18/08/1976 p25-26

presidente do MDB, Ulysses Guimarães “a democracia vai assim se consolidando entre nós. Eleição gera eleição, voto gera voto, e essa dinâmica é fundamental para o aperfeiçoamento democrático”.<sup>20</sup>

Apesar de todo o entusiasmo do presidente do MDB, o governo não estava muito seguro do desempenho do seu partido, visto os resultados de 1974. Talvez a medida que mais causou impacto foi a Lei n.º 6.639, quatro meses antes das eleições de novembro. Conhecida como Lei Falcão, limitava a aparição no rádio e televisão, somente o nome, o número e o currículo dos candidatos, com uma fotografia, no caso da televisão. Sem dúvidas, estas medidas enfraqueceram a oposição, motivada pelos debates das eleições de 1974.

Em 1978 a ARENA saiu vitoriosa utilizando-se do critério da soma dos votos para a Câmara Federal e as Assembléias Legislativas, perdendo somente para o Senado. De acordo com os dados apresentados na tabela 1.6 <sup>21</sup> o MDB obteve 56,9 % dos votos para o Senado, com 17.530.629 votos, com uma diferença de 4.291.202 votos sobre a ARENA, que alcançou uma porcentagem de 43,0%. No Entanto, quando o critério se modifica para o número de cadeiras, a vitória se inverte, pois a ARENA obteve 15 cadeiras para o Senado e o MDB 8 cadeiras.

Esta vitória também foi clara para a câmara federal e assembléias estaduais. A ARENA obteve 50,4% dos votos válidos e 231 cadeiras para a Câmara dos Deputados e 50,9% e 492 cadeiras para as Assembléias Estaduais; respectivamente, o MDB obteve

---

<sup>20</sup> Citação presente na reportagem da Revista Veja “Uma liderança em julgamento” N.º 429, 24/11/1976 p20-23

<sup>21</sup> Ver também os resultados na Revista Veja, “Eis quem acertou” N.º 538, 27/12/1978 p16, “Vitórias para todos”, N.º 533, 22/11/1978 p23-26

49,5 % dos votos válidos e 189 cadeiras, para a Câmara Federal e 49,9% e 353 cadeiras, para as Assembléias Estaduais.

Assim como as eleições anteriores, estas não deixaram de apresentar a tendência da ARENA em conquistar vitórias no Brasil menos urbano. Se for analisada a eleição para deputado federal em 1978 sob a perspectiva dos municípios brasileiros, pode-se ver uma clara relação entre a proporção dos votos obtidos pela ARENA e o tamanho dos municípios.

De acordo com o estudo feito por David Fleischer (1996:119), “quanto menor o município, maior a porcentagem dos votos para a ARENA, e vice-versa; quanto maior o município, menos votos para a ARENA (e mais votos para a oposição, no caso o MDB)”. A tabela 1.7 pode-se ver uma tendência nítida de vitória da ARENA na faixa de população inferior a cem mil, com ressalvas para a Região Sul e Sudeste, em que o MDB consegue uma vantagem sobre a ARENA.

TABELA 1.7 Distribuição de votos da ARENA para a Câmara dos Deputados por Região e Tamanho da população dos Municípios, Eleições de 1978 (excluem eleitores de Brasília).

| Faixa de População | Norte <sup>a</sup>  |                     | Nordeste <sup>b</sup> |                     | Sudeste             |                     | Sul                 |                     | Centro-Oeste        |                     | Brasil <sup>c</sup> |      |
|--------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|------|
|                    | N.º de % Mun. ARENA | N.º de % Mun. ARENA | N.º de % Mun. ARENA   | N.º de % Mun. ARENA | N.º de % Mun. ARENA | N.º de % Mun. ARENA | N.º de % Mun. ARENA | N.º de % Mun. ARENA | N.º de % Mun. ARENA | N.º de % Mun. ARENA | N.º de % Mun. ARENA |      |
| Mais de 500.000    | 02                  | 41,2                | 03                    | 42,7                | 09                  | 22,2                | 02                  | 37,6                | 01                  | 34,8                | 17                  | 26,8 |
| 100.000/500.000    | 03                  | 57,3                | 32                    | 57,7                | 58                  | 35,5                | 24                  | 45,3                | 04                  | 50,5                | 121                 | 42,1 |
| 50.000/100.000     | 15                  | 71,8                | 70                    | 76,1                | 90                  | 45,0                | 560                 | 47,6                | 11                  | 55,2                | 236                 | 54,3 |
| 20.000/50.000      | 44                  | 77,5                | 359                   | 82,6                | 235                 | 55,6                | 164                 | 55,7                | 66                  | 61,2                | 868                 | 66,0 |
| 10.000/20.000      | 45                  | 81,2                | 429                   | 83,1                | 321                 | 66,9                | 213                 | 59,1                | 103                 | 63,6                | 1.111               | 71,6 |
| 5.000/10.000       | 19                  | 79,6                | 327                   | 83,6                | 339                 | 70,1                | 186                 | 62,2                | 82                  | 64,8                | 953                 | 73,9 |
| 2.000/             | 06                  | 90,9                | 138                   | 81,9                | 331                 | 70,6                | 76                  | 67,3                | 50                  | 69,0                | 610                 | 74,3 |

|                        |    |      |         |      |           |      |            |      |           |      |           |      |            |
|------------------------|----|------|---------|------|-----------|------|------------|------|-----------|------|-----------|------|------------|
| 5.000                  |    |      |         |      |           |      |            |      |           |      |           |      |            |
| Menos de 2.000         | 00 | --   | 16      | 78,0 | 27        | 84,7 | 04         | 81,5 | 00        | --   | 38        | 82,3 |            |
| TOTAL                  | 13 | 61,0 | 1.374   | 72,4 | 1.410     | 38,3 | 719        | 51,3 | 317       | 57,5 | 3.9       | 50,4 |            |
| n.º Votos <sup>d</sup> | 4  |      | 818.926 |      | 6.907.626 |      | 14.464.693 |      | 6.031.381 |      | 1.461.103 | 54   | 29.683.765 |

Fonte: Base de Dados do PRODASEN

a - Exclue Acre e Rondônia; b - Exclue Fernando de Noronha; c - Exclue Acre, Rondônia e Fernando e Noronha.

d - Votos de ARENA: exclue votos de MDB, brancos e nulos.

Publicado in: FLEISCHER, David. "Poder local e o sistema eleitoral brasileiro". In: Poder Local Face às eleições de 1996. Debates, N.º 10, São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996, pp115-133

Fica evidente que, a burocracia federal e estadual fora colocada à disposição dos interesses eleitorais dos candidatos da ARENA. Utilizando-se as finanças do Estado, os candidatos do governo podiam usar carros oficiais, gasolina, funcionários públicos para trabalho em suas campanhas, mimeógrafos, papel etc. Sem contar o apoio direto dos governadores, ministros e o próprio presidente da república em nome dos candidatos.

Esta "vitória" abrirá uma perspectiva positiva para a maioria dos políticos que fazem parte do governo, de apoiar a necessidade da reforma partidária. Segundo Marco Maciel, futuro governador de Pernambuco, "não há como todas as correntes políticas se acomodarem no bipartidarismo".<sup>22</sup> Esta afirmação irá soprar os acontecimentos políticos do ano seguinte quando será extinto o bipartidarismo do regime militar.

### 1.5 O retorno ao multipartidarismo

A realização de uma reforma partidária era intencionada, tanto por parte do regime militar, como pelas forças de oposição. Se a ARENA objetiva enfraquecer o partido de oposição, através de sua fragmentação, o MDB reivindica ser um partido mais

<sup>22</sup> Revista Veja "Ganha o governo" N.º 535, 06/12/1978, p22

representativo, propiciando especulações por ambos os partidos que viessem a por fim ao bipartidarismo.

No entanto, a reforma só é aprovada em novembro de 1979, quando após treze anos, ARENA e MDB deixam de existir para um novo quadro partidário que é composto por seis agremiações partidárias. Na tabela 1.8 pode ser observado o novo rearranjo partidário ocorrido para a câmara dos deputados no ano de 1982. O PMDB, antigo MDB é composto por 95% de antigos emedebistas. O Partido Social Democrático (PDS), antiga ARENA é composta por 89% de antigos arenistas.

TABELA 1.8 FILIAÇÃO AOS NOVOS PARTIDOS PELOS MEMBROS DA ARENA E MDB: CÂMARA FEDERAL.

| Novos Partidos | MDB              | ARENA | TOTAL | MDB             | ARENA | TOTAL |
|----------------|------------------|-------|-------|-----------------|-------|-------|
|                | Janeiro de 1982a |       |       | Agosto de 1982b |       |       |
| PMDB           | 109              | 6     | 115   | 136             | 32    | 168   |
| PDS            | 22               | 193   | 215   | 28              | 196   | 224   |
| PP             | 41               | 28    | 69    | 0               | 0     | 0     |
| PTB            | 1                | 3     | 4     | 11              | 3     | 14    |
| PDT            | 10               | -     | 10    | 9               | -     | 9     |
| PT             | 5                | -     | 5     | 5               | -     | 5     |
| Indecisos      | 1                | 1     | 2     | -               | -     | -     |
| Total          | 189              | 231   | 420   | 189             | 231   | 420   |

Fonte: a) Relação fornecida pela Câmara dos Deputados, Coordenação de Apoio Parlamentar, Setor de Informações.

b) R. Wesson e D. Fleischer, *Brasil in Transition* (New York, Praeger, 1983).

Publicados In: KINZO, Maria D'Alva Gil. (1988) *Oposição e autoritarismo gênese trajetória do MDB: 1966-1979*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais. P.209 e 212 (elaborado por mim).

No entanto, a curta vida partidária do Partido Popular (PP), que tinha como principal liderança Tancredo Neves, demonstra que a intenção do governo em enfraquecer o principal partido de oposição funciona já que em agosto de 1982 caem para 80% os antigos emedebistas filiados ao PMDB. No PDS o percentual de antigos arenistas é de

87%, conseguindo este a maioria da representação na câmara federal com 53% contra 40% do PMDB.

A ARENA controlava a maioria dos cargos eletivos municipais (prefeitos e vereadores) em todos os Estados, com exceção do Rio de Janeiro. A Nova Lei Orgânica dos Partidos, aprovada em 1979, que iria redefinir o cenário político, tinha como intenção clara, conforme a análise de Maria Helena Moreira Alves (1984:270): “garantir o controle governamental sobre a oposição sem sacrificar as vantagens legitimadoras” de “eleições livres”. Dentre as inúmeras exigências contidas na Lei, era sabido que estas favoreciam o Partido Democrático Social (PDS), representante direto da ARENA.

Para se ter uma idéia desta presença política da antiga ARENA, a Tabela 1.9 abaixo relaciona o número de diretórios existentes em todo o Brasil no ano de 1980. Continuando sua análise, Maria Helena Moreira Alves observa que a fórmula de cálculo para as realizações das convenções municipais favorecia a organização em municípios pequenos. Para a autora:

“esta última exigência deveria beneficiar o partido sucessor da ARENA, que teria acesso às burocracias federal e estadual e poderia valer-se das relações clientelísticas e dos caciques locais para organizar-se com rapidez no número exigido de municípios nos Estados com grande número de cidades pequenas”. (1984:271).

TABELA 1.9 NÚMERO DE DIRETÓRIOS DA ARENA E MDB: outubro de 1980.

| ESTADOS  | ARENA | MDB | %<br>MDB/ARENA | N. ° de<br>Municípios. |
|----------|-------|-----|----------------|------------------------|
| Acre     | 12    | 6   | 50,00          | 12                     |
| Alagoas  | 94    | 40  | 42,55          | 94                     |
| Amazonas | 44    | 27  | 61,36          | 44                     |

|                    |       |       |        |       |
|--------------------|-------|-------|--------|-------|
| Bahia              | 336   | 222   | 66,07  | 336   |
| Ceará              | 141   | 119   | 84,40  | 141   |
| Espírito Santo     | 53    | 53    | 100,00 | 53    |
| Goiás              | 223   | 221   | 99,10  | 223   |
| Maranhão           | 130   | 119   | 91,54  | 130   |
| Mato Grosso        | 93    | 84    | 90,32  | 38    |
| Mato Grosso do Sul | -     | -     |        | 55    |
| Minas Gerais       | 722   | 420   | 58,17  | 722   |
| Pará               | 83    | 42    | 50,60  | 83    |
| Paraíba            | 171   | 116   | 67,84  | 171   |
| Paraná             | 290   | 289   | 99,66  | 291   |
| Pernambuco         | 164   | 102   | 62,20  | 164   |
| Piauí              | 114   | 49    | 42,98  | 114   |
| Rio de Janeiro     | 63    | 64    | 101,59 | 64    |
| Rio G. do Norte    | 150   | 131   | 87,33  | 150   |
| Rio Grande do Sul  | 232   | 232   | 100,00 | 232   |
| Santa Catarina     | 197   | 177   | 89,85  | 197   |
| São Paulo          | 571   | 418   | 73,20  | 571   |
| Sergipe            | 74    | 48    | 64,86  | 74    |
| Total              | 3.957 | 2.979 | 75,28  | 3.959 |

Notas: 1) Os territórios não foram incluídos por terem pouca importância eleitoral. 2) Os diretórios da ARENA e do MDB nos atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram computados conjuntamente (MS) porque havia então um só Estado.

Fonte: Movimento, 3-9 de novembro de 1980, p. 4.

Publicado In: ALVES, Maria Helena Moreira. (1984) *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, p.274.

No dia 25 de novembro de 1981, quando o Presidente Figueiredo anuncia as reformas eleitorais, a preocupação por parte do governo ainda cabia, visto que o PDS não apresentava chances de vitória em importantes Estados. Dentre as reformas, a obrigatoriedade do voto ser para candidatos do mesmo partido, levou a uma melhora nas expectativas eleitorais, uma vez que o PDS poderia se valer das relações políticas da qual ocupava.

Para Maria do Carmo Campello de Souza (1998), as eleições de 1982 foram extremamente significativas para mostrar que mesmo no âmbito municipal houve

limitações na capacidade de controle por parte do Estado, através de prática clientelista para garantir o sucesso eleitoral de seu partido.

No entanto, a obrigatoriedade do voto vinculado garantiu apenas a vitória no Nordeste, mas nas regiões Norte e do Centro-Sul, que representa 70% da população, do PIB e da força tributária nacional, a oposição venceu. Segundo relatos de Maria do Carmo Campello de Souza, no Estado de São Paulo, o PMDB que em 1980 contava com 38 prefeitos, em 1983 passou para 307, contra 253 prefeitos do PDS.(SOUZA, 1998:605). Para a autora, o impacto do autoritarismo sobre o sistema partidário brasileiro “reforçou a adesão partidária plebiscitária e o aprofundamento da relação de dependência dos partidos em relação ao Estado, através da extensão do processo decisório burocrático-centralizador”.(1983: 595)

Não podemos perder de vista que, diferente das eleições ocorridas no pós-64, estas foram as primeiras a oferecer candidatos aos executivos estaduais e, principalmente, por não mais estar vigente o Ato Institucional n.5. No entanto, o regime militar seguia sua maneira controlada de realizar a transição para a democracia, como por exemplo, a aprovação do “pacote de novembro”, que obrigava o eleitor a votar em todos os níveis em candidatos de um único partido, para todos os cargos.<sup>23</sup>

Estas medidas não irão garantir o sucesso eleitoral do partido ligado ao governo. O PDS, partido criado com os principais representantes da ARENA, ganhou em 12 estados, assegurou a maioria do Senado e da Câmara Federal, que através do colégio eleitoral, deverá escolher o sucessor do presidente Figueiredo. Apesar de vencer no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o PDS alcançou a vitória em estados menos industrializados, ao

---

<sup>23</sup> Uma análise conjuntural das eleições de 1982, ver Sebastião C. Velasco e Cruz (1997), *1982: As eleições e a conjuntura*.

contrário do PMDB, que conquistou o governo de 10 estados, mas dentre os quais: São Paulo, Minas Gerais e Paraná.<sup>24</sup>

Ao longo do bipartidarismo, os partidos políticos utilizaram estratégias políticas para o sucesso político e eleitoral de seus quadros. Neste contexto político estavam presentes mudanças estruturais sócio-econômicas que também contribuem para analisarmos a formação e atuação dos dois partidos em âmbito local. A seguir, tentaremos ilustrar este contexto, com o objetivo de relacionar particularidades do contexto local que acompanharam a formação dos partidos políticos em âmbito local.

---

<sup>24</sup> Os dados eleitorais de como ficou a representação no congresso nacional por partidos e os resultados das eleições de 1982 por partidos, pode ser visto em Maria Helena Moreira Alves. (1984). Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, p.286.

## CAPÍTULO II O CONTEXTO LOCAL

### 2.1 Introdução

Este capítulo apresenta aspectos da autonomia dos municípios enfocando o Estado de São Paulo e o município de Araraquara. Num segundo momento, o trabalho irá mostrar que as décadas de 60 e 70 abrigaram mudanças importantes, que incluem os partidos locais.

### 2.2 Considerações da autonomia política do município

A autonomia política dos municípios vem sendo lembrada na Constituição Brasileira desde o tempo de Brasil-Colônia, passando pelo Império e por fim, no Período Republicano. Neste último, a Constituição de 1891 no artigo n.º 68 diz: “Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios em tudo quanto diz respeito ao seu peculiar interesse”.<sup>25</sup> É necessário ressaltar que esta autonomia fica comprometida, devido às possibilidades - ou não, de cada município ter condições de suprir suas próprias necessidades, principalmente financeiras.

Foi na Constituição de 1934, que pode o município ter uma maior autonomia para cobranças de impostos e taxas que lhe desse melhores condições financeiras, assim como, a realização da elegibilidade dos prefeitos e vereadores da Câmara Municipal, sendo o prefeito eleito indiretamente pelo voto da Câmara dos Vereadores.

---

<sup>25</sup> As citações e dados apresentados nesta seção foram retirados do trabalho de Heloisa Helena MICHETTI, 1968.

No entanto, toda o período que vai de 1930 até 1945, os municípios não só tiveram dificuldades financeiras, como também, perda de autonomia política. O Estado Novo adotava uma estrutura centralizadora.<sup>26</sup>

Decorridas várias modificações ao longo deste período, a Constituição de 1967 mantém as eleições diretas para Prefeitos, Vice-prefeitos e Vereadores, como também, a possibilidade do município em aumentar suas arrecadações, o que vem a garantir uma maior autonomia financeira. Caso isto não ocorra, o município fica na dependência de ser partidário do Governo do Estado.<sup>27</sup>

Esta autonomia financeira pretendida pela Constituição de 1967, na prática, não se realizou. Segundo estudos sobre o tema, “ocorreu uma grande centralização fiscal juntamente com o aumento do poder da União relativamente aos outros entes federativos” (ABRÚCIO & COUTO, 1996:42). Conforme podemos observar na tabela 2.1 abaixo, o impacto dos atos implementados pelo Governo Central, principalmente o Código Tributário Nacional (1966), a Constituição (1967) e o Ato Complementar n.º 40 (1968).

TABELA 2.1 PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA DOS TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO BRASIL - 1965-1974, EM PORCETAGEM.

| Anos | Receita da União (1) | Receita dos Estados (2) | Receitas dos municípios (3) |
|------|----------------------|-------------------------|-----------------------------|
| 1965 | 39,0                 | 48,1                    | 12,9                        |
| 1968 | 40,2                 | 42,9                    | 16,9                        |
| 1970 | 45,0                 | 40,7                    | 14,3                        |
| 1972 | 48,8                 | 37,5                    | 13,7                        |

<sup>26</sup> Em Araraquara, se antes de 1930, os prefeitos eram eleitos em sessão da Câmara Municipal, esta forma foi interrompida, quando os prefeitos passaram a ser nomeados. A primeira eleição municipal direta só fora ocorrer em 1947.

<sup>27</sup> “Em Araraquara, por exemplo, este fato pode ser observado durante as legislaturas de 1955-59 e 1959-63, quando o município conheceu notável surto de progresso, que se deve à ajuda financeiras obtida do governo estadual” (MICHETTI, 1968:30).

|      |      |      |      |
|------|------|------|------|
| 1974 | 50,5 | 36,0 | 13,5 |
|------|------|------|------|

Fonte: Oliveira, 1980:51.

Publicado In: ABRÚCIO, Fernando Luiz & COUTO, Cláudio Gonçalves. A redefinição do papel do Estado no âmbito Local. Revista Fundação Seade, São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 10(3), 1996.

- (1) Exclui transferências intergovernamentais para estados e municípios.
- (2) Exclui transferências intergovernamentais para municípios mais ajudas da União.
- (3) Inclui transferências intergovernamentais para União e Estados.

Por outro lado, a autonomia política durante o regime militar, fora exercida com ressalvas. A Constituição de 1967, estabelece três casos em que os municípios terão seus prefeitos nomeados pelo Governador: 1) municípios das Capitais dos Estados; 2) municípios considerados estâncias hidrominerais e 3) municípios declarados de interesse da Segurança Nacional.

De acordo com a emenda Constitucional n. ° 12, de 8 de abril de 1965, fora eliminada a nomeação dos prefeitos das Capitais pelos Governadores, mas tendo em vista os resultados das eleições de 3 de outubro de 1966, o regime militar voltou atrás.

Quanto ao poder Legislativo, é importante ressaltar que o número de membros da câmara é variável, sendo proporcional ao eleitorado do Município. O número máximo de vereadores é estabelecido pela Constituição de 1967, no seu artigo 16 Parágrafo 5º . No Parágrafo 2º do artigo 12 diz: “Somente terão remuneração os Vereadores das Capitais e dos municípios de população superior a 100 mil habitantes, dentro dos limites e critérios fixados em lei complementar”. (MICHETTI, 1968:32) Sem dúvida que estas medidas revelam uma tendência do Governo de impedir à ação política uma participação mais ativa dos partidos políticos, que venham a ter em seus quadros, representantes das camadas mais populares.

Esta discussão não é original, quando se tratam de práticas menos democráticas no âmbito municipal. Muitos acreditam que há uma incapacidade da maioria das administrações municipais de concretizar com recursos próprios, suas exigências e necessidades locais. Com isto, a prática clientelista entre a administração local e a burocracia de outras esferas, Estadual e União, mantém uma prática tradicional da política brasileira. (TONELLA, 1991)

Portanto, é no município que se praticam as tradicionais “gramáticas”<sup>28</sup> de nossa política brasileira. Desta forma, o partido político é um dos atores institucionais importantes que, de uma forma ou de outra, estão alimentando esta realidade.

### 2.3 O contexto sócio-econômico-político do bipartidarismo

Os anos 60 e 70 foram marcados por transformações estruturais na sociedade brasileira. Intensificou os fluxos migratórios campo-cidade. Como consequência, o processo de urbanização acarretou um aumento das demandas por serviços e equipamentos sociais nas cidades: serviços de educação, saúde, saneamento básico, habitação, etc.

Estas transformações têm suas consequências nas manifestações eleitorais apresentadas nas urnas. No entanto, esta afirmação nem sempre foi aceitável por renomados especialistas.<sup>29</sup> Analisando esta questão, Bolívar Lamounier menciona que:

---

<sup>28</sup> No prefácio escrito por Luiz Carlos Bresser Pereira, referente ao livro de Edson Nunes (1999), os laços que estruturam sociedade e Estado no Brasil são quatro: o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos. Dentre várias abordagens feitas pelo autor, gostaria de chamar a atenção pela política, confirmando a tese da permanência do clientelismo nos partidos políticos, e a do insulamento burocrático como estratégia por excelência das elites para driblar a arena controlada pelos partidos políticos. Desta forma, será no regime militar, a presença maior do insulamento burocrático. Ver: NUNES, Edson. (1999) *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 2.º Ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., Brasília, Deputado Federal; ENAP.

“... quase todos os estudiosos da política brasileira de 1945 a 1964 tenderam a descartar a hipótese de que o comportamento eleitoral e as preferências entre os partidos pudessem ser compreendidas sequer em parte pela posição sócio-econômica e por formas relativamente estáveis e diferenciadas de consciências social”. (LAMOUNIER, 1978: 17-8).

No entanto, o autor argumenta que merece ser destacado o Brasil, e particularmente o interior do Estado de São Paulo, precisamente como o Estado econômico e industrial mais avançado passando por mudanças em suas relações sócio-geográficas decorrentes da urbanização e da industrialização.

Importantes trabalhos sobre a problemática dos partidos políticos, particularmente sobre o processo político-eleitoral pelo qual passavam os municípios brasileiros foram foco de estudos nos anos 70. Em vista dos resultados das eleições de 1974, que apresentavam um crescimento eleitoral em favor do partido opositor instigou alguns especialistas a formularem um estudo de maneira padronizada e comparativa das eleições municipais previstas para 1976.<sup>30</sup>

A idéia central deste trabalho era identificar uma lógica no processo eleitoral brasileiro, uma vez que a vitória da oposição era mais presente nas grandes cidades, em regiões mais desenvolvidas e zonas densamente industrializadas. Conforme constatou Fábio Wanderley Reis para as eleições de 1974, “o comportamento diante das urnas não

---

<sup>29</sup> A principal referência é o trabalho de Maria do Carmo Campello de Souza, Estado e Sistema Partidário no Brasil. Cf LAMOUNIER, Bolívar. (1978), “Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente”. P17

<sup>30</sup> As cidades enfocadas no estudo foram: Presidente Prudente (São Paulo), Caxias do Sul (Rio Grande do Sul), Niterói (Rio de Janeiro), e Juiz de Fora (Minas Gerais), que pode ser visto em Fábio W. REIS (1978), *Os partidos e o regime*. São Paulo: Símbolo.

fora errático, obedecendo inclusive a clivagens sócio-econômicas facilmente perceptíveis, pelos menos nas grandes cidades”.<sup>31</sup>

Desta forma, um fator importante a ser examinado é o crescimento do eleitorado no Brasil e no Estado de São Paulo. Este crescimento tem valor significativo não apenas pelo seu aumento numérico, como também em sua distribuição urbana crescente.

De acordo com a tabela 2.2 abaixo, verifica-se que o maior aumento do eleitorado se mostrou no interior do Estado de São Paulo, em que 12 anos após as eleições de 1966 obteve-se um aumento de 109%, dentro da média nacional de 107%.

No ano de 1982, este aumento chega a 176%, 14 pontos superiores aos índices nacionais que são de 162%. Uma das explicações é um processo de mobilidade social, em que os indivíduos transitam da área rural para a urbana, deixando de pertencer como mão-de-obra do setor primário para os setores secundários e terciários. (KERBAUY, 1992:65).

TABELA 2.2 CRESCIMENTO DO ELEITORADO DO ESTADO DE SÃO PAULO E DO BRASIL, 1966 A 1982.

| Anos | Interior  |     | Capital   |     | Estado     |     | Brasil     |     |
|------|-----------|-----|-----------|-----|------------|-----|------------|-----|
|      | N.        | %   | N.        | %   | N.         | %   | N.         | %   |
| 1966 | 3.097.382 | 100 | 1.804.112 | 100 | 4.901.494  | 100 | 22.335.242 | 100 |
| 1970 | 4.077.852 | 132 | 2.359.955 | 131 | 6.437.892  | 131 | 28.921.169 | 129 |
| 1974 | 5.050.699 | 163 | 2.273.900 | 165 | 8.024.599  | 164 | 35.736.074 | 160 |
| 1978 | 6.470.004 | 209 | 3.771.243 | 209 | 10.224.124 | 209 | 46.237.233 | 207 |
| 1982 | 8.561.847 | 276 | 4.582.171 | 253 | 13.144.018 | 268 | 58.616.588 | 262 |

Fonte: T. R. E.

Publicado In: KERBAUY, Maria Teresa Miceli. (1992) A morte dos coronéis: política interiorana e poder local. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ São Paulo. pp. 64.

<sup>31</sup> Conforme apresentação do livro: *Os partidos e o regime*. São Paulo: Símbolo

Parte desta mobilidade social pode ser melhor ilustrada na tabela 2.3 abaixo. Observando-se os percentuais da população urbana do interior do Estado de São Paulo que teve um distanciamento acentuado em relação à população rural, passando de 39,6% em 1950, para 80,4% em 1980. São 40,8 pontos percentuais de acréscimo, valor este maior que a taxa do Estado que foi de 36 pontos.

TABELA 2.3 POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL: ESTADO DE SÃO PAULO, 1950-1980.

| Anos | Regiões | Estado de SP | Capital    | Interior   |
|------|---------|--------------|------------|------------|
| 1950 | Total   | 9.134.423    | 2.198.096  | 6.936.327  |
|      | Urbana  | 52.6         | 93.4       | 39.6       |
|      | Rural   | 47.4         | 6.6        | 60.4       |
| 1960 | Total   | 12.979.049   | 3.709.274  | 9.269.775  |
|      | Urbana  | 62.8         | 88.0       | 52.7       |
|      | Rural   | 37.2         | 12.0       | 47.3       |
| 1970 | Total   | 17.771.948   | 8.139.730  | 9.632.218  |
|      | Urbana  | 80.3         | 96.6       | 66.5       |
|      | Rural   | 19.7         | 3.4        | 33.5       |
| 1980 | Total   | 25.040.712   | 12.588.725 | 12.451.987 |
|      | Urbana  | 88.6         | 96.8       | 80.4       |
|      | Rural   | 11.4         | 3.2        | 19.6       |

Fonte: IBGE

Publicado In: KERBAUY, Maria Teresa Miceli. (1992) *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ São Paulo, Pp51.

Dentro destes parâmetros verifica-se umas das variáveis que fizeram com que a ARENA e o MDB nacionalmente tivessem sua trajetória política eleitoral diferenciada com relação: campo-cidade, pequenos-grandes centros urbanos, como pode ser demonstrado no capítulo anterior. Como mostra Vilmar Faria (1983) em seus estudos sobre o Brasil pós-64, houve uma aceleração da urbanização e um crescente processo de industrialização das cidades brasileiras.

Estas constatações também são partilhadas por outras pesquisas, concluindo que “importantes mudanças ocorreram, ao longo da década, em termos da provisão de serviços em infra-estrutura urbana e expansão dos equipamentos sociais, paralelamente às transformações econômico-demográficas” (CASTRO, 1987:154).

Para a pesquisadora Maria Helena G. de Castro (1987), os estudos político-eleitorais ao longo do bipartidarismo revelaram fortes correlações existentes entre inclinações partidárias e variáveis sócio-econômicas. Poderíamos concluir que o eleitorado que manifestou preferência para a oposição estava nas áreas mais urbanizadas e industrializadas, por outro lado, o eleitorado que se manifestou pelo apoio partidário ao governo, concentrava-se nos estados e regiões menos desenvolvidas.<sup>32</sup>

Este comportamento do eleitorado expressou um fortalecimento do MDB nas cidades economicamente mais dinâmicas e menos dependentes do governo central, levando a uma observada “crise permanente de legitimidade do regime militar”. (CASTRO, 1987:157).

Nos resultados eleitorais para prefeitos no Estado de São Paulo, pode-se observar um destacado aumento no número de prefeituras administradas pelo partido de oposição. Em 1968, das 490 prefeituras o MDB venceu em 63. Em 1972, das 545 elege 58, em 1976, das 551 o MDB ganha 101 e em 1982, o PMDB elege 308 prefeitos, ultrapassando o PDS com 249, das 565 existentes.<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> Em sua tese de doutorado em Geografia, que encara a análise do processo eleitoral no Estado do Rio Grande do Sul, em busca de interpretar territorialmente e sob influência geográficas o período de 1966-1982, o autor também observa que: a ARENA, conservadora, tendeu a levar vantagem nos espaços rurais coloniais; enquanto o MDB, com plataforma distributiva-reformista, predominava na população mais urbana. Ivo Lauro MULLER FILHO, *Eleições e desempenho partidário no Rio Grande do Sul 1966-1982: Um estudo de Geografia Eleitoral*. Tese de Doutorado UNESP/Rio Claro, 1990 p421.

<sup>33</sup> Cf. COSTA FILHO, David Capistrano da. (1982) São Paulo: PMDB no poder. Pp16-24

No entanto, esta forte correlação mencionada acima não retira do processo político existente no poder local uma lógica própria de atuação e mudança na sociedade, principalmente com relação aos resultados eleitorais. Para Olavo Brasil de Lima Júnior:

“Quanto ao caráter municipalista do pleito, suspeito que, apesar de eleições significarem sempre uma tomada de posição diante do regime político e econômico vigente, fatores de ordem local, por oposição a avaliações de natureza geral, nacional, condicionam também a direção do voto”. (LIMA JR, 1978:95).

De 1964 a 1985, os municípios brasileiros não tiveram sua rotina eleitoral suspensa - apesar das inúmeras modificações nas legislações eleitorais e partidárias - salvo os considerados de Segurança Nacional. Dentre eles, a cidade de Araraquara, situada no interior do Estado de São Paulo, pode realizar a escolha de seus governantes para o executivo e legislativo local, através do voto direto.

Como defendem alguns autores, as mudanças impostas pelo regime militar, no pós 64: extinção dos partidos políticos (1965); implantação do Bipartidarismo (1965); reforma tributária incorporada a Constituição (1967), tiveram um impacto considerável sobre a política local. (CINTRA, 1974; CASTRO, 1987; KERBAUY, 1992).

Não podemos deixar em segundo plano que o movimento de 64 contou com o apoio decisivo da elite civil oposicionista ao governo de Jango. Governadores como Ademar de Barros (São Paulo), Carlos Lacerda (Guanabara) e Magalhães Pinto (Minas Gerais), deram suporte militar através de suas milícias estaduais. (ABRUCIO, 1998:60).

Não resta dúvida que a política municipal teve pouca ação participativa na instauração do regime militar de 1964. No entanto, também não se pode negar que, por intermédio dos integrantes dos antigos partidos políticos que deram apoio ao regime

militar, desvenda-se uma forma indireta de sustentação dos políticos locais, que de uma forma ainda pouco esclarecida, viram com bons olhos a implantação do regime.

Em estudo sobre um município de perfil parecido no interior do Estado de São Paulo, Bolívar Lamounier reconhece a importância de se analisar a política local com “preocupações semelhantes às que se refletem nos pleitos estaduais e federais”. Segundo o autor:

“é afinal de contas perfeitamente possível que o caráter ‘local’ das eleições municipais se haja alterado, ou se venha a alterar, como consequência da urbanização, do adensamento das comunicações, e da expansão da rede viária. Estas transformações de infraestrutura já produzem visíveis ressonâncias no terreno político, redefinindo velhos problemas ‘locais’ como novos problemas ‘urbanos’...”. (LAMOUNIER, 1978:2-3).

Estas formas de comportamento político dos partidos nos municípios, muitas vezes buscam uma adesão ideológica e política, das lideranças locais e regionais, acreditando propiciar um melhor desempenho frente ao governo. Perseguindo este objetivo, a parte segunda desta pesquisa irá trabalhar a realidade política-partidária do município de Araraquara.

## SEGUNDA PARTE

### CAPÍTULO III ARARAQUARA: UM ESTUDO DE CASO.

#### 3. 1 Introdução: uma breve história-política de Araraquara

A construção da formação e constituição política do Município está traçada identificando a natureza das relações políticas existentes. Apresentar os fatos da história-política de Araraquara objetiva resgatar a trajetória de uma possível situação de autonomia política municipal, frente ao Estadual e Federal, assim como, caracterizar os principais acontecimentos que contribuíram, de uma forma direta ou indireta, para o processo de formação partidária local.

No primeiro tópico a história do município é traçada desde o período monárquico até meados da década de 1960. Neste longo período, várias mudanças na constituição e no poder político brasileiro irão contribuir de forma decisória sobre a política local. Não fugindo à regra de outras cidades de porte médio, Araraquara terá sua trajetória política e econômica promissora, impulsionada pela agricultura e indústria, o que garante destaque político nos anos 60 e 70, período este de criação e existência da ARENA e do MDB no município.

No segundo tópico, os acontecimentos políticos decorrentes da implantação do regime militar e o bipartidarismo terão seus desdobramentos até meados dos anos 80, quando são realizadas as primeiras eleições municipais dentro do sistema pluripartidário.

Acredito que a procura de caracterizar o município, tendo em vista a sua evolução histórica e as mudanças ocorridas em sua estrutura política, econômica e social, reflete no

desempenho eleitoral dos partidos políticos, o que por sua vez, amplia seu leque de influência, com destaque nas alianças políticas que compõem as esferas estaduais e federais.

### 3 2 1 Antecedentes históricos-políticos.

É aproximadamente no ano de 1807, que a literatura da história de Araraquara começa a ser contada<sup>34</sup>, na figura do fazendeiro Pedro José Neto. Através de sesmarias doadas pelo governador da Capitania de São Paulo, a região extensa que compreende deste a cidade de Piracicaba, passando por outras como: Rio Claro, Descalvado, São Carlos, Brotas e Araraquara, foi aos poucos dividindo seu domínio, formando assim, pequenos núcleos urbanos.

A categoria de Freguesia de São Bento de Araraquara fora despacho de Resolução n. ° 32 no dia 22 de agosto de 1817<sup>35</sup>, do Rei D. João VI. Desmantelada da Freguesia de Piracicaba, esta fora elevada a categoria de Vila em 10 de julho de 1832. Um ano depois, em 24 de agosto de 1833, passou a ser administrado por uma câmara municipal, passando assim a ser considerada Município. O presidente da câmara municipal acumulava os cargos de legislativo e executivo. Segundo estatística da época, a população era de 2.764 habitantes em 1837.

Se na época do Império, os dois partidos atuantes, Liberal e Conservador, se revezavam no poder, cabe destacar na vida política local, as famílias dos fazendeiros:

---

<sup>34</sup> Para elaboração deste texto inicial foram consultadas: MICHETTI, Heloísa Helena & PARAHYBA, Maria Antonieta G A. (1968) e Araraquara... 182 anos brilhando como o sol. Por Eduardo Luiz Veiga Lopes. (1999)

<sup>35</sup> Data esta em que é comemorado o aniversário da cidade de Araraquara.

Sampaio, os Correia, os Almeida Leite Moraes, os Arruda Botelho; descendestes da nobreza de Portugal e da Espanha, dominavam o poder econômico e político do município.

Uma curiosidade da vida política da época é a correlação existente entre a composição do gabinete Imperial e o partido atuante no Município de Araraquara. De acordo com um estudo sobre - O jogo das forças políticas da vida de Araraquara <sup>36</sup>- “em março de 1841, quando é formado o Ministério Conservador, a Câmara tem por presidente um destacado chefe do Partido conservador em Araraquara, José Joaquim de Sampaio. De 1866 a 1868, ocupa o Gabinete o Partido Liberal; o Presidente da Câmara Municipal de Araraquara que por essa época é eleito pelos vereadores e membro do Partido Liberal, cujo chefe fazia parte da mesma Câmara, como vereador” (MICHETTI & PARAHYBA, 1968: 62).

No plano econômico, poderíamos dizer que Araraquara, dentro de um modelo tradicional de cidade interiorana do Estado de São Paulo, começa com destaque para a economia agrária, principalmente o café. É com data de 1850 que a cultura de café começa a ter destaque na região, que iria até 1929. O crescimento da produção cafeeira alcança em 1878, 14 milhões de pés de café. A “chegada do Trem”, em 1885, se destaca com um grande fator de impulso econômico para a região.

Voltando com as preocupações políticas, 1896 é ano de mudanças políticas. O cargo de Intendente Geral<sup>37</sup> é criado no dia 01 de julho daquele ano. Responsável pelo poder executivo, este passa a ser eleito indiretamente pelos sete vereadores que compõem

---

<sup>36</sup> Trabalho apresentado pela Cadeira de Política, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Fanny Tabak /UNESP/ FCL, Araraquara.

<sup>37</sup> Nota: A Intendência Geral foi criada em 1º de julho de 1896, conforme Lei assinada pela Presidente da Câmara Municipal de Araraquara, Senhor Tenente Coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz, separando assim, o Legislativo do Executivo.

a Câmara Municipal mais o voto do presidente da Câmara, eleito também indiretamente pelos vereadores, em sessão realizada a cada três anos. A sessão do dia 07 de janeiro de 1896 havia elegido Manoel Joaquim Pinto de Arruda, que com a criação do cargo passa a ser o primeiro Intendente Geral. Portanto a separação do poder executivo e legislativo trás uma nova dinâmica a vida política da cidade. O mandato do Intendente Geral é de um ano.

Após nove mandatos de Intendentes Geral, o cargo de Prefeito Municipal é denominado em 1906. De acordo com a Lei n. ° 113 de 10 de julho do mesmo ano, a Câmara Municipal estabelece agora o mandato de três anos. O primeiro Prefeito Municipal Major Pio Corrêa de Almeida Moraes, era o 9º Intendente Geral e ocupou o posto nos anos 1906-1907. Somente no dia 15 de janeiro de 1908, em sessão da Câmara Municipal, fora eleito indiretamente o então prefeito Américo Danielli.<sup>38</sup>

Tomando como uma das preocupações nos *Estudos de Poder Local no Brasil*, de Murilo Carvalho (1968/69:243), a presença de famílias e parentadas que exercem papel básico nas maiorias das localidades estudadas e que segundo ele, “em algum momento, passaram por uma fase de controle familístico do poder”. Para Murilo de Carvalho, a influência política da família no Brasil é um fenômeno concreto e existente na maioria dos estudos realizado.

Em Araraquara, para exemplificar esta idéia, no período que compreende 1908 a 1930, um importante fazendeiro Bento de Abreu Sampaio Vidal, tem grande influência na cidade e Região, sendo eleito e presidindo a Câmara Municipal de Araraquara de 1923-1930. Nesta mesma época, outro fazendeiro Plínio de Carvalho é eleito Prefeito em sessão da Câmara Municipal sucessivamente de 1917 a 1930.

---

<sup>38</sup> Ver em anexo a relação completa dos Intendentes Geral e dos Prefeitos eleitos até o ano de 2000.

Nos anos 30, acontece um movimento político importante no âmbito nacional, que diretamente afetou a vida política do município. A “Revolução de 30”, como ficou conhecida historicamente traz como consequência à centralização do poder. Para Francisco Weffort (1986) é a partir deste processo político que o estilo de governar, conhecido como populismo, passa a compor o cenário brasileiro. Como um divisor de águas entre a oligarquia e do liberalismo presente na história do Brasil até então e o autoritarismo, seja institucional - Vargas (1937-45), seja paternalista ou carismático (1945-64). O populismo irá se compor como forma de expressão do processo de democratização do Estado, com a presença de novas classes populares no jogo político.

O cenário político nacional e do Estado irão se compor com líderes políticos como: Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Adhemar de Barros, na qual:

“suas diferenças, em alguns casos suas contradições, são de uma tal ordem que se torna difícil perceber neles alguma significação fundamental comum, além do interesse que todos têm na conquista do voto popular e na manipulação das aspirações populares”. (WEFFORT, 1986:62).

Em Araraquara, havia dois importantes partidos que disputavam a liderança local - o Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista. Com a vitória da Aliança Liberal, houve uma dissolução de órgãos legislativos nos municípios e interventores foram nomeados para os Estados e Municípios.

Para se ter uma idéia das consequências políticas, entre os anos de 1930 e 1936, doze prefeitos ocuparam a chefia do executivo. Com a implantação do Estado Novo, o município vê ascender à presença política, grupos que haviam sido postos no ostracismo após os anos 30, como por exemplo, o da família Carvalho.

Em 1945, período conhecido com de redemocratização, a política local irá ganhar um novo dinamismo. Com a promulgação do Código Eleitoral autorizando a formação dos partidos políticos, tendo estes base nacionais, vários partidos irão surgir. É deste novo sistema político partidário que importantes lideranças políticas locais irão se organizar para a formação e disputas de cargos municipais, estaduais e nacionais.

No entanto, apesar das mudanças nos sistemas partidários, os quadros políticos continuam os mesmos. Em Araraquara, a existência do Partido Social Progressista (PSP), fundado por Adhemar de Barros irá se consagrar como umas das principais forças partidárias do município. Começando pela vitória eleitoral do primeiro Prefeito eleito por voto direto na história política do município.

Realizada no dia 9 de setembro de 1947, com 11.133 eleitores inscritos, saiu vitorioso para um mandato de quatro anos o engenheiro e membro do PSP em Araraquara, José dos Santos. Político este que já havia tomado posse em 10 de abril de 1947, como prefeito nomeado pelo então governador Adhemar de Barros, teria ainda uma bancada na Câmara de 12 vereadores eleitos pela coligação PSP-PR.<sup>39</sup>

Outra liderança partidária importante, tanto no cenário nacional, como municipal, foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Tendo como liderança política, o então Presidente da República eleito em 1950, Getúlio Vargas, as eleições municipais realizadas em 14 de outubro de 1951 dão vitória a Antônio Tavares Pereira Lima. Com 6.944 votos (58%), dos 11.957 leitores inscritos, a coligação PTB-UDN elege um engenheiro da Estrada de Ferro Araraquara.

---

<sup>39</sup> Cabe ressaltar, que na primeira Legislatura 1 de janeiro de 1948 / 31 de dezembro de 1951, Araraquara teve 31 vereadores, o maior em sua história.

Finalmente uma terceira, porém não menos importante, podemos falar da União Democrática Nacional (UDN). Em 1955, quando o Governo do Estado de São Paulo passa a ser representado por Jânio Quadros, Araraquara realiza sua terceira eleição direta para Prefeito. No dia 3 de outubro do mesmo ano, com 6.947, dos 13.796 eleitores inscritos, vence o industrial Rômulo Lupo, com o apoio da coligação PTB-PTN-UDN. Se o PSP não estava enfraquecido, conseguindo eleger seis vereadores, a UDN elege quatro vereadores.

Portanto, durante este período de pluripartidarismo, o município alimenta a oportunidade de surgir importantes lideranças políticas locais que também alcançariam destaque no cenário estadual e federal. Este período de efervescência política local está formando as bases partidárias no município, que terão sua trajetória interrompida pela implementação do sistema bipartidário.

### 3.2.2 O pós-64: a autonomia ameaçada.

Decorridos 17 anos de eleições diretas para o cargo de executivo no município de Araraquara, o golpe militar de abril de 1964 trouxe mudanças conjunturais e estruturais que comprometeram o processo político em formação no município. Na opinião do historiador Rodolpho Telarori<sup>40</sup>, os anos anteriores a 64, foram um marco de “efervescência democrática” o que resultou grupos políticos definidos.

---

<sup>40</sup> Na história da Câmara de Vereadores deste período de 50 anos, mais com base numa observação pessoal do que em qualquer critério orientado pela ciência política, julgo que as três primeiras legislaturas que cobrem o período de 1948 a 1959, quando foram Prefeito José dos Santos, Antônio Tavares Pereira Lima e Rômulo Lupo, foi a fase em que mais acirrado foi o embate e os debates na Câmara Municipal. Nesse período, que corresponde também a uma etapa de grande efervescência democrática na vida política nacional, formaram-se em Araraquara dois grupos com perfis claramente definidos, mesmo que,

Um destes grupos políticos pode-se relatar com as eleições de 6 de outubro de 1963. Candidato pela coligação UDN-PDC, é eleito para seu segundo mandato Rômulo Lupo com 11.971 votos, num total de 28.452 eleitores inscritos. Prefeito eleito em 1955, este era filho de migrantes italiano e representante de um importante grupo econômico do município. Faziam parte a Companhia Industrial e Agrícola Lupo - Fazenda Salto Grande, a Indústria de Meias Lupo e duas emissoras de radiodifusão locais (AM e FM): a Rádio Cultura de Araraquara.

Neste período, o Governador do Estado de São Paulo é novamente Adhemar de Barros (PSP) e o seu candidato em Araraquara estava representado por Omar de Paula Albuquerque (PSP), que perdera a eleição por apenas 1.212 votos de diferença.

Pela legislação eleitoral da época o cargo de Vice-prefeito poderia ser eleito por outro partido. Com 9.744 votos é eleito Alfredo do Amaral Gurgel pelo PSP. Este grupo político consegue eleger através de uma coligação com o PSD, 8 vereadores, num total de 19 que compunham o Legislativo. A coligação UDN-PDC, liderada pelo Prefeito eleito consegue apenas quatro vereadores.

Este mandato demarca a transição partidária, em que o sistema pluripartidário é extinto em 1965. O prefeito eleito em 1963 deveria cumprir até 31 de dezembro de 1967. Porém, de acordo com Ato Complementar n.º 37, de 14 de março de 1967, foram prorrogados os mandatos dos prefeitos municipais até 31 de janeiro de 1969.<sup>41</sup>

Desta administração saíram importantes candidaturas locais que compõem os quadros políticos da ARENA durante seu período de vigência. Uma delas está na figura

---

como acontece na política nacional, sem bases assentadas em orientação ideológica definida. Conforme “Araraquara... 182 anos brilhando como o sol...” por Eduardo Luiz Veiga Lopes, 1999.

<sup>41</sup> Na verdade, esta mudança antecipa a final do mandato que pela reforma parcial da Constituição Paulista, aprovada pela Assembleia Legislativa de São Paulo, o mandato terminaria 30 abril 1970, conforme informa a manchete: “Rômulo tira mais 3 anos, 2 meses e 16 dias de mandato” Jornal “O Imparcial” 06/10/1965.

de Aldo Lupo. Irmão de Rômulo Lupo e candidato a Vice-prefeito nas eleições de 1963, obtendo o segundo lugar com 6.906 votos.

Filho de Henrique Lupo, industrial pioneiro que começara com uma loja de relógios e depois a indústria de fiação de Meias, Aldo Lupo (1911-1978) fora Deputado Estadual 1951-54, Deputado Federal no período Médici 1970-74 e suplente do candidato Carvalho Pinto para o Senado nas eleições de 1974. Formado em Direito pela Faculdade de São Francisco, foi: Secretário da Higiene da Prefeitura de São Paulo, Superintendente das Estâncias Balneárias de Estado de São Paulo, Presidente da Comissão Estadual de Preços, Presidente CEAGESP- Governo Lauro Natel, Presidente COAP - governo Café Filho e Corpo Diretivo Bradesco, em sua fundação 1941.<sup>42</sup>

Outra personalidade política importante foi José Alfredo do Amaral Gurgel. Eleito com 3.542 votos para o mandato de Deputado Estadual -1963-66, é reeleito pela ARENA para o mandato 1967-1970, com 11.712 votos.

Por último, mas não menos importante foi Leonardo Barbieri. Membro de antiga família do município; Seu pai Raphael Barbieri era imigrante de Monte Leoni, Itália. Proprietária de uma grande casa comercial, possuía uma emissora de rádio e um diário. Nos anos de 1951-55, fora Vice-prefeito, conseguindo ser Deputado Federal de 1954-59, Deputado Estadual 1963-66, com 4.397 votos e reeleito para o mandato 1967-70 pelo MDB, com 9.449 votos.

Quando ocorre a dissolução dos antigos partidos, estes importantes grupos políticos, terão suas manifestações políticas desorientadas pela rigidez imposta pelo sistema bipartidário. Após o Golpe de 64 e sua continuidade no poder sob o comando de um regime militar trouxe um enfraquecimento político para o executivo e legislativo

---

<sup>42</sup> Conforme o Jornal "O Imparcial" de Araraquara.

municipal. O processo político, assim como, econômico e social passaram a estar sob o julgo de um governo centralizador, o que provocou inúmeras oportunidades para beneficiar grupos políticos que tivessem um bom relacionamento com estas instâncias.

Em 1964, foi Instalada uma Comissão Especial de Inquérito pelo Prefeito Rômulo Lupo, conforme exigência de um Ato Institucional Federal. De acordo como o historiador Rodolpho Telarolli, nenhum vereador<sup>43</sup> ou político foi cassado em Araraquara.<sup>44</sup>

### 3.3 Ano de realinhamento político: 1965

Após o AI n.º 2, de 27 de outubro de 1965, a renovação das lideranças políticas no município de Araraquara passa através da formação de dois partidos, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Cabe lembrar que as eleições diretas para o executivo, somente foram permitidas pela legislação eleitoral na esfera municipal.

De acordo com a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) Maria D'Alva Gil Kinzo (1988) relata que: para a “criação de um diretório municipal, o partido precisava ter um número mínimo de membros filiados, fixados de acordo com o tamanho do eleitorado do Município. Finalmente, para ser legalmente reconhecido cada diretório municipal deveria realizar uma convenção, da qual participassem pelo menos 20% dos filiados ao partido local, para a eleição dos membros do Diretório e da Executiva e dos

---

<sup>43</sup> De acordo com historiador depuseram perante a Comissão os seguintes dos 19 que compunham a Câmara: João Vergara Gonzales (Presidente), José Wellington Pinto, Rubens Belardi Ferreira, Álvaro Waldemar Colino, Elezer Púglia, Oswaldo Duarte, Octávio Bugni, Flávio Ferraz de Carvalho, Waldemar De Santi, Elias Damus, Wilmo Gonçalves, Everaldo Isidoro da Silva e José Galli (eram também vereadores e não depuseram: Jobal do Amaral Velosa, José Pizani, Leonardo Croci Filho, Darcy Morales, Inocêncio Anacleto da Silveira e Caetano Nigro).

<sup>44</sup> Conforme a reportagem “Historiador abre documentos de 64”. Folha de São Paulo, 26 de julho de 1998, p7-20, suplemento Folharibeirão.

delegados para a convenção Regional”.<sup>45</sup> Desta forma, os dois partidos locais deveriam correr para atender as exigências da Lei, que estipulava como data limite o ano de 1968.

No município de Araraquara, nota-se que apenas onze partidos compuseram o quadro político-partidário durante o período de vigência do pluripartidarismo de 1945 a 1965. Em 1963, pode-se observar que a tendência dos três partidos dominantes na Câmara Federal é também presente no município em foco, com 68 % do total das cadeiras. O PSP se destaca com 38% das cadeiras em 1947, frutos da presença política de Ademar de Barros no Estado de São Paulo.

TABELA 3.1 DISTRIBUIÇÃO DAS CADEIRAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA: por legenda partidária e número de cadeiras.

| Partido                              | 1947 | 1951 | 1955 | 1959 | 1963 |
|--------------------------------------|------|------|------|------|------|
| PSD Partido Social Democrático       | 5*   | 2    | -    | 2    | 8*   |
| UDN União Democrática Nacional       | 4    | 3    | 4    | 2    | 2    |
| PTB Partido Trabalhista Brasileiro   | 3    | 6    | 3    | 1    | 3    |
| PSP Partido Social Progressista      | 12*  | 6    | 6    | 4    |      |
| PR Partido Republicano               |      | -    | -    | -    | -    |
| PDC Partido Democrata Cristão        | -    | -    | 1    | 5    | 2    |
| PTN Partido Trabalhista Nacional     | 6    | 2    | 3    | 4    | -    |
| PST Partido Social Trabalhista       | -    | -    | -    | -    | -    |
| PL Partido Libertador                | -    | -    | -    | 1    | 4    |
| PRP Partido de Representação Popular | 1    | -    | -    | -    | -    |
| PSB Partido Socialista Brasileiro    | -    | -    | 1    | -    | -    |
| Total de cadeiras                    | 31   | 19   | 19   | 19   | 19   |

Fonte: Arquivo da Secretaria da Câmara Municipal de Araraquara.

<sup>45</sup> Além disso, era necessário que se realizassem convenções regionais e uma convenção nacional par a eleição dos membros respectivos dos diretórios regionais e do nacional. Lei 4.470, de 15 de julho de 1965. p39

Notas: \* Coligações partidárias

Publicado In: MICHETTI, Heloísa Helena & PARAHYBA, Maria Antonieta G A. (1968) “O Jogo das forças políticas no município de Araraquara” Revista de Ciência Política; Rio de Janeiro: FGV Vol. II, n.(3), jul./set., p.69.

Araraquara não apresentou um posicionamento partidário-ideológico nítido no processo de realinhamento partidário ocorrido em 1965. Dentre os 19 vereadores existentes no momento de dissolução dos partidos políticos, igual número de 9 vereadores ingressaram nos dois partidos do sistema bipartidário, sobrando apenas um vereador (PSD-PSP) que não se filiou.

Dentre os integrantes da ARENA destaca-se quatro vereadores da antiga coligação PSD-PSP, que havia eleito 8 vereadores. Outros três vereadores foram para a legenda do MDB. Analisando a filiação partidária anterior desses integrantes, observa-se que a ARENA foi composta por: 4 do PSD-PSP, 2 do PL, 1 do PTB, 1 do PDC e 1 da UDN. Mostra-se assim, dada a origem dos partidos, pouca definição ideológica na formação, como foi observado para a câmara dos deputados.

Esta realidade se repetiu no MDB local. A nova composição partidária relaciona dos 9 vereadores: 3 do antigo PSD-PSP, 2 do PTB, 2 do PL, 1 do PDC e 1 da UDN. O número de dois petebistas demonstra uma formação mais à esquerda e de oposição, dentro dos parâmetros ideológicos estaduais e nacional do partido.

TABELA 3.2 FILIAÇÃO À ARENA E AO MDB DOS REPRESENTANTES DOS ANTIGOS PARTIDOS, CÂMARA MUNICIPAL, 1966.

| Partidos Antigos                 | ARENA | MDB | Total |
|----------------------------------|-------|-----|-------|
| Conservadores                    |       |     |       |
| UDN (União Democrática Nacional) | 1     | 1   | 2     |
| PSD (Partido Social Democrático) | 4     | 3   | 7*    |

|                                      |   |   |    |
|--------------------------------------|---|---|----|
| PSP (Partido Social Progressista)    | 4 | 3 | 7* |
| PL (Partido Libertador)              | 2 | 2 | 4  |
| Trabalhistas/Reformistas             |   |   |    |
| PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) | 1 | 2 | 3  |
| PDC (Partido Democrata Cristão)      | 1 | 1 | 2  |
| Não Filiados                         | - | - | -  |
| Total                                | 9 | 9 | 18 |

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara

\* Coligação partidária PSD-PSP

A tabela 3.1 abaixo apresenta os vereadores eleitos, nas eleições de 1963, que compunham as principais lideranças políticas de formação dos partidos locais. Por exemplo, cito o nome de Waldemar de Santi que foi Presidente do MDB local e Prefeito eleito pelo partido em 1976.

Outro representante importante da política local foi o Presidente da ARENA local em 1974 - Flávio Ferraz de Carvalho (1936-2002), que era formado em advocacia e economia. Era escrivão de polícia quando foi eleito para seu primeiro mandato (1956-59) de vereador pela UDN com 249 votos, sendo reeleito (1960-63) pelo PSD com 379 votos e novamente eleito (1964-1968) pela coligação PSD-PSP com 762 votos. Foi um dos principais articuladores políticos locais da ARENA ligado à figura política de Carvalho Pinto. Na eleição de 1968 foi candidato derrotado à prefeito pela ARENA 2, com 5.182 votos. Na eleição municipal de 1972 foi candidato derrotado à vice-prefeito pela ARENA 2 com 15.939 votos. Foi presidente da Câmara Municipal por dois anos (1966 e 2000). Fez parte dos 51 membros formadores da ARENA local.<sup>46</sup> Todos os dezoito nomes de

<sup>46</sup> Voltaria para a política eleito pelo PFL para vereador no mandato (1993-1996) com 1554 votos e reeleito pelo PPB com 2179 votos para o mandato (1997-2000). Na eleição seguinte (2001-2004) ficou como 1º suplente da legenda PPB, com 964 votos.

vereadores também irão participar da relação dos 51 membros de formação dos partidos MDB e ARENA local.

QUADRO 3.1 RELAÇÃO DOS VEREADORES ELEITOS EM 1963 E SUA FILIAÇÃO EM 1966.

| N.º | Nome                              | Legenda | Filiação | votos |
|-----|-----------------------------------|---------|----------|-------|
| 1   | Waldemar de Santi                 | PSD-PSP | MDB      | 881   |
| 2   | José Welington Pinto              | PL      | MDB      | 809   |
| 3   | Darcy Moralles                    | PSD-PSP | MDB      | 795   |
| 4   | Flávio Ferraz de Carvalho         | PSD-PSP | ARENA    | 762   |
| 5   | Octávio Bugni                     | PSD-PSP | ARENA    | 759   |
| 6   | Everaldo Isidoro da Silva         | UDN     | MDB      | 664   |
| 7   | José Pizani                       | PDC     | ARENA    | 631   |
| 8   | Jobal do Amaral Velloso           | PTB     | ARENA    | 452   |
| 9   | Anthero Rodrigues da Silva Júnior | PL      | ARENA    | 451   |
| 10  | Osvaldo Duarte                    | PTB     | MDB      | 435   |
| 11  | Alvaro Waldemar Colino            | PL      | ARENA    | 417   |
| 12  | João Vergara Gonzales             | PTB     | MDB      | 370   |
| 13  | Leonardo Crocci Filho             | PL      | ARENA    | 369   |
| 14  | Elias Damus                       | PSD-PSP | ARENA    | 355   |
| 15  | José Galli                        | PSD-PSP | ARENA    | 353   |
| 16  | Antonio Donato                    | PSD-PSP |          | 333   |
| 17  | Caetano Nigro                     | PSD-PSP | MDB      | 325   |
| 18  | Rubens Bellardi Ferreira          | PDC     | MDB      | 314   |
| 19  | Wilmo Gonçalves                   | UDN     | ARENA    | 302   |

Fonte: Câmara municipal de Araraquara

OBS: Em destaque os vereadores reeleitos.

Araraquara terá sua trajetória política composta por duas administrações de prefeitos eleitos pela ARENA, nas eleições de 1968 e 1972; e uma pelo MDB, nas eleições de 1976. No entanto, o prefeito pelo MDB filia-se ao PDS em 1982, com estreita ligação com o Governador de São Paulo - Paulo Salim Maluf. Neste ano é eleito prefeito pelo PMDB um ex-prefeito integrante da ARENA. Mostrar como foi o processo político partidário-eleitoral em Araraquara, durante o bipartidarismo, será o compromisso no próximo capítulo.

## CAPÍTULO IV A MOBILIZAÇÃO PARA FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS EM ARARAQUARA

### 4.1 Introdução.

Este capítulo descreve como se procedeu a formação dos quadros políticos dos partidos no município. A preocupação com a formação é obrigatória devido à singularidade do nosso sistema partidário neste período, e acompanhar os movimentos políticos de seus integrantes, incorre numa tentativa de descrever um perfil partidário destas agremiações, buscando contrapô-lo com a literatura política que estudou estes partidos no âmbito estadual e nacional, para visualizar as particularidades existentes na atuação dos quadros políticos destes partidos no município.

Não sendo novidade, a procura por candidaturas municipais que viessem compor o partido aliado ao governo, encontrava menor resistência do que a oposição. No entanto, não podemos simplificar este processo político, como sendo de total controle por parte das esferas estadual e federal.

O que pretendo demonstrar são empreendimentos que um partido político investe politicamente na esfera local, uma vez que neste âmbito, existe uma pressão muito maior por parte dos eleitores e cidadãos. Esta variável, também presente nas eleições estaduais e majoritárias, tem sua importância adicionada, devido à singularidade do sistema bipartidário brasileiro que manteve no âmbito municipal as eleições diretas para os cargos executivos.

Por outro lado, abordar as lideranças políticas que compuseram o executivo local, durante o período tratado, tem a finalidade de contribuir para a análise dos partidos

políticos locais e buscar no enfoque, o surgimento de lideranças partidárias, uma vez que é própria tanto do executivo e maior do legislativo municipal o início das carreiras políticas.

Cabe destacar que “embora o bipartidarismo não tenha se consolidado como sistema, é possível entender as arenas políticas locais como arenas semicompetitivas, uma vez que nos municípios examinados são mantidas as eleições para os executivos locais” (CASTRO, 1987:03).

As eleições municipais são importantes, do ponto de vista político brasileiro, por vários motivos. Um deles é sobre o início da vida política, em que a carreira de vereador, prefeitos, possa a vir se finalizar em deputado estadual ou federal, como também, posto mais importantes como senador.

Mas não é só através do cargo político do legislativo que se faz uma carreira política. Existem também as pretensões de serem prefeitos da Capital, Governadores, Presidentes, assim como, ocuparem cargos administrativos, no âmbito Estadual, como Federal. Qual a verdadeira postura dos partidos políticos municipais, frente à política nacional e estadual? Qual a forma de participação e renovação das lideranças municipais, com as lideranças partidárias estaduais e federais?

Na definição de Ângelo Panebianco (1982), partido político é uma instituição política única que compete por votos para construir representação política no Estado. O que pretendo argumentar é que os comportamentos partidários e eleitorais efetuados pela ARENA e MDB, no município de Araraquara seguiram padrões de resoluções, na maioria das vezes, semelhante aos comportamentos destes partidos, nas esferas estaduais e federais.

No entanto, o estudo visa a observar que as resoluções efetuadas pelos partidos, nas esferas municipais, possuem algumas preocupações: no que compete a sua formação, sobrevivência, liderança local e êxito eleitoral; que fazem com que seu comportamento político local tenha que se ‘ajustar’, muitas vezes de forma contrária ou não, às resoluções partidárias estaduais e federais.

Mas os partidos políticos são instituições compostas de pessoas que, mais do que preocupadas com seus êxitos políticos, buscam também interesses particulares, como por exemplo, a sua carreira política. Mas, mesmo havendo esta busca individual por parte dos integrantes dos partidos, estes agregam facções que se comprometem de uma forma conjunta a buscar os êxitos eleitorais. (DOWNS, 1999)

Uma das primeiras observações requer analisar o processo político de formação destes dois partidos no município, visto que estes foram compostos por lideranças políticas locais advindas do sistema pluripartidário.

#### 4.2 A formação da ARENA em Araraquara

O partido político ARENA local teve na sua confecção plural de quadros políticos as condições de partida originária de sua organização. Como conceitua Maurice Duverger (1970), poderíamos dizer que os partidos políticos ao formarem sua organização institucional buscam um agrupamento de pessoas importantes escolhidas em razão da sua influência. Os chamados “comitês” foram importantes no sentido que a ARENA local tinha como privilégio ser o partido do governo, e pode no município, se beneficiar na sua maioria de quadros políticos oriundos da atual equipe do governo local e seus

representantes no legislativo; equipe esta fruto das coligações políticas efetuadas após os resultados das eleições municipais de outubro de 1963.

No entanto, o que gostaria de argumentar é que a ARENA local foi um partido que conquistou a governo já no seu nascimento. No entanto, a sua permanência no governo pelos longos anos do bipartidarismo demonstrou haver uma dificuldade de consolidação organizativa e sucesso eleitoral.

Sem dúvida, este comportamento tem seu teor de ambigüidade diminuído pela aceitação mais favorável dos quadros partidários que vieram a compor o partido local. Pois, fazer parte do partido do governo, poderia significar apoio político e econômico, cruciais para o sucesso administrativo e eleitoral no município.

Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no dia 20 de setembro de 1968, o registro do Diretório Municipal da ARENA de Araraquara fora oficializado. Interessante que esta data marca nove dias depois, de seu único competidor político, o MDB, ter sido oficializado.

A lei 5.453, de 14 de junho de 1968, dava as diretrizes a serem seguidas pelos partidos, que oficializada pelo Juiz eleitoral, no caso o Dr. Geraldo do Amaral Arruda, resguardado pelo artigo 3º da lei 5.453, nomeia o Promotor público Italo Antônio Fucci, que juntamente com o Presidente da Comissão Executiva e Secretário do Partido, poderiam realizar as convenções partidárias municipais.

Uma das primeiras tarefas oficiais importantes a ser tomada pela ARENA em Araraquara fora a eleição de sua executiva, em sessão na Câmara Municipal da cidade, no dia 25 de setembro de 1968. Desta atividade política, ficou formado a Diretoria-Executiva do partido local, composta por sete integrantes, tendo assumindo os cargos respectivamente: Para Presidente Luiz Felipe Cabral Mauro, para vice-presidente Flávio

Ferraz de Carvalho. Como secretário Jorge Bedran e Tesoureiro Osvaldo Álvares Martinez. Ainda como vogal: Prudente Fernando Monteiro, Mário Barbugli e Francisco Pedro Monteiro da Silva.

As convenções até então eram importantes para a definição dos candidatos às sublegendas do partido. Segundo consta, o requerimento de sublegendas deveria conter 10% de assinaturas do total de convencionais, exigidos por Lei e para cada sublegenda, deveria conter 20% dos votos do total de presentes.

De acordo com artigo 21 da lei 5.453 de 14/06/1968, as Convenções deveriam: a) possibilitar a instituição de até três sublegendas; b) cada sublegenda seria qualificada pela denominação da sigla do partido, seguida dos n.º 1, 2, 3, na ordem decrescente dos votos que recebessem na convenção. Em caso de empate, haveria sorteio; c) a votação seria secreta, em escrutínio único para Prefeito e Vice-prefeito; d) só poderia votar os convencionais presentes; e) cada sublegenda poderia registrar candidatos a vereador em número que não excedesse o dobro de lugares a serem preenchidos na câmara legislativa. O número de candidatos a vereador seria então proporcional ao número de votos de cada sublegenda; f) a convenção só poderia ser reinstalar com a presença de mais da metade dos números membros do partido.

No que diz respeito à formação das sublegendas, cada uma deveria receber a assinatura de pelo menos 20 % do total de membros do Diretório do partido. Haveria um cálculo do Coeficiente da Convenção, que seria o resultado do número de convencionais presentes pelo número de cadeiras a serem preenchidas no legislativo. Já o quociente das sublegendas seria o resultado da divisão do total dos votos válidos conferidos aos candidatos a Prefeito e Vice-prefeito daquela sublegenda pelo quociente da convenção. O

número de vereadores a serem lançados seria o resultado do quociente das sublegendas vezes dois.

Nesta primeira convenção do Partido, foram indicados os nomes de Rubens Cruz, Flávio Ferraz de Carvalho e Omar de Paula Albuquerque, para concorrerem aos cargos de prefeitos; e Herminio Pagoto, Nelson Gullo e Francisco Lofredo Júnior, para os cargos de Vice-prefeito.

O resultado para lançamento dos candidatos a vereador foi; pela ARENA (1), doze candidatos. Este resultado decorre da votação obtida por Rubens Cruz com 19 votos, dos 50 convencionais; pela ARENA (2) o candidato Flávio Ferraz de Carvalho também com 19 votos, mas sai com onze candidatos e pela ARENA (3) Omar de Paula Albuquerque com doze votos pode lançar sete candidatos a vereador.<sup>47</sup>

As três sublegendas indicadas na Convenção participaram da indicação do número de vereadores que cada uma poderia lançar como candidatura para as próximas eleições. De acordo com os resultados, a ARENA 1, poderia lançar onze vereadores, a ARENA 2, poderia lançar também onze e a ARENA 3, caberia lançar sete. Como o número de cadeiras da Câmara Municipal de Araraquara é de 15, e se permitia lançar o dobro do número de Cadeiras oferecidas por partido, a totalidade de 30 cadeiras fora completada pela prioridade atribuída a ARENA1 com mais um candidato.

Mas de que forma se chegava aos 51 membros indicados para o diretório? Baseado no depoimento do presidente da Comissão executiva do Diretório Municipal da ARENA, Luiz Felipe Cabral Mauro, os 51 membros foram divididos em três grupos de

---

<sup>47</sup> 1º caso: O coeficiente da sublegenda era 3,33%, 50 convencionais dividido por 15 cadeiras na câmara municipal. 19 votos dividido por 3,33 é igual 5,75 vezes dois, pois é possível lançar o dobro de cadeiras por partido. No 2º houve empate, mas foi privilegiada uma candidatura para a ARENA um. No 3º caso dos 12 votos dividido por 3,33 é igual a 3,63 vezes dois, 7,2.

17 indicações. Dentre estes grupos, um era liderado pelo Deputado Estadual Amaral Gurgel, político ligado à antiga coligação PSP-PSD, um outro grupo era liderado pelo Deputado Osvaldo Santos Ferreira, da antiga coligação UDN-PR, e por fim, os 17 membros eram acomodados pelas lideranças locais, principalmente pelos vereadores.

No período de composição do diretório municipal da ARENA em Araraquara, ocorrida em agosto de 1968, houve uma acirrada disputa e divisão dos membros que iriam compor seus 51 integrantes. As três facções formadas, devido ao número de sublegendas permitido pela Lei, tinham um número de 17 membros, como resultado da divisão. Segundo reportagens publicadas no jornal da cidade “O Imparcial”, as três facções tinham como lideranças: Flávio Ferraz de Carvalho, Ex-PSP e Ex-UDN. Dentre os dezessete nomes de cada facção, a lista era completada por dois nomes indicados por lideranças como: Lauro Natel, Arnaldo Cerdeira e Abreu Sodré.

A apresentação dos integrantes da formação do Diretório Municipal da ARENA pode ser acompanhada pelo quadro 4.1 a seguir. Cabe observar que os integrantes 01 são representantes da facção liderada pelo vereador Flávio Ferraz de Carvalho; a 02 representa a facção representante do Ex-PSP, liderada pelo Deputado Amaral Gurgel e a 03, associando aos ex-UDN, juntamente com os indicados por outras lideranças.

QUADRO 4.1 RELAÇÃO DOS 51 MEMBROS DE FORMAÇÃO DO DIRETÓRIO DA ARENA DE ARARAQUARA

| Nomes                               | PARTIDO | Profissão              |
|-------------------------------------|---------|------------------------|
| 01Álvaro Valdemar Colino            | PL      | Repres. Comercial      |
| 01Anthero Rodrigues da Silva Júnior | PL      | Func. Público          |
| 01Arnaldo Smirne                    |         | Func. Público          |
| 01Benedito Egbert Corrêa Toledo     |         |                        |
| 01Elcio Bernardi                    |         | Escrevente de Cartório |
| 01Elias Damus                       | PSD-PSP | Advogado               |

|                                      |         |                        |
|--------------------------------------|---------|------------------------|
| 01Eliezer Puglia                     | PL      | Advogado               |
| 01Flávio Ferraz de Carvalho          | PSD-PSP | Escrevente de Cartório |
| 01Herculano Leonardo                 |         | Func. Público          |
| 01Jobal Amaral Velloso               | PSD-PSP | Advogado               |
| 01Joel Jost                          |         | Estudante              |
| 01José Pizani                        | PDC     | Industrial             |
| 01Luiz Roberto de Toledo Ramalho     |         | Estudante              |
| 01Ovídio Delphini                    |         | Func. Público          |
| 01Roberto Massafera                  |         | Engenheiro             |
| 02Antonio Custódio de Lima           |         | Comerciante            |
| 02Dionísio Stuchi                    |         | Comerciante            |
| 02Francisco Bento Perez Martins      |         | Func. EFA              |
| 02Gildo Merlos                       | PSD-PSP | Oficial de Justiça     |
| 02Hermínio Frigieri                  |         | Industrial             |
| 02Inocência Anacleto da Silveira     | PSD-PSP | Capitão RI             |
| 02Jorge Borges Correa                |         | Professor              |
| 02José Pasetto                       |         | Industrial             |
| 02Luiz Francisco Rizzo               |         | Pedreiro               |
| 02Newton de Oliveira Ramalho         |         | Médico                 |
| 02Octávio Bugni                      |         | Func. Público          |
| 02Omar de Paulo Albuquerque          |         | Serv. da Justiça       |
| 02Osvaldo Alvarez Martinez           |         | Advogado               |
| 02Paulo de Arruda Corrêa da Silva    |         | Jornalista             |
| 02Prudente Fernandes Monteiro        |         | Engenheiro civil       |
| 03Antônio Almeida Ramos              |         | Func. EFA              |
| 03Antônio Belotti                    |         | Func. Público          |
| 03Elcio Marcantonio                  |         | Dentista               |
| 03Fernando Antonio Barbato Costa     |         | Estudante              |
| 03Fernando Claudio Gonçalves Bazzoli | UDN     | Advogado               |
| 03Francisco Pedro Monteiro da Silva  |         | Agropecuarista         |
| 03Hermínio Pagoto                    |         | Professor              |
| 03João Baptista Real                 | PDC     | Dentista               |
| 03Jorge Bedram                       | UDN     | Func. Público          |
| 03José Galli                         | PSD-PSP | Func. Municipal        |
| 03José Rubens de Barros              |         | Estudante              |
| 03Luiz Felipe Mauro                  | PSD-PSP | Professor              |
| 03Marcílio Martins Caldeira          | PTB     | Industrial             |
| 03Mário Ananias                      | PTN     | Agricultor             |
| 03Mário Barbugli                     |         | Comerciante            |
| 03Miguel Tedde Neto                  |         | Advogado               |
| 03Nobolu Okada                       | UDN     | Agrimensor             |
| 03Otávio de Arruda Camargo           |         | Médico                 |
| 03Rubens Cruz                        |         | Empresário             |
| 03Waldomiro Acetoze                  |         | Advogado               |
| 03Wilmo Gonçalves                    | UDN     | Func. Público          |

Fonte: SILVA, Inayá Bittencourt; MARINS, Regina Célia; TOCANTINS, Nancy. (1968) "Convenções partidárias e sublegendas". Boletim Cadeira Política. Araraquara: FCL/Car, nº 4, Dezembro. Pp34-43.

Fonte: O Imparcial, 22/08/1968.

É da facção ex-UDN que sairá o prefeito eleito das eleições municipais de 1968, na figura de Rubens Cruz, empresário da cidade no ramo de transportes; concorrendo no mesmo partido com Flávio Ferraz de Carvalho, candidato que tinha o apoio do então Senador Carvalho Pinto e da corrente janista em Araraquara; e Omar de Paula Albuquerque, que havia passado pelos estudos na Escola Superior de Guerra, e ligado à facção do então Deputado Estadual José Alfredo do Amaral Gurgel.

Em estudo sobre a ARENA, Lúcia Grinberg (1998) observa que o controle da política estadual tinha como fundamento amenizar os possíveis conflitos existentes nos municípios, procurando na medida do possível garantir apoio político para as várias lideranças existentes na ARENA, sem comprometer o objetivo maior, que era a vitória do partido. Desta forma:

“a criação e a disputa pela manutenção da legislação eleitoral relativa às sublegendas mostra de que maneira os políticos profissionais moldaram o sistema bipartidário, relativizando a perspectiva da ARENA como partido do governo, desprovido de conflitos e interesses que podiam produzir desdobramentos políticos para o regime militar”. (1998:195)

Se o número de sublegendas permitido era de até três, em Araraquara este número agrupou interesses variados que não puderam ser contidos isoladamente em suas sublegendas. Não se pode esquecer que outras forças políticas relevantes, como da PL, PDC, também disputavam espaço político.

Outra análise perseguida no trabalho citado relatou a composição profissional dos integrantes dos diretórios dos dois partidos políticos de Araraquara. Conforme o quadro

apresentado abaixo, observa-se uma preponderância de Funcionários Públicos e Profissionais Liberais nos dois partidos. No Diretório da ARENA, 6 membros, representando 30% eram Profissionais Liberais e outros 5, eram Funcionários Públicos.

TABELA 4.1 DISTRIBUIÇÃO PROFISSIONAL DOS MEMBROS DOS DIRETÓRIOS  
- ARARAQUARA

| Profissão           | ARENA | %  | MDB | %  | Total |
|---------------------|-------|----|-----|----|-------|
| Agropecuáristas     | 1     | 5  | 2   | 10 | 3     |
| Bancários           | -     | -  | -   | -  | -     |
| Comerciantes        | 1     | 5  | 3   | 15 | 4     |
| Comerciários        | -     | -  | 2   | 10 | 2     |
| Estudantes          | 2     | 10 | 1   | 5  | 3     |
| Ferroviários        | 2     | 10 | 2   | 10 | 4     |
| Func. Públicos      | 5     | 25 | 4   | 20 | 9     |
| Empresários         | 2     | 10 | 2   | 10 | 4     |
| Industriários       | -     | -  | 1   | 5  | 1     |
| Prof. Liberais      | 6     | 30 | 4   | 20 | 10    |
| Trab. Rurais        | -     | -  | -   | -  | -     |
| Trab. Constr. Civil | 1     | 5  | -   | -  | 1     |

Fonte: Secretaria do Diretório Municipal

Publicado: BOSCHI, Maria Isis & outros. "Diretórios Municipais: sua composição". In: Boletim Cadeira de Política. Araraquara: FCL/Car, n.º 4, Dezembro, 1968 p69

Ao observarmos a literatura da época, nota-se que durante a vigência do bipartidarismo, os dois partidos existentes eram vistos como artificiais. Para os políticos, que participavam do jogo político, principalmente no município, o interesse era circunstancial no período de candidaturas e eleições.

Para Maria D'Alva Gil Kinzo:

"A diversidade de origens partidárias que caracterizou a ARENA o MDB, não apenas era uma consequência natural do modo artificial pelo qual foi estabelecido o bipartidarismo, mas também refletia a falta de clareza no caráter ideológico e representativo dos antigos partidos políticos".(1988:32)

### 4.3 O MDB em Araraquara

A oportunidade de adesão ao partido do governo é vista como necessária e estratégica por parte de uma elite política civil local, independente de posturas conservadores e tradicionalistas existentes nos quadros partidários locais. No entanto, a formação e criação do MDB local, seguiram também a oportunidade de solidificar uma verdadeira oposição de uma elite política presente no governo municipal.

Como observa Maria D'Alva Gil Kinzo:

“...eram costumeiras as alianças eleitorais em nível local e regional, firmadas independentes das diretrizes nacionais dos partidos, dando origem, assim, às mais diversificadas alianças e coligações partidárias”. (1988:31)

Portanto, pretendo resgatar de forma breve nesta parte do trabalho a formação e criação do MDB no município, buscando contextualizar com as dificuldades estaduais e nacional pela quais incorreram enquanto um partido de oposição ao governo militar. Em particular, defender a idéia que este processo político partidário levou um grupo de lideranças políticas locais na oposição a se fortalecer e se solidificar.

O processo partidário-eleitoral ocorrido no município irá resultar no final do bipartidarismo em novas lideranças políticas, mostrando que o sistema partidário brasileiro não atingiu seus objetivos, assim como, proporcionaram o fortalecimento de grupos políticos contrários a seus interesses.

Nesse sentido, podemos sugerir que a formação partidária do MDB em Araraquara, diferentemente da ARENA, foi conduzida por um grupo político interno

mais unido que, não perdendo de vista a possibilidade concreta via eleitoral de constituir um grupo político vitorioso, tem por aspirações ideológicas últimas, fazer oposição ao regime militar. Seus integrantes basicamente são dissidentes do grupo arenista, com uma forte presença de democratas cristãos e socialistas locais.

Ao se observar à estrutura e o funcionamento do MDB local, este possuía um Diretório Municipal composto por 20 membros. Destes, podemos dizer que 6 integrantes tinham como última filiação o PTB e número igual não tinham filiação partidária anterior. Resta ainda observar que 3 integrantes eram do PSP, 2 do PSD e 2 do PSB e um do PDC, mostrando uma heterogeneidade partidária em sua composição.

A vida institucional do MDB em Araraquara começa quando oficializada a Comissão Executiva Municipal, deferida no diário Oficial no dia 11 de setembro de 1968. O registro do partido fora constituído por 49 membros relacionados no quadro 4.2 abaixo:

QUADRO 4.2 RELAÇÃO DOS 49 MEMBROS DE FORMAÇÃO DO DIRETÓRIO DO  
MDB DE ARARAQUARA

| Nomes                          | Partidos | Profissão    |
|--------------------------------|----------|--------------|
| Adalberto Camargo              |          | Dep. Federal |
| Amaro Cícero Silvestre         |          |              |
| Armando Biagioni               | PL       | Comerciante  |
| Caetano Nigro                  | PSD-PSP  | Industrial   |
| Darcy Morales                  | PSD-PSP  | Vereador     |
| Eddie Campos Vidal             | PL       | Pleiteiro    |
| Edson de Araujo Zocco          |          | Dentista     |
| Eloy Rodrigues                 |          |              |
| Ernesto da Silva               |          |              |
| Everaldo Isidoro da Silva      | UDN      | Comerciante  |
| Francisco Scalamandrê Sobrinho |          | Médico       |
| Israel Siqueira Leite          |          |              |
| Ivo Martinez Perez             | PL       | Farmacêutico |
| Jair Zanaide                   |          | Balconista   |
| Jerônimo Zingarelli            |          | Estafeta     |

|                               |         |                       |
|-------------------------------|---------|-----------------------|
| João Alberto Monteiro         |         |                       |
| João Batista de Barros        |         |                       |
| João Batista Victor Filho     |         |                       |
| João Jesus Januário           | PSB     | Tintureiro            |
| João Pereira                  | PTB     |                       |
| João Vergara Gonzales         | PTB     | vereador              |
| João Vernier de Oliveira      | PL      | Comerciante           |
| Jocelin de Souza Mello        |         | Engenheiro            |
| José Benedito de Souza        |         | Func. Municipal       |
| José Camargo                  |         | Func. Público         |
| José Pedro de Oliveira        |         |                       |
| José Wellinton Pinto          |         | Advogado              |
| Laura Batista de Barros       |         |                       |
| Lázaro Wando Minghin          | UDN     | Radialista            |
| Leonardo Barbieri             |         | Dep Estadual          |
| Leonardo Crocci Filho         | PL      | Vereador              |
| Luiz Bolsoni                  | PSD-PSP | Comerciante           |
| Mari Parisi                   | PTN     | Func. Sanatório       |
| Mario de Osti                 |         | Pleiteiro Pref.       |
| Max Camargo                   |         |                       |
| Natal Fioravente              |         |                       |
| Osório Leão da Rocha          |         |                       |
| Oswaldo Duarte                | PTB     | Func. BAPCE           |
| Oswaldo Prando                | PL      | Func. EFA             |
| Otair de Freitas Branco       |         | Comerciante           |
| Pedro Marão                   | PTN     | Dep. Federal          |
| Roberto dos Santos            |         |                       |
| Rubens Belardi Ferreira       | PDC     | vereador              |
| Ruy Brasil Alves              |         | Serv. de Justiça      |
| Sebastião Braz                |         |                       |
| Victorino Gonzales y Gonzales |         | Comerciante           |
| Waldemar de Santi             | PSD-PSP | vereador              |
| Waldemar Saffioti             |         | Professor             |
| Wilson Marasca                |         | Func. Secret. Fazenda |

Fonte: SILVA, Inayá Bittencourt; MARINS, Regina Célia; TOCANTINS, Nancy. (1968) "Convenções partidárias e sublegendas". Boletim Cadeira Política. Araraquara: FCL/Car,nº 4, Dezembro. Pp34-43.

Juntamente com o Diretório já oficializada também a Comissão Executiva Municipal, tendo como presidente Francisco Scalamandrê Sobrinho, que depois fora substituído por Caetano Nigro. Numa rápida observação dentre seus 16 componentes podemos relatar que 8 deles, ou 50%, eram vereadores eleitos em 1963 e que filiaram-se

no partido. Também compunham 2 Deputados Federais e um Estadual, restando apenas 5 membros sem representação política. Esta composição é simbólica da criação da organização deste partido, uma vez que é da representação parlamentar seu maior contingente de lideranças políticas. Como pode ser observado do quadro 4.3 abaixo:

#### QUADRO 4.3 COMISSÃO EXECUTIVA MUNICIPAL - MDB

|                  |                                |                   |
|------------------|--------------------------------|-------------------|
| Presidente       | Francisco Scalamandrê Sobrinho | Médico            |
| 1   Vice         | Caetano Nigro                  | Vereador          |
| 2   Vice         | João Vergara Gonzalez          | Vereador          |
| 3   Vice         | Rubens Bellardi Ferreira       | Vereador          |
| 4   Vice         | Darcy Morales                  | Vereador          |
| Secretário Geral | José Wellington Pinto          | Vereador          |
| 1   Secretário   | Armando Biagioni               | Contador          |
| 2   Secretário   | Waldemar de Santi              | Vereador          |
| 3   Secretário   | Osvaldo Prando                 | Ferrovário        |
| Tesoureiro       | Leonardo Crocci Filho          | Vereador          |
| 1   Tesoureiro   | Everaldo Isidoro da Silva      | Vereador          |
| 2   Tesoureiro   | João Vernier de Oliveira       | Comerciante       |
| 3   Tesoureiro   | João Jesus Januário            | Tintureiro        |
| Vogais           | Adalberto Camargo              | Deputado Federal  |
| Vogais           | Leonardo Barbieri              | Deputado Estadual |
| Vogais           | Pedro Mar o                    | Deputado Federal  |

Fonte: SILVA, Inay  Bittencourt; MARINS, Regina Célia; TOCANTINS, Nancy. (1968) "Conven es partidárias e sublegendas". Boletim Cadeira Política. Araraquara: FCL/Car,n  4, Dezembro. Pp34-43..

Ao longo dos treze anos de existência do partido, o partido local não sofrera expurgos em decorrência das medidas do regime militar, no entanto, a trajetória política de algumas lideranças, em decorrência de resultados eleitorais, fará com que o partido altere o quadro de membros políticos. No entanto, a preocupa o maior do partido era constituir um partido de oposi o tanto no plano nacional, como local, uma vez que a ARENA havia recrutado para si o atual prefeito e variadas lideranças locais.

Somente em 23 de setembro de 1968 o Diretório Municipal do MDB pode convocar seus membros para a primeira Convenção Municipal a ser realizada em 13 de outubro do mesmo ano, na Câmara Municipal. Dos 51 membros apenas 36 compareceram. Em votação secreta foram selecionados Darcy Morales, pelo MDB 1 com 13 votos; Benedito de Oliveira, pelo MDB2 com 13 votos e Vicente Micellii, pelo MDB 3 com 10 votos, totalizando os 36 convencionais presentes.<sup>48</sup>

Uma vez selecionados os candidatos ao executivo, cada sublegenda ira disputar pelo número de candidaturas ao legislativo. Conforme já visto no caso da ARENA, o MDB também seguirá a fórmula resultando em 28 candidaturas.

O resultado para lançamento dos candidatos a vereador foi; pelo MDB (1), onze candidatos. Este resultado decorre da votação obtida por Darcy Morales com 13 votos, dos 36 convencionais; pelo MDB (2) o candidato Benedito de Oliveira também com 13 votos, mas sai com onze candidatos e pelo MDB (3) Vicente Micelli com dez votos pode lançar oito candidatos a vereador.<sup>49</sup>

No que tange às expressões eleitorais do partido, este teve sua presença no governo a partir do ano de 1976. Ano este que marca uma conquista do partido em importantes cidades médias do Interior do Estado de São Paulo.

Em Araraquara, o MDB se firma como um partido forte na cidade. Dando prosseguimento político, alcança também a vitória eleitoral em 1982, ano este que consagrou importantes vitórias eleitorais do partido em todo o Estado, como também o Governo do Estado na figura de Franco Montoro.

---

<sup>48</sup> Os candidatos a vice-prefeitos foram respectivamente: Pedro Marão MDB1, Paulo Barbieri MDB2 e Caetano Nigro MDB3.

<sup>49</sup> 1º caso: O coeficiente da sublegenda era 2,4%, 36 convencionais dividido por 15 cadeiras na câmara municipal. 13 votos divididos por 2,4 é igual 5,4 vezes dois, pois é possível lançar o dobro de cadeiras por partido. No 2º caso houve empate. No 3º caso dos 10 votos dividido por 2,4 é igual a 4,17 vezes dois, igual a 8,34..

Segundo observa José Luis Bizelli (1990) o segundo mandato de Clodoaldo Medina –PMDB: 1982-88 foi marcado por um traço conservador:

“...em contradição ao discurso renovador da legenda que o elegeu. Dando apoio e articulador dentre os prefeitos do interior para a candidatura de Orestes Quércia, mostra um bom trânsito dentre o empresariado urbano, principalmente ligados à especulação imobiliária e à indústria da construção civil.” (BIZELLI, 1990:192)

Sem dúvida que uma novo realinhamento partidário muito foi comprometido pela extinção dos instrumentos partidário anterior. O sistema bipartidário, além de ser uma novidade política desta República, mostrou-se incapaz de apagar as lutas tradicionais e radicais divergências que permeavam o cenário político local.

## CAPÍTULO V A CÂMARA LEGISLATIVA

### 5.1 Introdução

Fazer a análise da câmara legislativa de Araraquara tem por finalidade identificar e analisar os quadros partidários locais que, de uma forma direta ou indireta, vieram compor a formação e organização dos partidos políticos no município, no período do bipartidarismo.

Não nos surpreende que os candidatos aos cargos políticos busquem no legislativo a primeira oportunidade para entrar na vida política. A disputa por espaços políticos institucionais no município encontra no legislativo uma oferta maior de vagas. Mesmo que a disputa seja mais competitiva, os candidatos são escolhidos na intenção de somar votos para a legenda e aumentar as chances do partido em terem direito a uma vaga.

Uma vez eleitos ou possuindo uma grande capacidade de mobilizar eleitores, os candidatos ao legislativo procuram manter parcerias com outros partidários que desejam participar do jogo para cargos da esfera estadual ou federal.

Como bem observa em seu estudo sobre ARENA, Lúcia Grinberg (1998) diz existir uma relação entre os políticos locais e o governo estadual, que por sua vez deram a base da formação política de seus diretórios municipais. Desta forma acrescenta a autora, os candidatos “podiam concorrer às eleições municipais, através de sublegendas ou com um único candidato do partido, independente de sua relação com o governo estadual”. (GRINBERG, 1998: 171-72)

Esta relação política, e muitas vezes econômica, entre as lideranças locais e o governo estadual estará permeando não somente o desempenho da administração

municipal, mas também, o futuro político de muitas expressões políticas do legislativo. Mesmo com a desvinculação das eleições municipais, com as eleições para Senador e Deputados Estadual e Federal, elaborada pelo regime militar, os apoios políticos continuavam existindo.

O estudo de Maria Teresa Miceli Kerbauy (1992), mostra que o país sofreu transformações, mudanças estas institucionais, que permitiu um redimensionamento do coronelismo e do clientelismo na esfera da política local. Partindo de 1964, período marcado pela implantação do regime autoritário. Esboça-se um perfil novo de político, capaz de:

“...montar uma máquina partidária representativa dos interesses locais, de pressionar as agências burocráticas e o governo federal em busca de recursos financeiros e cativar as clientelas usuárias dos serviços e equipamentos sociais, advindas, fundamentalmente, do processo acelerado de urbanização”.

(KERBAUY, 1992:9)

Esta mudança do perfil do novo político pode ser visível pela faixa etária, formação e atividade profissional, dentre outras variáveis que estão no curso das transformações existentes nas cidades médias brasileiras.

Outra abordagem importante é com relação à renovação das representações políticas no legislativo. Foco de análise da estrutura de poder no município, que se expressa através de lideranças locais; fazer parte da lista de candidaturas, ter ou não seu ingresso no legislativo, como também, a manutenção de seus cargos políticos, seja ele no legislativo ou executivo, visualiza um movimento político importante, mesmo porque,

apesar do enfoque dado neste capítulo ser de âmbito municipal, não está descartada a superação deste, através do pleito de cargos Estaduais e Federais.<sup>50</sup>

## 5.2 A composição sócio-econômica do legislativo e os resultados eleitorais da ARENA e MDB em Araraquara.

As Eleições municipais de 15 de novembro de 1968 marcaram como data a primeira renovação do poder legislativo em Araraquara pelo sistema bipartidário. Visto que a câmara municipal fora composta por representantes eleitos no sistema multipartidário, sendo estes eleitos na eleição de 06 de Outubro de 1963, o sistema vigorou até 1965, cabendo agora a escolha dos vereadores candidatos por somente dois partidos.

Houve alterações também quanto ao número de vereadores à ocuparem o cargo na câmara municipal. De acordo com a Constituição de 1967, o número de vereadores teria que variar entre 12 e 21 representantes. No caso do município de Araraquara fora reduzido de 19 cadeiras para 15 cadeiras. Em municípios de população inferior a 100.000 habitantes, a Constituição de 1967 proibia a remuneração dos vereadores. Desta forma, Araraquara além de ter seu número de representantes na câmara diminuído, estes não puderam ser remunerados.

Concorreram ao pleito para vereador, 56 candidatos. Sendo 28 pela ARENA e 28 pelo MDB. De acordo com uma pesquisa realizada na época, observou-se que 36,5% dos

---

<sup>50</sup> Com nos informa David Fleischer (1996) “Tanto no período 1945-1964 como de 1985-1995, o Brasil teve dois presidentes da República que começaram as suas carreiras políticas como Prefeitos municipais - dois por eleição direta (Jânio Quadros e Itamar Franco) e dois “biônicos” ( Juscelino Kubitschek e Fernando Collor). P116

candidatos compunham uma faixa etária entre 38 e 48 anos de idade. Desta faixa etária, seriam eleitos pela ARENA 5 candidatos, ou 33,3% dos eleitos, tendo igual número o partido que representava a oposição. Na verdade a observação maior é que 73% dos candidatos da ARENA e 88,6% do MDB estavam na idade entre 18 e 48 anos, mostrando uma porcentagem considerável de candidatos jovens. Conforme pode ser visto na tabela 5.1, a ARENA apresentou 11 candidatos, ou 42,3%, na faixa entre 38-48 anos.

TABELA 5.1 COMPOSIÇÃO ETÁRIA DOS CANDIDATOS A VEREADOR.

| IDADE | ARENA          |      | MDB            |      |
|-------|----------------|------|----------------|------|
|       | N.º Candidatos | %    | N.º Candidatos | %    |
| 18-28 | 1              | 3,8  | 1              | 3,8  |
| 28-38 | 5              | 19,2 | 8              | 30,8 |
| 38-48 | 11             | 42,3 | 8              | 30,8 |
| 48-58 | 4              | 15,3 | 6              | 23,1 |
| 58-68 | 5              | 19,2 | 2              | 7,6  |
| 68-78 | 0              | -    | 1              | 3,8  |
| TOTAL | 26             | 100  | 26             | 100  |

Fonte: AZEVEDO, Clovis Carvalho & outros. "A renovação do poder legislativo" In: Boletim Cadeira de Política. Araraquara: FCL/Car, n.º 4, Dezembro, 1968 pp54.

Esta realidade do perfil dos candidatos ao legislativo de Araraquara encontra na literatura uma interessante comparação. Em trabalho elaborado por David V Fleischer sobre o bipartidarismo no Brasil, o autor constata a composição da Câmara Federal ao longo do período de 1967 a 1979, fizeram parte 933 deputados eleitos. Deste total, 632 deputados foram eleitos pela primeira vez, e outros 270 eram veteranos, ou seja, tinham exercido mandatos e legislaturas anteriores. Como observa o autor:

“Este fato é importante para levar em conta durante nossa análise, pois quando comparamos a ARENA com o MDB, estes dois partidos contém uma

mistura de veteranos egressos do sistema pluripartidário e ‘novos’ recrutados após à implantação do bipartidarismo”. (FLEISCHER, 1981:184)

A pesquisa de Clovis Carvalho Azevedo (1968) também avaliou a distribuição profissional dos candidatos, revelando que 11 candidatos da ARENA, ou 42,3% eram servidores públicos<sup>51</sup> e 6 candidatos, ou 23%, eram profissionais liberais<sup>52</sup>. Já no MDB, a maior percentagem também fora dos servidores públicos, com 30,8%, restando ainda 23,1% de serviços e 19,3% de comerciantes. Sobre os vereadores eleitos, 7 eram os Servidores Públicos, ou 46,7% e 4 vereadores eram profissionais liberais, ou 26,7%.

TABELA 5.2 DISTRIBUIÇÃO PROFISSIONAL DOS CANDIDATOS

| Profissão      | ARENA          |      | MDB            |      |
|----------------|----------------|------|----------------|------|
|                | N.º Candidatos | %    | N.º Candidatos | %    |
| Comerciante    | -              | -    | 5              | 19,3 |
| Comerciário    | -              | -    | 1              | 3,8  |
| Industrial     | 1              | 3,8  | 1              | 3,8  |
| Agricultor     | 3              | 11,5 | 1              | 3,8  |
| Prof. Liberais | 6              | 23   | 2              | 7,6  |
| Serv. Públicos | 11             | 42,3 | 8              | 30,8 |
| Aposentados    | 2              | 7,6  | 1              | 3,8  |
| Serviços       | 3              | 11,5 | 6              | 23,1 |
| Estudante      | -              | -    | 1              | 3,8  |
| TOTAL          | 26             | 100  | 26             | 100  |

Fonte: AZEVEDO, Clovis Carvalho & outros. “A renovação do poder legislativo”  
In: Boletim Cadeira de Política. Araraquara: FCL/Car, n.º 4, Dezembro, 1968  
pp55.

<sup>51</sup> A categoria servidor público está compreendendo os funcionários públicos e autárquicos, sendo esta último predominante, conforme observou o artigo de Clovis Carvalho AZEVEDO (1968).

<sup>52</sup> A pesquisa também avaliou a origem social dos Candidatos (profissão dos pais) revelando que a maioria para a ARENA exercia atividade no Comércio - Comerciante ou Comerciário-, com 30,7% e 30,7% no MDB, eram Servidores Públicos. A atividade agrícola era de 23,1%, igual para ambos os partidos.

Dos 56 candidatos a vereador que disputavam 15 cadeiras<sup>53</sup>, a ARENA obteve 8 cadeiras, com 14.631 votos, ou 47,9% dos votos válidos. Já o MDB ficou com 7 cadeiras, ou 39,7% dos votos válidos. Desta nova composição, a ARENA passou a representar 53,3% do Legislativo, e o MDB com 46,6%.<sup>54</sup>

Dentre os 15 vereadores eleitos em 1968, a presença de servidores públicos (quatro vereadores) e profissionais liberais (sete vereadores) representa 74,3% do total, restando ainda um representante ligado ao comércio, indústria, serviços e um estudante.<sup>55</sup>

Em relação ao legislativo anterior, houve uma renovação de 60% dos candidatos eleitos para vereador, sendo que 40% deles, nunca tinham exercido cargos políticos. Distribuídos em 3 cadeiras para ARENA e 3 para o MDB, dentre os reeleitos, podemos observar que a filiação partidária anterior ao bipartidarismo não é significativa, no que tange as suas posições ideológicas partidárias. Dos candidatos da ARENA, dois deles vieram do PL e um do PTB, partidos estes que não eram representativos como formação majoritária da ARENA nacional e local. Pelo lado do MDB, os três candidatos tiveram como filiação partidária anterior o PDC, PL e a coligação PSD-PSP.<sup>56</sup>

Nas eleições de 1972, com um número menor de candidaturas a vereador em Araraquara, os 45 candidatos disputaram 15 cadeiras.<sup>57</sup> A ARENA aumentou sua bancada legislativa para 10 cadeiras, com 20.969 votos, ou 55,9% dos votos válidos. Já o MDB

---

<sup>53</sup> O quociente eleitoral foi de 1.956 votos, pois tiveram 2.564 votos em Branco, totalizando 29.337 votos para 15 cadeiras.

<sup>54</sup> Em Anexo, a relação dos vereadores eleitos em 1968 e suas respectivas: colocação, números de votos e partido.

<sup>55</sup> Conforme publicado no trabalho de Fanny TABAK. "Alguns problemas de pesquisa no campo da ciência política". Rio de Janeiro: Revista de Ciência Política, vol 3, nº 4, out/dez, 1969 p 162

<sup>56</sup> Ver no capítulo 3 os vereadores eleitos em 1963.

<sup>57</sup> O quociente eleitoral foi de 2.398 votos, pois tiveram 2.981 votos em Branco, totalizando 35.976 votos para 15 cadeiras.

ficou com as 5 restantes, atingindo 32,1% dos votos válidos. Desta nova composição, a ARENA passou a representar 66,6 do Legislativo, e o MDB com 33,3%.<sup>58</sup>

Talvez este resultado reflita em âmbito local as conseqüências do endurecimento do regime militar. Cabe lembrar que neste ano, o MDB local não lançou candidato para prefeito e os próprios analistas políticos do regime militar preocupavam-se com a possibilidade de extinção do partido oposicionista.

Nas eleições de 1976, com um número maior de candidaturas a vereador em Araraquara, os 65 candidatos disputaram 15 cadeiras.<sup>59</sup> A ARENA apesar de vitoriosa no número de votos válidos reduziu sua bancada Legislativa para 8 cadeiras, com 23.007, ou 49,6% dos votos válidos. Já o MDB ficou com 7 cadeiras, atingindo 40,0% dos votos válidos. Desta nova composição, a ARENA retorna aos padrões de 1968, com 53,3% do Legislativo, e o MDB com 46,6%.<sup>60</sup>

Os resultados das três eleições legislativas municipais que ocorreram durante a vigência do bipartidarismo, a ARENA fora vitoriosa quanto à maioria de representantes no legislativo, como pode ser visto na tabela 5.3 em que estão relacionados em percentuais. Mesmo sofrendo uma derrota para o executivo em 1976, a ARENA obtém 49,6% dos votos válidos para vereador, o que lhe garante a maioria para o legislativo. No entanto, não podemos deixar de destacar que se inicia uma tendência de crescimento do partido MDB, concretizado na votação em 1982, quando o partido sob a legenda PMDB

---

<sup>58</sup> Em Anexo, a relação dos vereadores eleitos em 1972 e suas respectivas: colocação, números de votos e partido.

<sup>59</sup> O quociente eleitoral foi de 3.005 votos, pois tiveram 3.480 votos em Branco, totalizando 45.071 votos para 15 cadeiras.

<sup>60</sup> Em Anexo, a relação dos vereadores eleitos em 1976 e suas respectivas: colocação, números de votos e partido.

obtéu 50,62% dos votos válidos, o que lhe garantiu 10 cadeiras, das 17 que estavam sendo preiteadas.<sup>61</sup>

TABELA 5.3 DESEMPENHO PERCENTUAL (%) DA ARENA E MDB NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM ARARAQUARA, 1968-1982.

| Anos   |                | prefeito | vereador |
|--------|----------------|----------|----------|
| 1968   | ARENA          | 56,4     | 47,9     |
|        | MDB            | 36,3     | 39,8     |
|        | Branco e Nulos | 7,3      | 12,3     |
|        | Total          | 100,0    | 100,0    |
| 1972   | ARENA          | 50,8     | 56,0     |
|        | MDB            | 42,5*    | 32,1     |
|        | Branco e Nulos | 6,7      | 11,9     |
|        | Total          | 100,0    | 100,0    |
| 1976   | ARENA          | 40,4     | 49,6     |
|        | MDB            | 52,5     | 40,1     |
|        | Branco e Nulos | 7,1      | 10,3     |
|        | Total          | 100,0    | 100,0    |
| 1982** | PDS            | 20,89    | 24,25    |
|        | PMDB           | 51,70    | 50,62    |
|        | PT-PDT-PTB     | 14,33    | 14,21    |
|        | Branco e Nulos | 13,08    | 10,92    |
|        | Total          | 100,0    | 100,0    |

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara/\*\* Seade-TRE

\* ARENA II. Em 1972 o MDB não apresentou candidato ao executivo.

A composição partidária da câmara municipal, assim como a sua presidência, ao longo do período bipartidário foi majoritariamente liderada pela ARENA. De 1965 até

<sup>61</sup> Em anexo, a relação dos vereadores eleitos em 1982 e suas respectivas: colocação, números de votos e partido.

1979, decorreram 14 anos nos quais a ARENA teve seu representante como presidente do legislativo por 11 anos.<sup>62</sup>

A ARENA nunca iria ter problemas para eleger o presidente da C.M.<sup>63</sup>, visto que sua maioria fora assegurada durante toda sua existência, mesmo a partir de 1976; quando o executivo tem por vitorioso o candidato do MDB.

TABELA 5.4 COMPOSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, 1968-1976.

| Ano                      | 1968  |      | 1972  |      | 1976  |      |
|--------------------------|-------|------|-------|------|-------|------|
| Partidos                 | ARENA | MDB  | ARENA | MDB  | ARENA | MDB  |
| Número de Representantes | 8     | 7    | 10    | 5    | 8     | 7    |
| Percentual da Votação    | 55.3  | 44.7 | 63.7  | 36.4 | 56.8  | 43.2 |

Fonte: T R E

Publicado In: KERBAUY, Maria Teresa Miceli. (1992) *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ São Paulo.

Desta forma podemos observar que a câmara de vereadores de Araraquara, ao longo do período bipartidário apresentou um aspecto de manutenção dos quadros políticos existentes.

Em vista dos dados sócio-econômicos apresentados para a candidatura de 1968, podemos entender que um novo quadro de nomes da política local irá ingressar no

<sup>62</sup> A única exceção foi na figura do vereador pelo MDB Rubens Bellardi Ferreira (ex-PDC), nos anos de 1972, 1975 e 1976. Rubens Bellardi Ferreira, de formação em advocacia e secretário do MDB, desde sua formação, fora vereador por quatro legislaturas consecutivas, elegendo-se em 1963, 1968, 1972 e 1976. Quando concorre a vereador em 1976, já havia sido: secretário de Mesa da Câmara Municipal (CM), presidente Comissão de justiça, legislação e Redação da CM, presidente Comissão Finanças e Orçamento da CM e já ocupado o cargo de vice-presidente da CM.

<sup>63</sup> Em anexo a lista dos presidentes da câmara municipal de Araraquara desde 1948 até 2000.

legislativo e fazer parte dos quadros partidários. A manutenção do poder da presidência da câmara municipal pela ARENA demonstra que, quanto ao legislativo, o partido do governo local consegue manter seu prestígio político.

A seguir iremos identificar esta permanência e pouca renovação das cadeiras do legislativo em Araraquara, o que representa politicamente um traço conservador da política partidária no legislativo local.

### 5.3 A manutenção das cadeiras legislativas

Outra importante observação a ser feita é quanto aos índices de renovação do legislativo local, medidos por porcentagens e em números absolutos. Constata-se que no decorrer das três eleições, ocorre um gradual aumento no número de vereadores reeleitos, sempre em relação ao mandato imediato anterior exercido, saltando de 40% em 1968 para 53% em 1976.

É interessante atentar para o fato que a ARENA teve seu número de vereadores reeleitos sobressaído (cinco em 1976), quando perde as eleições executivas na cidade; o mesmo ocorre com o MDB, que teve seu número de vereadores reeleitos mais expressivo (quatro em 1972), quando nem sequer disputou cargo para o executivo local.

TABELA 5.5 VEREADORES NOVOS E REELEITOS-1968-72-76: em número absoluto e porcentagens

| Ano                | ARENA | MDB | N. ° Absolutos | Porcentagem |
|--------------------|-------|-----|----------------|-------------|
| Eleitos novos/1968 | 5     | 4   | 9              | 60%         |
| Reeleitos/1968     | 3     | 3   | 6              | 40%         |

|                    |   |   |   |     |
|--------------------|---|---|---|-----|
| Eleitos novos/1972 | 7 | 1 | 8 | 53% |
| Reeleitos/1972     | 3 | 4 | 7 | 47% |
| Eleitos novos/1976 | 3 | 4 | 7 | 47% |
| Reeleitos/1976     | 5 | 3 | 8 | 53% |

Fonte: Câmara Municipal

Neste sentido, a câmara legislativa municipal vai ficando mais “conservadora” na medida em que seus integrantes permanecem, na sua maioria, com os mandatos. Se for realizada uma análise do índice de renovação dos vereadores, considerando estes reeleitos independentes de sua legenda, considerando-se um mandato anterior e um posterior ao período tratado, sem a exigência de uma continuidade do exercício do mandato, observa-se que; de 1963 e 1982 foram oferecidas 81 vagas para vereadores. Destes, 48 (58%) nomes ocuparam todas as vagas, tendo apenas uma mulher eleita em 1982. Ao detalhar melhor estes 48 nomes, constata-se que 26 (54,2%) dentre estes exerceram um mandato apenas. Já os que exerceram dois mandatos foram 15 (31,3%) vereadores, três mandatos foram ocupados por 4 (8,3%) vereadores e teve 3 (6,2%) vereadores que exerceram quatro mandatos.

Se esta análise for reduzida apenas ao longo dos mandatos entre 1968 e 1976, observa-se que; foram oferecidas 45 vagas para vereadores, sendo ocupadas por 30 nomes (67%). Destes, 16 (53,3%) vereadores exerceram apenas um mandato, enquanto que 11 (36,7) vereadores exerceram dois mandatos e três mandatos foram contemplados por 3 (10%) vereadores. Ou seja, houve uma concentração maior dos candidatos eleitos neste período (67%) em relação ao período que abrange aos mandatos polares deste período (58%).

As eleições municipais de 1982 mostram que o MDB não fora prejudicado pelas mudanças, como também fora capaz de acomodar quadros políticos da elite local, que encontravam sua expressão em novos arranjos políticos (quer municipais, quer estaduais e federais), reintroduzindo o município na rota do situacionismo. (KERBAUY, 1992:128).

Dentre os 17 vereadores eleitos em 1982, 6 foram reeleitos, sendo 4 da ex-ARENA e 2 do ex-MDB. O PMDB fora o vitorioso, elegendo não somente o prefeito, mas conquistando uma bancada de 10 representantes, o que sinaliza a observação de ter o MDB conquistado uma estrutura melhor no município do que a ARENA, desgastada em acomodar as facções políticas dentro do partido, O PDS fizera apenas 5 vereadores.

Desta forma, o legislativo municipal pode ser visto como um importante recrutamento de lideranças políticas locais, assim como, demonstra que suas candidaturas são importantes para a manutenção da força eleitoral dos partidos. Não tendo a pretensão de estender a análise sobre o legislativo mais exhaustivamente, mesmo assim, foi possível constatar que o crescimento partidário e eleitoral do MDB local teve sua base política costurada com o legislativo local. A seguir iremos descrever as eleições executivas, majoritárias e proporcionais ocorridas no município, e observar como se situaram eleitoralmente os candidatos dos partidos em estudo.

## CAPÍTULO VI AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Os resultados eleitorais obtidos no município de Araraquara formam uma importante oportunidade de constatar os desdobramentos político-partidários da ARENA e MDB local. Em dois e dois anos, o município passou a vivenciar uma rotina eleitoral implantada no período do regime militar. Alternada com preocupações, ora locais, ora estaduais e federais; podemos pensar que esta rotina criou um importante aprendizado para o eleitorado.

Desta forma, este capítulo irá discorrer sobre as eleições municipais, descrevendo dados e candidaturas para os cargos do executivo municipal, as eleições para o senado e deputados estaduais e federais paulista.

### 6.1 As Eleições em Araraquara.

O município de Araraquara teria sua primeira eleição municipal disputada entre os dois partidos - ARENA e MDB - no dia 15 de novembro de 1968. O município possuía próximo de 100.000 habitantes, com 34.710 eleitores, o que representaria perto de 35% da população.

Para concorrer aos cargos executivos, os dois partidos lançaram o máximo de pretendentes permitidos pela lei das sublegendas, totalizando seis candidatos.

Em Araraquara a ARENA foi vitoriosa, com 17.221 votos para prefeito e 14.631 para vereadores, o que representa em porcentagem 56,4% e 48% respectivamente, de votos dos eleitores que compareceram às urnas. O MDB foi contemplado com 11.061 e 12.142 votos, respectivamente para prefeito e vereador, o que em porcentagem significa

36,3% e 39,8% dos votos. Pela tabela 6.1 abaixo, verifica-se como se distribuiu a votação entre as seis sublegendas.

TABELA 6.1 Eleição Municipal de 15 de novembro de 1968 - 13<sup>a</sup> zona eleitoral

| Partidos | Candidatos para prefeito  | votos  |
|----------|---------------------------|--------|
| ARENA 1  | Rubens Cruz               | 10.779 |
| ARENA 2  | Flávio Ferraz de Carvalho | 5.182  |
| ARENA 3  | Omar de Paula Albuquerque | 1.260  |
| MDB 1    | Darcy Moralles            | 3.164  |
| MDB 2    | Benedito de Oliveira      | 7.323  |
| MDB 3    | Vicente Micelli           | 574    |
|          | Em Branco                 | 686    |
|          | Nulos                     | 1.555  |
|          | Comparecimento            | 30.523 |
|          | Não compareceram          | 4.187  |
|          | Eleitores Inscritos       | 34.710 |

Fonte: Câmara municipal de Araraquara.

Momento inicial de contemplar os diversos grupos partidários sob o bipartidarismo, a vitória do empresário Rubens Cruz (ARENA1) alimenta um continuísmo na escolha por parte dos eleitores da imagem simbólica do bom administrador ser um bom prefeito.

Nas Eleições do dia 15 de novembro de 1972 a ARENA sai novamente vitoriosa, uma vez que houve a inexistência dos candidatos da oposição. Pela tabela 6.2 abaixo se pode notar a existência de somente duas sublegendas. Pode-se dizer que esta disputa foi plebiscitária, visto que a legenda ARENA 2 é que maior representava os grupos políticos desta agremiação.

TABELA 6.2 Eleição Municipal de 15 de novembro de 1972 - 13<sup>a</sup> zona eleitoral

| Partidos | Candidatos para prefeitos e vice | votos |
|----------|----------------------------------|-------|
|----------|----------------------------------|-------|

|         |                     |        |
|---------|---------------------|--------|
| ARENA 1 | Clodoaldo Medina    | 19.042 |
| ARENA 2 | Romulo Lupo         | 15.939 |
|         | Em Branco           | 914    |
|         | Nulos               | 1.556  |
|         | Comparecimento      | 37.451 |
|         | Não compareceram    | 4.008  |
|         | Eleitores Inscritos | 41.459 |

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara.

O ARENA1, representado pelo candidato vitorioso Clodoaldo Medina, obteve 19.042 votos para prefeito e 20.969 votos para vereador, dos que compareceram para votar, dando um resultado percentual de 50,8% e 56% respectivamente. Não tendo uma vida política anterior, o prefeito eleito era dono de uma casa comercial na cidade. O candidato derrotado Rômulo Lupo, que já fora prefeito em 1955 e 1963, obteve 42,5% dos votos, perdendo por uma diferença de 3.103 votos.

Nesta eleição podemos constatar que os grupos políticos haviam se desestimulados em acirrar a competitividade local, e apresentaram candidaturas de igual perfil. No entanto, o apoio do MDB pela candidatura da legenda ARENA 1 vitoriosa, demonstra a crescente força deste partido, que teria seus desdobramentos nas eleições municipais seguintes.<sup>64</sup>

Em relação à eleição de 1968, observa-se que os eleitores não manifestaram nas urnas o repúdio de haver eleições municipais sem que houvesse qualquer candidato de outro partido. Pelos dados levantados nota-se que o número de eleitores que não compareceram fora de 12,06% em 1968, e apenas 9,6% em 1972; quanto aos dados de votos em Branco e Nulos, em que a oportunidade é maior para o protesto, foram 7,34% em 1968, para 6,6% em 1972.

<sup>64</sup> Segundo reportagem da época, o deputado federal Aldo Lupo, irmão do então candidato Rômulo Lupo declara seu apoio a candidatura de Clodoaldo Medina, em que justifica que “laços de sangue não podem traír compromissos morais”. Jornal “O Imparcial” – 12/11/1972, p3.

As Eleições de 15 de novembro de 1976 foram marcadas em Araraquara pela vitória do MDB. Candidato único pelo partido de oposição e concorrendo com outros três da sublegenda da ARENA, Waldemar de Santi fora eleito com 24.351 votos, ou 52,5% dos votos de eleitores que compareceram nas urnas. O candidato que chegou mais próximo, da ARENA 2, atingiu apenas 18,63% dos votos.

Waldemar de Santi advinha do cargo de vereador da cidade, cargo este que ocupou por 24 anos consecutivos. Em 1976, com apenas 45 anos, ocupava a presidência do Partido em Araraquara, sendo uns dos fundadores do MDB local.

Em 1955 iniciou sua carreira política, sendo eleito vereador pelo PDC com 343 votos e em 1959 fora reeleito como segundo vereador mais votado com 884 votos, ainda pela PDC. Em 1963, fora eleito o vereador mais votado, pela coligação PSD-PSP, com 881 votos. Em 1968, já pelo MDB, foi o segundo mais votado com 1.305 votos e em 1972 foi novamente o vereador mais votado pelo MDB, com 2.184 votos. Tendo sido assessor do Prefeito Benedito de Oliveira, nos anos 1960-63, nas eleições municipais de 1968 já havia sido cotado para ser candidato a prefeito pelo MDB, contando com apoio do então Deputado Estadual Leonardo Barbieri e Deputado Federal Pedro Marão.<sup>65</sup>

A derrota da ARENA por 5.626 votos de diferença para prefeito, só fora amenizada, pela vitória no número de votos conquistados pelo partido para vereador. Somando 23.007, contra 22.619 votos dados ao partido da oposição, o que lhe garantiu um vereador de vantagem na câmara legislativa. Pela tabela 6.3 abaixo pode-se acompanhar melhor como de distribuiu os votos para as três sublegendas da ARENA.

---

<sup>65</sup> “De Santi seria candidato a prefeito”, O Imparcial, 07/07/1968 p2.

TABELA 6.3 Eleição Municipal de 15 de novembro de 1976 - 13ª zona eleitoral

| Partidos | Candidatos para prefeitos e vice | votos  |
|----------|----------------------------------|--------|
| ARENA 1  | Arnaldo Izique Caramurú          | 2.093  |
| ARENA 2  | Rubens Cruz                      | 8.640  |
| ARENA 3  | José Alberto Gonçalves           | 7.992  |
| MDB      | Waldemar de Santi                | 24.351 |
|          | Em Branco                        | 1.043  |
|          | Nulos                            | 2.251  |
|          | Comparecimento                   | 46.370 |
|          | Não compareceram                 | 3.648  |
|          | Eleitores Inscritos              | 50.018 |

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara.

A estratégia de unificação da candidatura elaborada pelo MDB surtiu resultado positivo, enquanto o partido governista, acreditando no sucesso eleitoral, medido pelos apoios de expressão regional e nacional, busca nas sublegendas a garantia de eleger um sucessor.

O mandato do prefeito eleito em 1976 se estendeu até 1982. De acordo com o calendário eleitoral estipulado a partir de 1969, os mandatos municipais seriam de quatro anos e deveriam ocorrer eleições em 1972, 1976, 1980, 1984, 1988 etc. No entanto, devido os resultados das eleições de 1978, o governo militar adia as eleições municipais para 1982, com a justificativa que, os partidos, em função da criação dos novos partidos da reforma partidária ocorrida em novembro de 1979, não estavam em condições de participarem nas eleições estipuladas para 1980.

#### 6.1.2 As eleições no multipartidarismo

As eleições executivas municipais de 1982 seguiram o número de candidaturas nacionais, em que os cinco partidos locais oficiais existentes lançaram candidatos. A

vitória do PMDB irá representar, não apenas uma tendência nacional de sucesso eleitoral do partido oposicionista, mas principalmente, o fortalecimento de novas lideranças políticas locais, vinculadas agora as mudanças de governo do Estado.

No dia 15 de novembro, o candidato do PMDB - Clodoaldo Medina foi eleito com 32.678 votos, ou 51,7% dos votantes. A vitória do PMDB não se restringiu apenas ao executivo, como ocorrera em 1976. Para a câmara de vereadores, com um total de 17 vagas o PMDB elege 10 vereadores, com 31.992 votos, ou 50,6% dos votantes. Pela tabela 6.4 abaixo o panorama das votações por partido relata a expressiva vitória do PMDB, em relação às outras candidaturas.

TABELA 6.4 Eleição Municipal de 15 de novembro de 1982 - 13<sup>a</sup> zona eleitoral

| Partidos | Candidatos à prefeito    | votos  |
|----------|--------------------------|--------|
| PMDB     | Clodoaldo Medina         | 32.678 |
| PDS      | Rubens Cruz              | 13.200 |
| PTB      | Arnaldo Izique Caramurú  | 2.073  |
| PTB      | João Vernier de Oliveira | 2.868  |
| PT       | João Bosco de Faria      | 3.846  |
| PDT      | Marcelo Eduardo Lopes    | 267    |
|          | Em Branco                | 6.228  |
|          | Nulos                    | 2.042  |
|          | Comparecimento           | 63.202 |
|          | Não compareceram         | 4.887  |
|          | Eleitores Inscritos      | 68.089 |

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara

Em vista das expressões políticas apresentadas, podemos dizer que novamente o caráter plebiscitário das eleições ocorrera. A candidatura de Rubens Cruz (PDS) sendo ex-prefeito (ARENA) eleito em 1968 representava um grupo mais originário desta agremiação. Mas a história eleitoral fora novamente favorável a candidatura de

Clodoaldo Medina (PMDB), que em 1972 havia ganhado a prefeitura pela legenda da ARENA.

Este novo quadro político municipal tem em seu processo político, mudanças significativas de legendas, por parte de algumas lideranças locais, que marcam a história-política daquele ano.

Em 1982, Araraquara foi escolhida para ser sede da 12ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, no dia 12 de maio de 1982. Faltando apenas dois dias para a saída do então Governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, o decreto n.º 418.881 foi assinado. Com uma estampada manchete no Jornal “O Imparcial” - “Saiu a Região Administrativa!”, no dia 14/05/1982.

Araraquara passara a abranger uma região composta de 28 cidades<sup>66</sup>, aproximadamente com 604.462 habitantes e perto de 14.022 Km<sup>2</sup>. Dentre as principais cidades, podemos citar: Araraquara (sede), Boa Esperança do Sul, Borborema, Ibitinga, Itápolis, Matão, Novo Horizonte, Taquaritinga. Este posto havia sido extinto em 1967, no Governo de Abreu Sodré. Regionais do Estado que tinham sede em Araraquara foram transferidas para Ribeirão Preto, cidade esta que fica a 96 Km de Araraquara.

Este fato político é importante para analisarmos as mudanças de legendas que ocorreram no município no início dos anos 80. O prefeito Waldemar de Santi, eleito em 1976 pelo MDB, era uma importante personalidade política deste partido. Iniciado sua vida política no PDC, passando pelo PSD, foi no MDB que solidificou sua candidatura para a prefeitura em 1976. No entanto, as aproximações com o então governador do

---

<sup>66</sup> Atualmente são 18 cidades assim mencionadas em ordem alfabética: Araraquara (sede), Américo Brasiliense, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga.

Estado de São Paulo - Paulo Maluf, fizeram com que se aproximasse do PDS, com o objetivo de trazer para Araraquara a 12ª Região Administrativa.

Com a manchete no Jornal - “Wilton e De Santi no PDS somente com a Região Administrativa” - em abril de 1982, demonstra os acordos políticos naqueles inícios de meses de 1982. Através de contatos políticos, realizados pelo Deputado Silvio Martini (PDS) e o Deputado Armando Pinheiro (PDS), o compromisso do atual prefeito de Araraquara de se filiar ao PDS ganha força. Por outro lado, o PMDB que estava perdendo sua grande liderança, lança como candidato Clodoaldo Medina, que havia sido prefeito eleito pela ARENA (1972-76).

Conforme a tabela 6.5 apresentada abaixo, pode-se observar a alternância destes dois grupos políticos originários do sistema bipartidário (MDB E ARENA), ao longo da década de oitenta e noventa.

TABELA 6.5 PREFEITOS ELEITOS EM ARARAQUARA - ANO 1972 - 1996

| Ano  | Prefeito Eleito   | Partido | % - Votantes |
|------|-------------------|---------|--------------|
| 1972 | Clodoaldo Medina  | ARENA   | 50,84        |
| 1976 | Waldemar de Santi | MDB     | 52,51        |
| 1982 | Clodoaldo Medina  | PMDB    | 51,70        |
| 1988 | Waldemar de Santi | PDS     | 40,29        |
| 1992 | Roberto Massafera | PMDB    | 48,50        |
| 1996 | Waldemar de Santi | PPB     | 39,37        |

Fonte: TRE/Fundação SEADE

Estas estratégias políticas, muitas vezes traçadas dentre os grupos partidários locais resultam em novas formações que estão a contragosto das estâncias partidárias regionais e nacionais. Ter candidatos bons de votos faz parte das escolhas dos partidos quando lançam seus competidores. Desta forma, o ideal é unir numa candidatura sua

autenticidade partidária e que tenha boa aceitação dos eleitores como também, administre com sucesso.

As eleições para cargos de senadores e deputados estaduais e federais paulista também contribuem para avaliarmos os desdobramentos políticos-eleitorais do dois partidos locais e observamos como ocorreu a perda da representação do município nestas esferas.

## 6.2 As eleições nacionais no município.

Em 1966, quando ocorreram as primeiras eleições nacionais sob o bipartidarismo, o município de Araraquara contava com uma população de aproximadamente 99.300 habitantes. Seu eleitorado era perto de 30.905 eleitores. A 13ª. Zona Eleitoral do Estado de São Paulo tem seu eleitorado composto ainda pelos distritos de: Gavião Peixoto, Motuca e Bueno de Andrada.

A seguir iremos apresentar as principais candidaturas e votações ocorridas coma a ARENA e MDB para os cargos legislativos. Araraquara terá sua representatividade política abalada no decorrer do bipartidarismo, fazendo com que sua experiência sob este sistema tenha sido prejudicial para ambos os partidos locais.

### 6.2.1 As eleições para o Senado.

Observando-se os resultados eleitorais para o Senado obtidos pelos partidos políticos ARENA e MDB em Araraquara, podemos constatar que o partido oposicionista fora vitorioso em quatro das cinco eleições existentes entre 1966 e 1982.

Em 1966, a vitória folgada de Carvalho Pinto, candidato da ARENA, demonstra a força política desde candidato dentre as forças políticas do município. Sua votação em Araraquara de 51,6% foi maior que a votação total do Estado, que fora de 47,74%.

Cabe observar na tabela 6.7 abaixo que os votos brancos e nulos no município foram altos, somados chega a 23,5% próximos dos percentuais obtidos em todo o Estado que foi de 25,18%. Estes dados são ainda maiores na eleição de 1970, quando em Araraquara chegam na somatória em 29,53%, as mais altas em todo o período.<sup>67</sup>

Nas eleições que se seguiram os eleitores do município mostraram nas urnas a força política que crescia em favor do MDB. Nas eleições de 1970, os dois candidatos da oposição vencem no município, apesar de estar em jogo duas cadeiras para o Senado que foram representadas por um candidato de cada partido. Pelo MDB foi eleito Franco Montoro e Orlando Zancaner pela ARENA.

TABELA 6.6 RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA O SENADO - ESTADO DE SÃO PAULO E ARARAQUARA – 1966 à 1982.

ANO 1966

| Partidos | Candidatos       | %     | Estado    | %     | Araraquara* |
|----------|------------------|-------|-----------|-------|-------------|
| ARENA    | Carvalho Pinto   | 47,74 | 1.947.899 | 51,6  | 15.937      |
| ARENA    | Pe. Calazans     | 6,05  | 246.928   | 5,7   | 1.745       |
| MDB      | Araripe Serpa    | 18,39 | 750.477   | 16,5  | 5.093       |
| MDB      | Dagoberto Salles | 2,64  | 107.774   | 2,7   | 827         |
|          | Nulos            | 14,26 | 581.705   | 14,5  | 4.474       |
|          | Em Branco        | 10,92 | 445.033   | 9,0   | 2.795       |
|          | Total            | 100,0 | 4.079.816 | 100,0 | 30.871      |
|          | Abstenção        | -     | -         | 12,7  | 4.501       |
|          | Total            | -     | -         | -     | 35.372      |

Publicado: BRANCO, Zillah. “Significado de Araraquara no esquema político do Estado de São Paulo” Revista de Estudos Políticos, UFMG, p389-90.

\* Compreende: Araraquara, Américo Brasiliense, Rincão e Santa Lúcia.

ANO 1970

<sup>67</sup> As médias nacionais dos percentuais para o Senado, somados Brancos e nulos foram respectivamente: 1966 (20.9%), 1970 (25%), 1974 (15.1%) e 1978 (18,1). Cf. Maria Helena Moreira Alves (1984), *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, p198-199.

| Partidos | Candidatos           | %      | Estado     | %      | Araraquara |
|----------|----------------------|--------|------------|--------|------------|
| MDB      | Franco Montoro       | 18,09  | 1.953.868  | 20,74  | 16.245     |
|          | Lino de Mattos       | 16,99  | 1.835.821  | 19,99  | 15.658     |
| ARENA    | Orlando Zancaner     | 18,00  | 1.944.646  | 15,51  | 12.142     |
|          | Hilário Torloni      | 16,94  | 1.829.998  | 14,23  | 11.154     |
|          | Votos em Branco      | 19,45  | 2.101.327  | 18,60  | 14.564     |
|          | Votos Nulos          | 10,53  | 1.136.136  | 10,93  | 8.555      |
|          | Total comparecimento | 100,00 | 10.801.796 | 100,00 | 78.318     |

OBS: Fonte TRE, publicado no jornal "O Imparcial", dia 01/12/1970.

ANO 1974

| Partidos | Candidatos           | %     | Estado    | %     | Araraquara |
|----------|----------------------|-------|-----------|-------|------------|
| MDB      | Orestes Quércia      | 65,05 | 4.630.182 | 65,55 | 26.747     |
| ARENA    | Carvalho Pinto       | 23,83 | 1.696.340 | 25,08 | 10.235     |
|          | Votos em Branco      | 6,62  | 470.907   | 4,93  | 2.010      |
|          | Votos Nulos          | 4,50  | 320.439   | 4,44  | 1.810      |
|          | Total comparecimento | 100   | 7.117.868 | 100   | 40.802     |

OBS: Fonte TRE, publicado no jornal "O Imparcial", dia 19/11/1974.

ANO 1978

| Partidos | Candidatos          | %     | Estado    | %     | Araraquara |
|----------|---------------------|-------|-----------|-------|------------|
| MDB      | Andre F. Montoro    | 49,67 | 4.517.456 | 48,33 | 24.067     |
| MDB      | Fernando H. Cardoso | 13,99 | 1.272.416 | 17,44 | 8.685      |
| ARENA    | Claudio Lembo       | 13,48 | 1.225.730 | 13,55 | 6.746      |
|          | Branços             | -     | -         | -     | 6.010      |
|          | Nulos               | -     | -         | -     | 4.266      |

OBS: Fonte TRE, SEADE.

ANO 1982

| Partidos | Candidatos              | % | Estado | %     | Araraquara |
|----------|-------------------------|---|--------|-------|------------|
| PMDB     | Almino Affonso          |   |        | 22,79 | 14.403     |
| PMDB     | Severo Gomes            |   |        | 21,89 | 13.833     |
| PDS      | Adhemar De Barros Filho |   |        | 11,50 | 7.268      |
| PDS      | Papa Junior             |   |        | 8,28  | 5.230      |
| PTB      | Faria Lima              |   |        | 8,06  | 5.092      |
| PT       | Jaco Bittar             |   |        | 6,28  | 3.972      |
| PMDB     | Helio Navarro           |   |        | 4,10  | 2.593      |
| PDS      | Blotta Junior           |   |        | 0,81  | 515        |
| PDT      | Euzebio Rocha           |   |        | 0,41  | 258        |

OBS: Fonte TRE, SEADE.

No dia 11 de novembro de 1974 Araraquara recebe a visita do Governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins. O clima eleitoral em favor da ARENA era constatado pela candidatura representativa local de Aldo Lupo (ARENA) como suplente de Carvalho

Pinto para senador do Estado. Diferente das eleições de 1970, em que dois candidatos concorriam à vaga de senador, em 1974 havia apenas uma vaga.

A vitória de Orestes Quércia (MDB) com 65,55% dos votos no município que foi bem próxima do resultado obtido pelo candidato no Estado, sinaliza para as próximas eleições de cargos locais em 1976, que havia um clima político favorável ao partido da oposição.

A candidatura de Orestes Quércia (MDB) pode ser analisada como emblemática do que representava o MDB no interior do Estado de São Paulo. Para Célia Soibelman Melhem a opção feita pelo partido de:

“...luta essencialmente pelo voto e por ser o município um espaço eleitoral privilegiado nas eleições limitadas do regime militar, desde logo a política municipal teve papel relevante no MDB.” (MELHEM, 1998:93).

Esta inserção do partido no interior do Estado está também relacionada com a máquina partidária conhecida como quercismo e Araraquara presencia esta dinâmica política, por apresentar características como: MDB local organizado, universidade pública estadual e taxa de eleitorado crescente, dentre outras.

Em 1978 os dados apresentados no município colocam o candidato Cláudio Lembo (ARENA) em último lugar. Este obteve 6.746 votos, ou 13,55% dos que compareceram para votar. Disputada apenas uma vaga, os dois candidatos da oposição tiveram respectivamente: Franco Montoro (MDB), com 24.067 (48,33%) e Fernando Henrique Cardoso (MDB), com 8.685 (17,44%). Cabe lembrar que os votos Brancos foram de 6.010 e Nulos 4.266 somados, ultrapassam a votação do candidato da ARENA.

A ARENA indicara Amaral Furlan para a vaga de senador biônico e o MDB elege Franco Montoro.

Esta tendência em favor dos candidatos do MDB consolidou a força do PMDB nas eleições de 1982 no Estado. Os três candidatos do partido juntos obtiveram no município 48,78% votos percentuais dos que compareceram para votar. Já o PDS, herdeiro político da ARENA, com também três candidatos chegaram a 20,59% dos votos.

#### 6.2.2 As eleições municipais para cargos Estaduais e Federais.

Os dados disponíveis possibilitam identificar os aspectos da dinâmica de seleção dos candidatos locais para as esferas superiores do município. Ao estudar os resultados eleitorais do Estados de São Paulo, Braz José de Araújo (1979) sugere, dentre algumas ponderações, a relevância das forças políticas advindas do interior do Estado. Esclarecendo com suas próprias palavras, diz:

“É necessário caminhar para a democratização da vida política municipal, pois ela é uma das bases imprescindíveis à formação e à ampliação de quadros políticos para a democracia, aqui entendida como princípio consensual pluripartidário da legitimidade da alternância do poder entre os partidos ou alianças partidárias”. (1979:469).

Desta forma, escolher a legenda ou o candidato com maior potencial eleitoral pode significar uma estratégia política fundamental para costurar alianças políticas futuras. Por outro lado, podemos observar que o não sucesso eleitoral de uma candidatura pode resultar num enfraquecimento de sua legenda partidária.

Nas eleições ocorridas em 1966 em Araraquara, os resultados foram os seguintes: Os Deputados Federais mais votados foram: Hermínio Pagotto (ARENA) com 5.739 votos; Pedro Marão (MDB) com 4.204 votos e Adalberto Camargo (MDB) com 408 votos. Para Deputados Estaduais, os mais votados foram: Leonardo Barbieri (MDB) com 6.211 votos, José Alfredo do Amaral Gurgel (ARENA) com 3.692 votos e Osvaldo Santos Ferreira (ARENA) com 1.804 votos. Conforme a tabela 6.2 abaixo, podemos notar pelos percentuais, uma vitória apertada da ARENA.

TABELA 6.7 RESULTADOS ELEITORAIS 15 DE NOVEMBRO DE 1966 - 13º zona eleitoral de Araraquara.

|           | Deputado estadual | %     | Deputado federal | %     |
|-----------|-------------------|-------|------------------|-------|
| ARENA     | 11.325            | 36,7  | 11.390           | 36,9  |
| MDB       | 10.644            | 34,5  | 10.323           | 33,4  |
| Nulos     | 3.519             | 11,4  | 3.641            | 11,8  |
| Em Branco | 5.383             | 17,4  | 5.517            | 7,9   |
| Total     | 30.871            | 100,0 | 30.871           | 100,0 |

\* Total de eleitores inscritos: 35.372

Publicado: BRANCO, Zillah. "Significado de Araraquara no esquema político do Estado de São Paulo" Revista de Estudos Políticos, UFMG, p389-90

Dentre estas candidaturas, podemos destacar a figura do professor e político Hermínio Pagoto. Vereador por dois mandatos: de 1956-59, foi eleito o vereador mais votado com 470 votos pela UDN e repetiu a façanha de 1960-63 com 916 votos. Nas eleições de 1962 concorre ao cargo de Deputado Federal obtendo 4.385 votos em Araraquara. Nas eleições de 1963 concorre a vice-prefeito obtendo 5.125 votos. Em 1968 é eleito vice-prefeito pela sublegenda ARENA-1, juntamente com Rubens Cruz,

obtendo 10.779 votos. Exerceu também o cargo de presidente da câmara municipal no ano de 1961. Foi uns dos 51 membros da formação da ARENA local.

A ARENA vence as eleições no município em 1966, mas não consegue eleger seu principal representante para a câmara federal. A disputa por este cargo estava acirrada, pois do lado opositor tinha a candidatura de Pedro Marão. Vereador eleito pelo PTN por três mandatos: de 1948-51, foi o mais votado com 354 votos; de 1952-55 com 347 votos e de 1956-59 com 335 votos. Nas eleições de 1962 fora eleito ao cargo de Deputado Federal pelo PTN obtendo em Araraquara 3.264 votos. Em 1968 foi candidato a vice-prefeito pela sublegenda MDB –1, juntamente com Darcy Moralles, obtendo 3.164 votos. Exerceu o cargo de presidente da câmara municipal nos anos 1956/57/59. Foi também uns dos 51 membros da formação do MDB local.

O insucesso na câmara federal fora amenizado pelo sucesso eleitoral para o legislativo do Estado. Leonardo Barbieri (MDB) se elege Deputado Estadual. Foi também uns dos 51 membros da formação do MDB local. Pelo outro partido, fora eleito Deputado Estadual José Alfredo do Amaral Gurgel. Liderança política arenista local, não fez parte dos 51 membros de formação do partido local.<sup>68</sup>

Nas Eleições de 1970, a cidade de Araraquara ganha destaque nas manchetes dos jornais locais<sup>69</sup>, alcançando, dentre as 21 cidades do Estado de São Paulo o número aproximado de 100.030 habitantes. De acordo com o censo realizado pelo IBGE, este número de habitantes, faz de Araraquara, um importante reduto político para os candidatos que disputam cargos eleitorais proporcionais. A ARENA visualiza

---

<sup>68</sup> Conforme já relatado anteriormente neste trabalho, eram duas importantes figuras políticas locais.

<sup>69</sup> “Araraquara 100.030 habitantes”, Jornal O Imparcial, 08/10/1970.

importantes apoios políticos na cidade, uma vez que a administração local era representante do partido.

Os resultados oficiais deram uma vitória para a ARENA, que conseguiu eleger 32 Deputados Federais e 51 Estaduais, representantes do Estado de São Paulo. O MDB conseguiu respectivamente 11 e 16 representantes.<sup>70</sup>

Araraquara elege Aldo Lupo (ARENA), com 10.640 votos obtidos na zona eleitoral da cidade e 38.004 votos em todo o Estado. Sua classificação dentre os eleitos no Estado foi a vigésima primeira (21<sup>a</sup>), sendo que o último colocado eleito obteve 30.798 votos. A ARENA local ainda mostra a importância da votação no município para outros candidatos. O candidato a deputado federal Ademar de Barros Filho (ARENA) fora eleito em primeiro lugar no Estado com 195.458 votos. Em Araraquara fora o terceiro mais votado com 488 votos. O segundo colocado no município fora o deputado federal eleito Pereira Lopes, com 737 votos.

A diferença para a votação de Aldo Lupo do terceiro mais votado fora de 10.152 votos, mostrando a importância de concentrar os votos para os candidatos da região, mas sem pulveriza-los.

O município iniciará um período sem representação para o legislativo do Estado. Leonardo Barbieri (MDB) com 7.823 votos e José Alfredo do Amaral Gurgel (ARENA) com 6.314 votos no município não conseguem se eleger.

Nas eleições<sup>71</sup> de novembro de 1974 para os cargos do legislativo, tanto estadual como federal, o MDB em Araraquara fora vitorioso. Para deputado estadual o MDB recebe 20.247 votos, representando 49% dos eleitores que compareceram às urnas; a

---

<sup>70</sup> Conforme o Jornal O Imparcial, 01/12/1970.

<sup>71</sup> Com 44.892 eleitores inscritos em Araraquara. Compareceram nas urnas 40.802 eleitores. Foram registrados 2.010 votos em Brancos e 1.810 Nulos.

ARENA obtém 11.615 votos, ou 28,65%. Estes índices serão próximos para deputado Federal, em que o MDB obteve em Araraquara 18.985 votos, ou 46,97%, contra os 12.037 votos, ou 29,78% obtidos pela ARENA.

No entanto, não havia nenhum representante partidário local disputando cargos, salvo para o Senado. Dentre os candidatos a deputado estadual pela ARENA que mais receberam votos nas eleições em Araraquara, estão Eduardo Negrini, com 1861 votos e João Lázaro de Almeida Prado, com 1.214 votos. Para o MDB: Vicente Botta conseguiu 3.768 votos; Vanderlei Macris, 1569 e Fernando Scalamandrê Júnior, 1.523 votos.<sup>72</sup>

Quanto aos resultados eleitorais de Araraquara para Deputado Federal, o MDB conseguiu, de uma lista dos dez primeiros mais votados, ter sete representantes, dentre eles: Pacheco Chaves (3.631v), Otávio Ceccato (1.728v), Adalberto Camargo (1.638v) e Francisco Amaral (1.561v). Para a ARENA, o candidato Francisco Lofredo Júnior obteve uma expressiva votação, com 6.313 votos, que expressavam 15, 49% dos votantes. O Companheiro de partido Raphael Baldacci Filho, foi o deputado federal mais votado no Estado com 146.609 votos, tendo 683 votos em Araraquara. Em segundo lugar no Estado foi reeleito Ademar de Barros Filho com 127.697 votos. Em Araraquara, sendo o terceiro mais votado em 1970, neste ano seu nome não figurou dentro os dez mais votados.

Araraquara não conseguiu eleger nenhum representante da cidade no legislativo, como vinha fazendo desde os anos 50.

Nas eleições de 1978 Araraquara podia contar pela primeira vez com o apoio do poder executivo local que era do MDB. No entanto, a campanha da ARENA local contava com o apoio do governador Paulo Egydio e do candidato futuro Paulo S. Maluf.

---

<sup>72</sup> Cabe ressaltar que da lista dos dez primeiros candidatos mais votados, o PMDB e a ARENA tiveram cinco representantes cada, mas dentre os cinco primeiros, quatro eram do PMDB, conforme dados fornecidos pela Fundação SEADE.

Com o Slogan “Construa a nova Capital vote na ARENA”, os jornais da cidade mostravam um número maior de propagandas dos candidatos arenistas.

O presidente da ARENA no Estado de São Paulo Cláudio Lembo esteve presente em Araraquara para prestigiar a campanha do representante da ARENA para deputado estadual. O Ex-Prefeito Clodoaldo Medina (72-76), era o único candidato local da ARENA, visto que para a câmara federal o partido não lançou candidato.

O resultado no município fora respectivamente: Mario Joel Malara (MDB), com 14.758 votos (29,64%) e Clodoaldo Medina (ARENA) 14.239 votos (28,60%). Nenhum dos dois candidatos conseguiram uma cadeira da Assembléia Legislativa do Estado. O advogado Mario Joel Malara havia exercido seu primeiro mandato de vereador de 1973-77 pelo MDB com 2.184 votos. Estava em seu segundo mandato (1977-83) pelo MDB com 1.386 votos, quando concorre a deputado estadual.<sup>73</sup>

O MDB apresentou como candidato para a Câmara Federal o vereador Waldemar Saffioti. Era professor universitário (química/UNESP) e exercia seu primeiro mandato (1977-83) de vereador mais votado pelo MDB-PMDB com 1.938 votos. Tinha seu nome na lista dos 51 membros de formação do MDB local e obteve 14.813 votos (29,75%), mas não alcançou uma cadeira na câmara federal.<sup>74</sup>

Pela ARENA, os votos foram pulverizados dentre variadas candidaturas arenistas, muitas delas já conhecidas como: Adhemar de Barros Filho (ARENA), com 3.661 (7,35%). Candidato à reeleição para Deputado Federal pelo terceiro mandato consecutivo

---

<sup>73</sup> Ainda continuaria sua carreira política ao exercer seu terceiro mandato de vereador de (1993-96) pelo PPB com 1.124 votos. Nas eleições de 1982 concorre a Deputado Estadual pelo PMDB obtendo em Araraquara 16.981 votos. Em 1992 concorre ao cargo de vereador pelo PDS sendo o primeiro suplente com 723 votos. Não fez parte dos 51 nomes membros da formação do MDB local.

<sup>74</sup> Waldemar Saffioti (1922-1999) nas eleições de 1982 concorre novamente pelo PMDB a Deputado Federal obtendo 24.760 votos e 50.374 votos no Estado, ficando como 8º suplente. Foi ainda candidato a prefeito pelo PSB em 1988 e candidato a vice-prefeito em 1992. Concorre novamente a Deputado Federal pelo PSB nas eleições de 1990 e 1994 Faleceu em 16 de abril de 1999.

era ex-secretário da Administração do Governo Paulo Egydio Martins e filho do ex-Governador Adhemar de Barros. Outro candidato à reeleição e terceiro mais votado em Araraquara fora o ex-secretário do interior, o Deputado Federal Raphael Baldacci Filho (ARENA), com 1.805 votos (3,62%).

No decorrer de todo o período bipartidário, podemos observar que a representação da ARENA no Estado de São Paulo vai decrescendo. Conforme dados apresentados na tabela 6.8 abaixo.

TABELA 6.8 A REPRESENTAÇÃO EM SÃO PAULO E CANDIDATURAS LOCAIS: segundo as siglas partidárias - 1966-78.

| Anos | Partido | Dep. Federal           | Dep. Estadual             | Senado                  | Total |
|------|---------|------------------------|---------------------------|-------------------------|-------|
| 1966 | ARENA   | Hermínio Pagotto (NE)  | José A. do A. Gurgel (E)  | NC                      | 95    |
|      | MDB     | Pedro Marão (E)        | Leonardo Barbieri (E)     | NC                      | 80    |
|      | Total   | 59                     | 115                       | 1                       | 175   |
| 1970 | ARENA   | Aldo Lupo (E)          | José A. do A. Gurgel (NE) | NC                      | 84    |
|      | MDB     | Pedro Marão (NE)       | Leonardo Barbieri (NE)    | NC                      | 28    |
|      | Total   | 43                     | 67                        | 2                       | 112   |
| 1974 | ARENA   | NC                     | NC                        | Aldo Lupo (suplente NE) | 42    |
|      | MDB     | NC                     | NC                        | NC                      | 75    |
|      | Total   | 46                     | 70                        | 1                       | 117   |
| 1978 | ARENA   | NC                     | Clodoaldo Medina (NE)     | NC                      | 44    |
|      | MDB     | Waldemar Saffioti (NE) | Joel Malara (NE)          | NC                      | 91    |
|      | Total   | 55                     | 79                        | 1                       | 135   |

Fonte: TSE - Estatísticas eleitorais, Jornal "O Imparcial". Braz José de ARAÚJO (1979).

OBS: Eleito (E), Não Eleito (NE), Não lançou candidato (NC)

As alterações implementadas pelo regime militar, com relação ao número de representantes que foi diminuído, tornaram as eleições mais competitivas. Em 1966 havia em disputa total pelo Estado 175 cadeiras, este número em 1978 era de 135. Araraquara que tinha em 1966 três representantes, um deputado federal e dois estaduais; chega ao

final do período bipartidário sem nenhum representante estadual ou federal genuínos de origens partidárias locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou o processo político-partidário vivenciado pelo município de Araraquara, entre os períodos de 1965 e 1979. Dentro de um contexto político em que constata-se uma fragilidade da democracia brasileira, quando observamos a formação e tentativa de consolidação dos partidos políticos existentes neste período.

A implantação do sistema bi-partidário, elaborada pelo regime militar, trouxe para a realidade política do município em estudo, mudanças nos quadros político-partidários que se configuraram em frágeis lideranças políticas, não alcançando representação institucional partidária.

Considerado o cenário político nacional, em que a ARENA não consegue se solidificar como partido político que assegurasse uma estabilidade política-eleitoral ao regime militar, no âmbito local, o partido enfrentou dificuldades outras, mostrando particularidades ou características próprias de atuação, concomitantemente, quando o município passa por crescimento em sua taxa populacional, taxa de urbanização e uma presença econômica de maior destaque no Estado.

A pesquisa mostra que, apesar das facilidades das lideranças políticas locais em aglutinarem nomes que se sobressaíssem, dentre os quadros partidários anteriores, com experiências executivas e legislativas; o partido arenista de Araraquara tem um enfraquecimento eleitoral crescente, o que ocasiona um distanciamento de suas lideranças do poder, tanto no executivo quanto no legislativo.

Quando é realizado o realinhamento partidário para o bipartidarismo, a ARENA local é representada: com um deputado federal (1970-74), um deputado estadual (1966-1970), o cargo no executivo e 50% de representação no legislativo local. Em 1979, ano

de mudança ARENA-PDS, o cargo de prefeito sofreria novo insucesso eleitoral e uma considerável redução dentre os membros no legislativo. Sem contar a dificuldade em formalizar candidaturas para pleitear cargos na assembléia paulista e câmara federal.

Quanto ao MDB local, que tinha no início do sistema bipartidário, um deputado federal (1966-1970) um representante na assembléia estadual (1966-1970) e 50% de representação no legislativo local, passa pela transição MDB-PMDB com sucesso no executivo, 58 % de representação no legislativo e a facilidade maior de lançar candidaturas que obtiveram expressivas votações para aos cargos legislativo estadual e federal.

Portanto, na tentativa de encontrar uma lógica possível de atuação independente dos agentes políticos que dinamizam a vida partidária no município, pode-se argumentar que a ARENA local, com uma aparente facilidade em atuar como partido governista, enfrentou o desgaste da legenda e a não recomposição de lideranças políticas expressivas.

As disputas políticas internas, representadas pelas sublegendas ARENA 1, ARENA 2 e ARENA 3, mais utilizada pelo partido governista pode ser motivo pelas dificuldades em encontrar uma proposta partidária com sucesso eleitoral. Por outro lado, uma maior aproximação das lideranças locais com representantes de executivo e legislativo de âmbito estadual e federal, não favoreceu a solidificação de projetos mais unificados de atuação partidária e sobrevivência eleitoral.

Mas podemos considerar também que, o MDB local teve em sua formação a representação de fortes lideranças locais e regionais. Os rumos eleitorais apresentados por este partido, tanto estadual como nacionalmente, podem ter também contribuído para o seu crescimento eleitoral local. Mas, não podemos deixar de considerar que as estratégias de escolhas das candidaturas com sucessos eleitorais elaboradas pelo MDB local e uma

maior proposta unificadora com as estâncias superiores do partido, levaram à oportunidade de desbancar o partido governista da cena política local.

Cabe ressaltar que na representação legislativa municipal, a ARENA mantém importantes lideranças no poder em mandatos futuros, confirmando um traço de conservadorismo na política local.

Se a democracia brasileira pode ser medida por proporcionar maior oferta de candidaturas pluripartidárias ao eleitorado, a dificuldade de implementação e consolidação do sistema bipartidário, principalmente ao nível local, trouxe um enfraquecimento às lideranças partidárias locais como um todo. Mesmo procurando atuar de forma mais autônoma, os partidos políticos locais só irão formalizar novas oportunidades de efervescências políticas no final da década de 80.

## BIBLIOGRAFIA

## 1 - Jornais e Revistas

O Imparcial - Araraquara.

1965 (outubro, novembro, dezembro)

1966 (outubro, novembro, dezembro)

1968 (julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro)

1969 (outubro, novembro, dezembro)

1970 (outubro, novembro, dezembro)

1972 (outubro, novembro, dezembro)

1974 (outubro, novembro, dezembro)

1976 (outubro, novembro, dezembro)

1978 (julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro)

1982 (abril, maio, junho)

Veja, São Paulo.

Anos, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1974, 1976, 1978 (janeiro a dezembro)

## 2 - Instituições

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA - Câmara Municipal

FUNDAÇÃO SEADE - Dados Eleitorais Municipais

## 3 - Livros e artigos

ABRUCIO, Fernando Luiz. (1998) *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/USP.

ABRÚCIO, Fernando Luiz & COUTO, Cláudio Gonçalves. (1996) *A redefinição do papel do Estado no âmbito Local*. Revista Fundação Seade, São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 10(3).

- ALVES, Maria Helena Moreira. (1984) *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes.
- ARAÚJO, Braz José de. (1979) “As eleições de 1978 em São Paulo”. In: Fundação Milton Campos. *As eleições nacionais de 1978*. Brasília: Ed. FMC.
- AZEVEDO, Clovis Carvalho & outros. (1968) “A renovação do poder legislativo” In: Boletim Cadeira de Política. Araraquara: FCL/Car, n. ° 4, Dezembro, Pp53-60
- BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves. (1984) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro. 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense/FGV/CPDOC/FINEP.
- BIZELLI, José Luis. (1990) *O planejamento municipal e o poder local em Araraquara*. Tese de Mestrado. Araraquara: UNESP/FCL.
- BRANCO, Zillah. “Significado de Araraquara no esquema político do Estado de São Paulo” Revista de Estudos Políticos, UFMG.
- CARVALHO. Murilo. “Estudos de poder local no Brasil”. Revista Brasileira de Estudos Políticos: Belo Horizonte/UFMG, N. ° 25/26, P231-248, Jul.68/jan.69.
- CARVALHO, José Murilo de. (1966), *Barbacena: a Família, a Política e uma hipótese*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte/UFMG, n. ° 20, Pp153-193
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. (1987) *Equipamentos sociais, política partidária e governos locais no Estado de São Paulo (1968-1982)*. Tese de mestrado, Campinas: UNICAMP.

- CINTRA, Antonio O. (1974) “A política tradicional Brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia” In: Balan, J. (org.). *Centro e Periferia no desenvolvimento brasileiro*. Difel.
- COSTA FILHO, David Capistrano da. (1982) *São Paulo: PMDB no poder*. São Paulo: Obori.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. (1997) *O presente como história: economia e política no Brasil pós-64*. Campinas: UNICAMP/IFCH.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e & MARTINS, Carlos Estevam. (1984) “De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da ‘abertura’”. In: SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria H. Tavares de. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. 2º Ed. São Paulo: Brasiliense, pp13-61.
- DOWNS, Anthony. (1999) *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: EDUSP.
- DUVERGER, Maurice. (1970) *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- FARIA, Vilmar. (1984) “Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos”. In SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria H. Tavares de. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. 2º Ed. São Paulo: Brasiliense, pp118-163
- FLEISCHER, David Verge. (1988) “As Desventuras da Engenharia Política: Sistema Eleitoral versus Sistema Partidário”. In DAVID Fleischer (org.) *Da Distensão à Abertura: As eleições de 1982*. Brasília: Editora UnB, pp61-88
- FLEISCHER, David Verge. (1981) “A evolução do sistema bipartidário” In: (org.) FLEISCHER, D. V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB. Pp183-202.

- FLEISCHER, David Verge. (1996) “Poder local e o sistema eleitoral brasileiro”. In: *Poder Local Face às eleições de 1996*. Debates, São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung , N. ° 10, pp115-133
- GRINBERG, Lucia. (1998) *A Aliança Renovadora Nacional (ARENA): A Criação do Bipartidarismo e do Partido do Governo (1965-1979)*. Tese de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. (1992) *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ São Paulo.
- KINZO, Maria D’Alva Gil. (1988) *Oposição e autoritarismo gênese trajetória do MDB: 1966-1979*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais.
- KINZO, Maria D’Alva Gil. (1993) *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-stiftung.
- LAMOUNIER, Bolívar. (1978), “Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente”. In: (Org.) CARDOSO, Fernando H. *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Pp15-44.
- LAMOUNIER, Bolívar. (1978a) “Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto arenista”. In: (Org.) REIS, Fábio W. *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo. Pp01-89.
- LIMA JR, Olavo Brasil. (1978) “Articulação de interesses, posição sócio-econômica e ideologia: as eleições de 1976 em Niterói”. In: (Org.) REIS, Fábio Wanderley. *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo.

- MELHEM, Célia Soibelman. (1998) *Políticas de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo: Hucitec/Depto da USP.
- MENEGUELLO, Rachel. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MICHETTI, Heloisa Helena. (1968) O Município na Constituição Brasileira. In: Boletim Cadeira de Política. Araraquara: FCL/Car, n. ° 4, Dezembro, pp27-33.
- MICHETTI, Heloísa Helena & PARAHYBA, Maria Antonieta G A. (1968) “O Jogo das forças políticas no município de Araraquara” Revista de Ciência Política; Rio de Janeiro: FGV Vol. II, n. (3), jul./set., pp59-78.
- MENEZES, Aderson de. *As eleições federais de 1966: a Legislação eleitoral e o bi-partidarismo nacional*. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: UFMG, N. ° 23/24, jul. 1967/jan1968. pp09-22
- MULLER FILHO, Ivo Lauro. (1990) *Eleições e desempenho partidário no Rio Grande do Sul 1966-1982: Um estudo de Geografia Eleitoral*. Tese de Doutorado UNESP/Rio Claro, 1990.
- NUNES, Edson. (1999) *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 2.º Ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., Brasília, Deputado Federal; ENAP.
- PANEBIANCO, Angelo. (1982) *Modelos de Partido: Organización y poder en los partidos políticos*. Ed. Alianza Universidad, Madrid.
- PARAHYBA, Maria Antonieta de A G.(1968) “Candidatos a Prefeito e Programas de Governo”. In: Boletim Cadeira de Política. Araraquara: FCL/Car, n. ° 4, Dezembro, Pp44-52.

- REIS, Fábio Wanderley. (1978) *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo.
- SCHMITT, Rogério. (2000) *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- SEILER, Daniel-Louis. (2000) *Os partidos políticos*. Brasília: UnB.
- SILVA, Inayá Bittencourt e & MARINS, Regina Celia & TOCANTINS, Nancy. (1968) “Convenções Partidárias e Sublegendas”. In: Boletim Cadeira de Política. Araraquara: FCL/Car, n. ° 4, Dezembro, Pp34-43.
- SKIDMORE, Thomas. (1988) *Brasil: De Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (1998) “A Nova República Brasileira: sob a espada de Dâmocles”. In: (org.) Alfred Stepan. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp563-627.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (1990) *Estado e Partidos Políticos no Brasil: (1930-1964)*. 3ª. Ed. São Paulo: Alfa-Omega.
- TABAK, Fanny. (1969) “Alguns problemas de pesquisa no campo da ciência política”. Rio de Janeiro: FGV/Revista de Ciência Política, vol 3, nº 4, out/dez, pp141-166.
- TONELLA, Celene. (1991) *Poder Local, Partidos e eleições na reedição do pluripartidarismo em Maringá, Paraná - 1979-1988: um estudo de Caso*. Tese de Mestrado. Campinas: UNICAMP/IFCH.

WEFFORT, Francisco Corrêa. (1986) *O Populismo na política brasileira*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

## ANEXOS

## QUADRO A.1 CANDIDATOS ELEITOS PARA VEREADOR -1968

| N.º | Nomes                             | Legenda | votos |
|-----|-----------------------------------|---------|-------|
| 1   | Miguel Tedde Netto                | ARENA   | 1.675 |
| 2   | Waldemar de Santi                 | MDB     | 1.305 |
| 3   | Aldo Comito                       | ARENA   | 1.266 |
| 4   | Anthero Rodrigues da Silva Júnior | ARENA   | 967   |
| 5   | José Alberto Gonçalves            | ARENA   | 924   |
| 6   | José Welington Pinto              | MDB     | 905   |
| 7   | Jobal do Amaral Velosa            | ARENA   | 825   |
| 8   | Rubens Bellardi Ferreira          | MDB     | 746   |
| 9   | Leonardo Crocci Filho             | ARENA   | 729   |
| 10  | Oswaldo Prando                    | MDB     | 711   |
| 11  | Jeronimo Zingarelli Filho         | MDB     | 711   |
| 12  | Arnaldo Izique Caramurú           | ARENA   | 698   |
| 13  | Gildo Merlos                      | ARENA   | 594   |
| 14  | José Benedicto de Souza           | MDB     | 570   |
| 15  | Carlos Alberto Manço              | MDB     | 538   |
|     | 21 suplentes                      | MDB     | 6.123 |
|     | 20 suplentes                      | ARENA   | 6.848 |

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara.

## QUADRO A.2 CANDIDATOS ELEITOS PARA VEREADOR -1972

| N.º | Nome                           | Legenda | votos |
|-----|--------------------------------|---------|-------|
| 1   | Waldemar de Santi              | MDB     | 2.184 |
| 2   | Manoel Marques de Jesus Junior | ARENA   | 1.899 |
| 3   | Gildo Merlos                   | ARENA   | 1.800 |
| 4   | Octávio Bugni                  | ARENA   | 1.463 |
| 5   | Arnaldo Izique Caramurú        | ARENA   | 1.401 |
| 6   | José Pizani                    | ARENA   | 1.360 |
| 7   | Rubens Bellardi Ferreira       | MDB     | 1.329 |
| 8   | Alzemiro Ianelli               | ARENA   | 1.296 |
| 9   | Aldo Comito                    | ARENA   | 1.279 |
| 10  | Orlando Coletti                | ARENA   | 1.258 |
| 11  | Mario Joel Malara              | MDB     | 1.228 |
| 12  | José Welington Pinto           | MDB     | 1.129 |
| 13  | João Ferreira da Silva         | ARENA   | 1.031 |
| 14  | Carlos Alberto Manço           | MDB     | 953   |
| 15  | Laurindo Ferreira Filho        | ARENA   | 890   |
|     | 14 suplentes                   | MDB     | 4.853 |
|     | 16 suplentes                   | ARENA   | 6.782 |

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara

## QUADRO A.3 CANDIDATOS ELEITOS PARA VEREADOR -1976

| N. | Nome                           | Legenda | votos  |
|----|--------------------------------|---------|--------|
| 1  | Manoel Marques de Jesus Júnior | ARENA   | 1.941  |
| 2  | Waldemar Saffioti              | MDB     | 1.938  |
| 3  | Geraldo Polese                 | ARENA   | 1.905  |
| 4  | Omar de Souza e Silva          | MDB     | 1.457  |
| 5  | José Welington Pinto           | MDB     | 1.396  |
| 6  | Mario José Malara              | MDB     | 1.386  |
| 7  | Gildo Merlos                   | ARENA   | 1.350  |
| 8  | Elias Damus                    | ARENA   | 1.218  |
| 9  | José Roberto Cardozo           | MDB     | 1.157  |
| 10 | Rubens Bellardi Ferreira       | MDB     | 1.151  |
| 11 | Octávio Bugni                  | ARENA   | 1.108  |
| 12 | Oswaldo Prando                 | MDB     | 1.097  |
| 13 | João Ferreira da Silva         | ARENA   | 1.022  |
| 14 | Laurindo Ferreira Filho        | ARENA   | 854    |
| 15 | Julio Cesar Rente Ferreira     | ARENA   | 775    |
|    | 21 suplentes                   | MDB     | 7.587  |
|    | 29 suplentes                   | ARENA   | 12.446 |

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara

## QUADRO A.4 CANDIDATOS ELEITOS PARA VEREADOR -1982.

| N.º | Nome                                | Legenda | votos  |
|-----|-------------------------------------|---------|--------|
| 1   | José Roberto Cardoso                | PMDB    | 2.382  |
| 2   | Omar de Souza e Silva               | PMDB    | 2.170  |
| 3   | Paulo Monteiro de B. Carvalho Homem | PMDB    | 1.651  |
| 4   | Júlio César Rente Ferreira          | PMDB    | 1.347  |
| 5   | Tadeu José Alves dos Santos         | PMDB    | 1.176  |
| 6   | Deodata Leopoldina T. do Amaral     | PMDB    | 1.137  |
| 7   | Vanildo Santos T. Trindade          | PMDB    | 1.092  |
| 8   | Aerovaldo do Del'acqua              | PMDB    | 1.004  |
| 9   | José Santos Piffer                  | PMDB    | 972    |
| 10  | João Rodrigues de Santiago          | PMDB    | 945    |
| 41  | Suplentes                           | PMDB    | 31992  |
| 11  | Carlos Alberto Manço                | PDS     | 1.572  |
| 12  | Elias Damus                         | PDS     | 1.305  |
| 13  | Gildo Merlos                        | PDS     | 1.096  |
| 14  | Geraldo Polezze                     | PDS     | 884    |
| 15  | Mario T. Hokama                     | PDS     | 797    |
| 44  | Suplentes                           | PDS     | 15.328 |
| 16  | Geraldo Antônio Alves               | PTB     | 580    |
| 17  | Suplentes                           | PTB     | 4.875  |
| 17  | Domingos Carnesecca Neto            | PT      | 1.543  |
| 9   | Suplentes                           | PT      | 3.816  |
| 17  | Suplentes                           | PDT     | 286    |

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara obs.: Júlio César Rente Ferreira ex-ARENA.

## QUADRO A.5 INTENDENTES GERAL DE ARARAQUARA - 1896 -1906

| nomes                                      | período |
|--|---------|
| 1º Manoel Joaquim de Arruda                | 1896    |
| 2º João Nogueira de Camargo                | 1898    |
| 3º José Infante Vieira                     | 1899    |
| 4º Antônio Corrêa de Arruda                | 1900    |
| 5º Camilo Dantas Horta                     | 1901    |
| 6º Antônio Corrêa de Arruda                | 1902    |
| 7º C.el. João de Almeida Leite de Moraes * | 1903    |
| 8º Germano Machado                         | 1904    |
| 9º Major Pio Corrêa de Almeida Moraes      | 1905    |

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara

- Faleceu durante o mandato

## QUADRO A.6 PREFEITOS DE ARARAQUARA - 1906-2000:

| Prefeitos                                    | Anos/Mandatos       |
|--|---------------------|
| 1º Major Pio Corrêa de Almeida Moraes        | 1906 - 1907         |
| 2º Américo Danielli                          | 1908 - 1910         |
| 3º Plínio de Carvalho                        | 1917 - 1930         |
| 4º Dr. Augusto Freire da Silva Júnior        | 1930                |
| 5º Dr. Cristiano Infante Vieira              | 1931                |
| 6º Dr. Mário Arantes de Almeida              | 1931                |
| 7º Francisco Vaz Filho                       | 1932                |
| 8º Major Faustino Cândido Gomes              | 1932                |
| 9º Francisco Vaz Filho                       | 1932                |
| 10º Francisco Infante Vieira                 | 1932                |
| 11º Candido Afonso dos Santos                | 1933                |
| 12º Dr. Lafaiete Meller Leal                 | 1933                |
| 13º Dr. Heitor Pinheiro                      | 1934                |
| 14º José Maria Paixão                        | 1935                |
| 15º Dr. José de Abreu Izique                 | 1936                |
| 16º José Maria Paixão                        | 1936                |
| 17º Antenor Borba                            | 1938                |
| 18º Dr. Camilo G. Souza Neves                | 1940                |
| 19º Dr. Fernando Augusto Nogueira Cavalcanti | 1945                |
| 20º Dr. Camilo G. Souza Neves                | 1945                |
| 21º João Soares de Arruda                    | 1946                |
| 22º Dr. Candido de Barros                    | 1947                |
| 23º Dr. José dos Santos                      | 1947                |
| 24º Dr. Candido de Barros                    | 1947                |
| 25º Dr. Dorival Alves                        | 1947                |
| 26º Dr. José dos Santos                      | 01/01/48 à 31/12/51 |
| 27º Dr. Antonio Tavares P. Lima              | 01/01/52 à 31/12/55 |

|                            |                       |
|----------------------------|-----------------------|
| 28º Rômulo Lupo            | 01/01/56 à 31/12/59   |
| 29º Benedicto de Oliveira  | 01/01/60 à 31/12/63   |
| 30º Rômulo Lupo            | 01/01/64 à 31/01/69   |
| 31º Rubens Cruz            | 01/02/69 à 31/01/73   |
| 32º Clodoaldo Medina       | 01/02/73 à 31/01/77   |
| 33º Waldemar De Santi      | 01/02/77 à 31/01/83   |
| 34º Clodoaldo Medina       | 01/02/83 à 31/12/88   |
| 35º Waldemar De Santi      | 01/01/89 à 31/12/92   |
| 36º Roberto Massafera      | 01/01/93 à 31/12/96   |
| 37º Waldemar De Santi      | 01/01/97 à 31/12/2000 |
| 38º Edson Antonio da Silva | 01/01/01 à 31/12/2004 |

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara

Nota: O intendente Geral passou denominar-se Prefeito Municipal, de acordo com a Lei n.º 113 de 10/07/1906, da Câmara Municipal de Araraquara.

#### LISTA A.1 PRESIDENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA: 1948 - 2002

José Clozel (1948/1949)  
 José Amaral Velloza (1950/1952/1954)  
 Jorge Borges Corrêa (1951)  
 Mário Avanhos (1953/1958)  
 Otto Ernani Muller (1955)  
 Pedro Marão (1956/1957/1959)  
 José Galli (1960/1963)  
 Herminio Pagotto (1961)  
 José Mussi (1962)  
 José Vergara Gonzalez (1964)  
 Alvaro Waldemar Colino (1965/1968)  
 Flávio Ferraz Carvalho (1966/2000)  
 Wilmo Gonçalves (1967)  
 Miguel Tedde Netto (1969)  
 José Alberto Gonçalves (1970/1971/1999)  
 Rubens Bellardi Ferreira (1972/1975/1976)  
 Arnaldo Izique Caramuru (1973/1974)  
 Gildo Merlos (1977/1978/1987/1988/1989/1990/1993/1994)  
 Manoel Marques de Jesus Junior (1979/1980)  
 Geraldo Polezze (1981/1982)  
 José Roberto Cardozo (1983/1984)  
 Tadeu Alves (1985/1986)  
 Omar de Souza e Silva (1991/1992/1995/1996)  
 Valderico Jõe (1997/1998/2001/2002)